

CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA E PLANEJAMENTO URBANO:

Experiências de práticas colaborativas
no ambiente escolar em
Campos Sales, Ceará

**Mariano de
Oliveira Carvalho**



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Educação



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Educação

CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA E PLANEJAMENTO URBANO

Experiências de práticas colaborativas no
ambiente escolar em Campos Sales, Ceará

Mariano de Oliveira Carvalho

Sobral - Ceará
2017



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Educação

Camilo Sobreira de Santana
Governador

Maria Izolda Cella de Arruda Coelho
Vice-Governadora

Antonio Idilvan de Lima Alencar
Secretário da Educação

Márcia Oliveira Cavalcante Campos
Secretária Adjunta da Educação

Rita de Cássia Tavares Colares
Secretária Executiva da Educação

Danielle Taumaturgo
Assessoria Institucional

Julianna da Silva Sampaio
Assessoria de Comunicação - ASCOM

Rogers Vasconcelos Mendes
Coordenador da CODEA/Gestão Escolar

Iane Terceiro Nobre
Orientadora da Célula de Currículo e Formação

Elane Maria Feijó Borges
Orientadora da Célula de Desenvolvimento do Currículo e da Aprendizagem

Paulo Venício Braga de Paula
Centro de Documentação e Informações Educacionais

Coordenação

Centro de Documentação e Informações Educacionais/Cordenadoria de Desenvolvimento da Escola/ Gestão Pedagógica

Conselho Editorial

Prof. Adriano Silva Lima
Dr. Antônio Roberto Barreto Melo
Prof. Alexandre Leite
Profa. Cristina Márcia Maia de Oliveira
Prof. Cintia Kelly
Prof. Daniel Vasconcelos Rocha
Profa. Ely Almeida
Profa. Fabiana Skeff
Prof. Felipe Fontenele
Prof. Genivaldo Macário Castro
Profa. Gleissiane Ferreira
Profa. Hylo Leal Pereira
Profa. Iane Terceiro Nobre
Prof. Ilde Guedes
Prof. Jenilson Sousa Nogueira
Prof. Jeimes Mazza
Prof. José Evangelista de Carvalho Moreira
Profa. Liduina Maria de Paula Medeiros
Prof. Marcus R. Vale
Prof. Rickardo Leo Ramos Gomes
Prof. Rosendo Amorim de Freitas
Prof. Pedro Jorge Caldas Magalhães
Profa. Paula de Carvalho Ferreira
Prof. Paulo Venício Braga de Paula
Profa. Sandra Ma Silva Leite Reis
Profa. Tereza Cristina de Freitas Oliveira
Profa. Varele Gama Silva

Edição

Centro de Documentação e Informações Educacionais/Gestão Pedagógica

Prof. Paulo Venício Braga de Paula

Revisão

Profa. Paula de Carvalho Ferreira
Profa. Liduina Maria de Paula Medeiros
Profa. Cristina Márcia Maia de Oliveira

Este trabalho contou com o apoio da Seara da Ciência
Universidade Federal do Ceará/UFC



Produção da Revista
ASCOM - Assessoria de Comunicação

Projeto Gráfico
Gráfica Digital da SEDUC

Diagramação e Arte-Final
Gráfica Digital da SEDUC

Arte da Capa
Alain RM

Normalização Bibliográfica
Elizabete de Oliveira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C387c Ceará. Secretaria da Educação.
Cartografia participativa e planejamento urbano:
experiências de práticas colaborativas no ambiente escolar em
Campos Sales, Ceará / Secretaria da Educação;
Mariano de Oliveira Carvalho.
147 p.; il.

ISBN: 978-85-8171-163-8

1. Ensino de Geografia. 2. Cartografia Participativa.
I. Carvalho, Mariano de Oliveira. II. Título.

CDD 910.7

www.seduc.ce.gov.br



www.facebook.com/EducacaoCeara

*Aos meus pais, Valdir Lima de Carvalho e
Francisca Socorro de Oliveira Carvalho,
sinônimos de exemplo, de força, de
inspiração, enfim, de Vida.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1- ENSINO DE GEOGRAFIA: A CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA COMO POSSIBILIDADE PARA COMPREENSÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	15
1.1 - Ensino de Geografia	17
1.1.1 - O saber geográfico e suas abordagens em sala de aula	17
1.1.2 - Da Geografia Tradicional a Crítica: uma discussão necessária	23
1.1.3 - De uma crítica ao Ensino de Geografia para um Ensino Crítico de Geografia	28
1.2 - Cartografia: uma ferramenta e suas múltiplas possibilidades	32
1.2.1 - O processo de renovação do pensamento cartográfico e a Cartografia Participativa	37
CAPÍTULO 2- DO PLANEJAMENTO URBANO A CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE CAMPOS SALES	44
2.1 - Breves considerações sobre a origem do conceito de planejamento	45
2.1.1 - Sobre o planejamento Urbano	46
2.1.2 - Breves críticas ao Planejamento Urbano	47
2.1.3 - Planejamento Urbano: o modelo brasileiro	49
2.1.4 - Uma outra maneira de se planejar o urbano: é possível?	54
2.2 - De "pousio" para vaqueiros a Cidade	58
2.2.1 - Desvelando a Campos Sales do presente	62
CAPÍTULO 3- DA CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA NAS AULAS DE GEOGRAFIA AO INTENTO DE PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO EM CAMPOS SALES, CEARÁ	72
3.1 - Do "País de Alice" ao "Inferno de Dante": o que se esperava e o que de fato foi o percurso metodológico	72
3.2 - O passo a passo de uma proposta didática que desembocou na esperança de um planejamento urbano participativo para Campos Sales, Ceará.	78

3.3 - Da escola para a Academia, da Academia para a sociedade: a finalização da proposta de lei.	91
3.4 - E os alunos? Discussão sobre os questionários aplicados	103
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
5. REFERÊNCIAS	118
APÊNDICES	127
APÊNDICE A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de participação em pesquisa acadêmica	
APÊNDICE B- Questionário Dirigido aos Alunos Participantes do Projeto Exercendo a Cidadania: aluno informado, município organizado	
APÊNDICE C- ANTEPROJETO DE LEI: Dispõe sobre a criação, delimitação e denominação dos Bairros da Cidade de Campos Sales	
APÊNDICE D- ANTEPROJETO DE LEI: Dispõe sobre a Revisão e Definição do Perímetro Urbano de Campos Sales	
APÊNDICE E- ANTEPROJETO DE LEI: Dispõe sobre a Criação e Delimitação da Zona de Expansão Urbana - ZEU da Cidade de Campos Sales	
ANEXOS	146
ANEXO A- Scan's dos sumários dos livros didáticos utilizados pelos alunos da E.E.M. de Campos Sales no período em que a pesquisa foi realizada - estão em sequência os sumários dos livros do primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio	

Apresentação

PUBLICAÇÃO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS E LITERÁRIAS DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DO ESTADO DO CEARÁ

Existem múltiplas formas de valorização da Educação, uma delas consiste em valorizar o professor. O reconhecimento da atividade do magistério pode manifestar-se por meio de várias funções e ações desenvolvidas pelo professor. Em 2008 foi criada uma ação governamental denominada Professor Aprendiz, cujo destaque tem sido a formação continuada por pares. O amadurecimento dessa ação, que aposta no protagonismo docente, gerou desdobramentos substanciais dentre os quais destaca-se a publicação de livros de professores da rede. Os trabalhos acadêmicos e literários selecionados para publicação passam por um processo público de submissão.

A iniciativa da Secretaria da Educação do estado do Ceará (Seduc), em publicar livros produzidos pelos professores da rede estadual de ensino está baseada na ação Professor Aprendiz, do Programa Aprender pra Valer, tendo como principais objetivos: a) Valorizar os professores por meio da publicação das suas produções acadêmicas e literárias; b) Estimular a produção científica e literária de professores; c) Promover uma rede de colaboração entre os professores ao tornar pública suas produções com seus pares.

As obras publicadas podem ser de natureza acadêmica (Tese de Doutorado ou Dissertação de Mestrado) ou Literária (Romance; Poema; Cordel; Novela; Crônica ou Conto). São produções de professores(as) da rede pública estadual de ensino do Ceará, na condição de autor(es) ou coautor(es) da(s) obra(s). O Conselho Editorial, ao selecionar as produções acadêmicas considerou: clareza e precisão de conteúdo; relevância e atualidade do tema; originalidade; qualidade metodológica. Em relação às produções literárias, observou-se os seguintes aspectos: originalidade de conteúdo/ineditismo; repertório linguístico; fruição estética; coerência e consistência do texto; e, por último, potencial artístico. Os trabalhos publicados são originais, escritos em língua portuguesa em consonância com os Direitos Humanos.

Com essa iniciativa, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará mais uma vez faz História. Ao publicar as produções de seus professores, a Seduc promove um círculo virtuoso de valorização do Magistério, cujos efeitos podem se manifestar no fortalecimento do protagonismo docente; no investimento da formação acadêmica e, principalmente, num processo de ensino e aprendizagem mais qualificado e comprometido.

Introdução

Distintamente daquilo que se espera de um trabalho científico, começamos nossa empreitada questionando um dito popular: "no começo, tudo são flores!". A pessoa que proferiu essa afirmação provavelmente nunca se envolveu numa pesquisa científica. Optamos por iniciar desse modo para expor uma das grandes dificuldades que envolveram todas as etapas do desenvolvimento desta investigação: mergulhar nas bases que fundamentam os conceitos e temáticas abordadas neste trabalho. Por vezes, foi necessário parar e rever aquilo que já havíamos percorrido sobre as questões abordadas para minorar as chances de divagarmos. Esta opção também se deu por crermos que o formalismo possui seu valor, todavia não se constitui no mais importante para um trabalho acadêmico.

Iniciamos reconhecendo uma contrariedade que nos acometeu, porém salientamos que isto não cessou nosso interesse em contribuir com a elucidação das questões que foram sendo apresentadas no decorrer de nosso projeto. Ao contrário, as dificuldades nos impeliram à busca por maneiras para dirimi-las. Como diria Raul "[...] é de batalhas que se vive a vida". Em face disto, prossigamos com o trabalho.

Por maior que seja o desejo de se desenvolver uma pesquisa pautada na imparcialidade científica, partimos do entendimento de que, em se tratando de pesquisas vinculadas à compreensão da sociedade, a carga de influência pessoal do pesquisador irá de algum modo inspirar a definição do objeto e a escolha do método. Neste caso em específico, a carga pessoal do pesquisador origina-se no ambiente escolar, no exercício docente da disciplina de Geografia em turmas do ensino médio de uma escola pública de uma pequena cidade do interior cearense.

As questões aqui discutidas possuem um forte vínculo com as

inquietações que afligiram um dos tantos professores de Geografia que cotidianamente se deparam com inúmeras dificuldades quanto ao desenvolvimento de metodologias eficazes para a discussão do espaço de modo a contribuir para o aprendizado dos alunos de maneira contextualizada. Dificuldade em empreender uma prática docente para além da teoria e que possa apresentar possibilidades de utilização daqueles conteúdos frios e externos na vida cotidiana dos discentes.

No exercício da docência em Geografia, dentre tantos outros, destacamos o conceito de espaço e, para que prossigamos com a discussão, é importante ressaltar o que entendemos como sendo o espaço. Pautados em Santos e Silveira (2001), o espaço é aqui entendido enquanto sinonímia de território, no tocante a constituir-se em um conjunto indissociável de materialidades e usos. Tal opção justifica-se pelo fato de que o entendimento do espaço consolida-se quando da compreensão daquilo que está posto sobre ele, das coisas visíveis (prédios, carros, ruas e avenidas, por exemplo), consorciadamente à percepção das relações que se estabelecem para a instituição daquilo que se vê sobre o território. Acreditamos ser esta uma das bases para o favorecimento da aprendizagem qualitativa em Geografia.

Pois bem... Entender o espaço... Contextualizar a prática de ensino de Geografia... Mas como? Tendo em vista a necessidade de contextualizar o ensino de Geografia para a apreensão do espaço - evidenciada na prática docente pelas inúmeras dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos - partimos do pressuposto de que a utilização de material relacionado ao espaço dos próprios alunos poderia favorecer o entendimento das teorias expostas nos livros didáticos.

Esta compreensão baseia-se na empiria oportunizada no contexto da sala de aula e nas orientações dispostas nos Parâmetros Curriculares Nacionais que expressam as seguintes afirmações sobre o papel do Ensino de Geografia

A Geografia compõe o currículo do ensino fundamental e médio e deve preparar o aluno para: localizar, compreender e atuar no mundo complexo, problematizar a realidade, formular proposições, reconhecer as dinâmicas existentes no espaço geográfico, pensar e atuar criticamente em sua realidade tendo em vista a sua transformação. A partir dessas premissas, o professor deverá proporcionar práticas e reflexões que levem o aluno à compreensão da realidade. (BRASIL, 2006, p. 43)

Todavia, a compreensão de que algo diferente carecia de ser feito em relação à práxis didática de geografia implicou a identificação de um primeiro limite: o caráter tradicional impregnado no material didático¹ disponível para uso em sala de aula. O livro didático não ajudava nessa nova missão. Dentre os inúmeros fatores que corroboram para a instauração deste problema é importante ressaltar que o material didático não deixa a desejar do ponto de vista técnico, mas sim do ponto de vista espaço temporal. Os conteúdos, exercícios, imagens, mapas e exemplos retratam, em sua maioria, uma realidade diversa e desconhecida dos alunos que deles se utilizam.

Mas a grande questão que se coloca é “como resolver esta situação?”. Diante desta dificuldade percebida, que se constituiu em uma necessidade e, de modo a contemplar as solicitações da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Ceará (SEDUC/CE), no tocante ao desenvolvimento de práticas de ensino diversificadas, empreendeu-se no âmbito da Escola de Ensino Médio (E.E.M.) de Campos Sales, durante os anos de 2012, 2013 e 2014, o trabalho de extensão que fundamenta empiricamente nossa dissertação de mestrado: O Projeto Exercendo a Cidadania: aluno informado, município organizado.

De modo muito resumido, o projeto citado constituiu-se numa tentativa de favorecer o aprendizado dos alunos no tocante aos conceitos e aos temas vinculados à Geografia através do expediente da pesquisa-ação (THIOLENT, 2008) de modo a identificar dificuldades que acometiam o espaço da cidade em que eles moravam, para, através disto, discutirem-se formas para a resolução, mitigação ou denúncia das dificuldades observadas. O trabalho pautou-se numa prática militante de pesquisa de campo orientada pelos pressupostos da Cartografia Participativa assessorada pelo uso do Geoprocessamento com o programa Google Earth, onde os alunos puderam, através das atividades desenvolvidas, apresentar e questionar o entendimento deles acerca da realidade por eles vivenciada.

No decorrer dos três anos de trabalho, foi realizada uma série de visitas de campo que possibilitaram o levantamento e a localização de uma sucessão de problemas urbanos na cidade de Campos Sales, situada na porção oeste da região do Cariri, no sul do Ceará. Dentre as principais adversidades identificadas, a ausência de uma base legal que delimitasse os bairros do lócus de pesquisa mostrou-se uma das mais significativas. Visando contribuir com a resolução dessa questão, empreendeu-se uma série de parcerias interinstitucionais - Câmara e Prefeitura Municipal; Secretarias Municipais

1. Nenhuma crítica aqui é realizada a qualidade teórica do material didático disponibilizado aos alunos, todavia, a disposição metodológica dos conteúdos, contemplando quase que puramente: Geografia Física no primeiro ano; Geografia Humana no segundo ano e; Geografia Física e Humana do Brasil no Terceiro ano (vide Anexo I, p.169) denotam o que afirmamos ser o caráter tradicional do livro didático aonde os diferentes conteúdos de Geografia são tratados de modo separado dificultando assim a apreensão do espaço e da realidade enquanto totalidade que são.

de Obras e Assistência Social; Agência local dos Correios; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Agência Juazeiro do Norte e Universidade Regional do Cariri (URCA).

Estas parcerias possibilitaram o levantamento de uma base de documentos, a definição de estratégias e a realização de um levantamento cartográfico de cunho participativo que culminou com a identificação dos limites dos bairros da cidade de acordo com o entendimento da própria comunidade. Esta produção tornou-se a base técnica de uma proposta que tramita na Câmara Municipal para criação da primeira Lei de Bairros da cidade de Campos Sales. Sinteticamente, a referida lei visa oficializar o entendimento da população sobre o que são os limites de cada bairro - delimitando-os cartograficamente e tornando-os legais do ponto de vista jurídico. Concomitante a isto, o projeto possibilitou a contextualização dos conceitos da disciplina de Geografia através da inserção dos alunos na vida política da cidade, da produção de material que subsidiou o aporte didático e da discussão em torno das relações e práticas que contribuem para o delineamento do território campossalense tendo em vista o aprofundamento no debate sobre o planejamento urbano.

Já ingresso no Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), buscou-se a definição daquilo que seria nosso foco de discussão para a pesquisa. A análise das práticas realizadas permitiu a identificação de uma série de nuances, todavia nos saltou aos olhos uma questão chave em meio às muitas possibilidades: Poderia o Ensino de Geografia, partindo de práticas de Cartografia Participativa, contribuir para com a efetivação do Planejamento Urbano de modo a favorecer a inserção da comunidade neste processo? A discussão desta questão, face às práticas realizadas, tornou-se nosso objetivo geral que subsidiou a estruturação dos propósitos específicos que se traduzem na discussão das seguintes questões:

- A cartografia participativa serviu ao propósito de entendimento e questionamento do espaço vivido dos alunos?;
- Poderia esta prática contribuir para a mediação entre os saberes e interesses da comunidade junto aos órgãos oficiais de ordenamento territorial?;
- Houve um ganho no processo ensino-aprendizagem em virtude das práticas efetivadas?

A fim de responder aos questionamentos que se traduzem em nossos objetivos, foram definidos os temas e conceitos que norteariam nossa discussão: o ensino de Geografia, a Cartografia Participativa e o Planejamento Urbano. É importante destacar que nossas opções metodológicas e opiniões expressas não são fruto apenas de um trabalho braçal. A análise aqui manifesta resulta também da observância de pressupostos teóricos defendidos por diversos autores que, assim como este que vos escreve, "pensam fora da caixa". Trocando em miúdos: nossas bases teóricas remontam ao pensamento de estudiosos que buscam o questionamento da realidade estabelecida, que criticam as relações de poder vigentes e que anseiam por uma mudança qualitativa do panorama social de modo a contribuir para a melhoria das condições de vida dos menos favorecidos.

Ao discorrermos sobre os paradigmas, as críticas, os anseios e as possibilidades de mudança relacionadas ao Ensino de Geografia, apoiamos especialmente nas contribuições de Cavalcanti (2012), Kozel e Filizola (1996), Straforini (2004), Vesentini (2004), Vlach (1990) e, como proposta metodológica para tal intento, amparamo-nos nas ideias de Demo (2000). A continuidade da discussão pende para a opção por uma ferramenta que subsidie o atendimento dos interesses expressos em nossa explanação sobre o ensino de Geografia: a Cartografia. Iniciamos pela exposição de um breve histórico da Cartografia apoiados nas ideias de Harley (1987a, 1987b, 2009) e na relação estabelecida entre este conhecimento e o poder pautados nas contribuições de Wood (1992, 2010). Prosseguimos com a discussão sobre as diferentes correntes do pensamento cartográfico subsidiados pelas contribuições de Matias (1996) e Queiroz (2007) e consequente renovação deste, amparados pelos expostos de Bunge através das publicações do Detroit Geographical Expedition and Institute (1971) e das opiniões expressas por Seemann e Carvalho (2014).

Quando da discussão sobre o planejamento urbano, amparamo-nos especialmente nas ideias defendidas por autores vinculados a diferentes ramos profissionais - Geografia, Sociologia, Filosofia, Arquitetura e Urbanismo - como Harvey (1980), Santos (1993), Souza, M. A. (1988), Souza M. L. & Rodrigues (2004), Souza M. L. (2013) Castells (1983), Lefebvre (2001), Ferreira (2003) e Maricato (2012). O interesse que reúne este variado grupo de autores é o questionamento daquilo que está posto e a "amalgama" metodológica que os une - salvo algumas exceções - é o pensamento dialético.

A fim de propiciar um melhor encadeamento de ideias no texto, o

trabalho estrutura-se em três capítulos. No CAPÍTULO 1 – ENSINO DE GEOGRAFIA: A CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA COMO POSSIBILIDADE PARA COMPREENSÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO, buscamos discorrer sobre a importância da Geografia enquanto conteúdo escolar para a institucionalização da Geografia na qualidade de conhecimento científico no seio das universidades europeias no séc. XIX e a relação de subserviência que se estabeleceu desde então entre a disciplina e a ciência geográfica.

Prosseguindo com a discussão, ponderamos sobre os rebatimentos desta relação para a estruturação das diferentes concepções do pensamento geográfico e suas implicações para com o Ensino de Geografia de modo a contribuir para a estruturação de um modelo docente anacrônico. Sobre este paradigma tradicionalista repousam uma série de críticas que contribuíram para o estabelecimento de variadas perspectivas de ensino de Geografia que, embora assentadas sobre pressupostos teóricos distintos, convergem para o interesse comum de se desenvolver um Ensino de Geografia pautado em um pensamento crítico.

Esse ideal de Ensino Crítico de Geografia firma-se na necessidade de se desenvolverem práticas docentes vinculadas ao contexto espaço-temporal dos alunos o que, por sua vez, exige a utilização de material e de métodos que reflitam a realidade cotidiana dos atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva é que se tece uma breve consideração sobre a cartografia. Inicialmente discorrendo acerca de sua origem, vinculada aos processos de manutenção do poder sobre o espaço, o debate ganha novos ares ao se apresentarem variadas produções que fizeram uso do conhecimento cartográfico como ferramenta de empoderamento das classes menos favorecidas da sociedade.

Estas novas vertentes da cartografia, dentre as quais optamos pela perspectiva da Cartografia Participativa, reveste-se de um caráter de questionamento da realidade o que, associado ao interesse em se desenvolver um Ensino de Geografia capaz de superar o normatismo livresco, possibilita a construção de material e o desenvolvimento de metodologias de ensino que levem em consideração o contexto espaço-temporal dos discentes.

Com o intuito de apresentarmos nosso entendimento sobre o planejamento urbano e compreender a configuração territorial de Campos Sales, desenvolvemos o CAPÍTULO 2 - DO PLANEJAMENTO URBANO À CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE CAMPOS SALES. Neste capítulo, iniciamos com uma discussão acerca da origem do planejamento e suas implicações para com a estruturação do espaço no decorrer da evolução da sociedade. Buscamos apresentar de modo sintetizado as origens do

planejamento e sua forte vinculação com as práticas de ordenamento espaciais que se refletiram na institucionalização do planejamento urbano como uma de suas primeiras formas normatizadas.

A partir desta constatação é tecida uma breve crítica ao modelo de planejamento que a priori estabeleceu-se sobre a sociedade moderna, pautado em princípios centralizadores e excludentes, oriundo de teorias e práticas desenvolvidas pelos detentores da hegemonia econômica e produtiva e que, de modo negligente para com as particularidades socioespaciais das comunidades menos favorecidas, foi imposto por sobre esses povos e territórios. A discussão prossegue a partir de uma abreviada consideração sobre o modelo de planejamento urbano consagrado no Brasil e suas implicações para com a manutenção das relações de poder historicamente estabelecidas sobre o território brasileiro.

O debate prossegue a partir do questionamento: há alguma outra possibilidade para efetivação do planejamento urbano? Partindo dos subsídios teóricos que fundamentam esta pesquisa e do relato de experiências distintas em contextos espaciais subdesenvolvidos assim como o Brasil, buscamos enfatizar que há sim outras formas que não impliquem a reprodução nas relações de poder e de produção e reprodução do espaço instituídas preteritamente. Estas breves considerações são tecidas visando corroborar com o entendimento da evolução territorial da cidade que se configura enquanto lócus de realização da pesquisa: a pequena cidade de Campos Sales.

A partir desse momento, o capítulo volta-se para a apresentação da evolução espaço-temporal da cidade de Campos Sales de modo a contemplar uma descrição sucinta dos processos que delinearam a configuração do sítio urbano, em especial as práticas de planejamento que lá se estabeleceram (ou não se estabeleceram). Esta descrição visa contribuir para com a apreensão do espaço de estudo por parte do leitor bem como corroborar com o interesse em se desenvolver material que possa favorecer a discussão dos conceitos e temas da Geografia no ambiente escolar e igualmente apresentar a possibilidade de que a escola venha a constituir-se em um espaço para discussão do planejamento urbano local.

No CAPÍTULO 3 – DA CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA NAS AULAS DE GEOGRAFIA AO PLANEJAMENTO URBANO DE CAMPOS SALES, faz-se uma apresentação do percurso metodológico que norteou o desenvolvimento de toda a pesquisa reafirmando nossas opções quanto ao método escolhido e a prática desenvolvida.

Prossegue-se com um apanhado de todos os processos que se

efetivaram a partir do empreendimento do Projeto Exercendo a Cidadania: aluno informado, município organizado. O referido trabalho de extensão constitui-se na base empírica de discussão de nossa dissertação e, com intuito de promover um enriquecimento das práticas de ensino de Geografia, interpresa um consórcio entre os temas que delineiam nossa discussão - o Ensino de Geografia, a Cartografia Participativa e o Planejamento Urbano - através de uma prática militante de estudo do meio e pesquisa-ação visando contribuir para com o entendimento do espaço urbano de Campos Sales, a identificação das problemáticas que sobre ele se assentam e a proposição de vias para resolução, mitigação ou denúncia das mazelas identificadas junto aos órgãos e às autoridades competentes.

Dá-se continuidade com a apresentação dos procedimentos técnicos que possibilitaram o refinamento das informações e produções cartográficas elaboradas e que desembocaram na proposição de um conjunto de leis visando contribuir para com o planejamento urbano de modo participativo na cidade de Campos Sales.

O capítulo é finalizado com a discussão dos resultados obtidos a partir das práticas realizadas, de modo a proceder-se uma crítica no tocante aos três temas basilares da pesquisa aqui empreendida. Nesse momento, buscaremos a compreensão de como a prática da cartografia participativa permitiu aos alunos a compreensão do espaço e dos conceitos relacionados à disciplina de Geografia de modo mais dinâmico. Também nos propomos a discutir como os alunos viram-se no processo de pesquisa-ação através da análise do seu olhar mediante a tabulação de dados obtidos a partir de um questionário dirigido aos integrantes do projeto “Exercendo a Cidadania”. Todavia, ressaltamos que as considerações finais sobre o trabalho não encerram a discussão acerca dos conceitos e temas debatidos nestas breves laudas. Pelo contrário, este trabalho anseia por fomentar o surgimento de novas discussões que possam contribuir para o questionamento do status quo estabelecido e com uma mudança qualitativa dos contextos aos quais este vier servir como base para apreensão.

1. Ensino de Geografia: a cartografia participativa como possibilidade para compreensão do espaço geográfico

Neste capítulo, propõe-se uma discussão acerca do modelo de ensino de Geografia estabelecido no seio da sociedade, das implicações referentes a isto e das críticas que são realizadas por muitos sobre estas implicações. Finaliza-se este trecho com a apresentação da cartografia enquanto possibilidade para a resolução das dificuldades identificadas através da inserção de práticas de mapeamento participativo como via de produção de material contextualizado para a prática docente e fomento às discussões em sala de aula.

1.1 Ensino de Geografia

Discorrer conceitualmente sobre Ensino de Geografia é algo que extrapola os limites aparentes do próprio objeto, em virtude das múltiplas relações imbricadas neste conceito que também é um processo. Partindo do pressuposto de que o Ensino de Geografia é algo real, instituído e praticado, acintosamente sugerimos que para sua conceituação teórica exige-se a inversão da lógica da pesquisa científica! Tal inversão, entretanto, não se constitui um rompimento com uma das bases que fundamenta este trabalho: o pensamento dialético.

Pautados na vivência de um contexto escolar através do exercício da docência em Geografia, optamos pela reflexão sobre uma prática já realizada para, só então, proceder à sua análise e à busca de compreensão. Esta experiência permitiu, ainda, a definição de três elementos basilares para um debate verticalizado de como concebemos o Ensino de Geografia a partir da sua prática que são as influências: da Geografia enquanto ciência acadêmica, dos conhecimentos didático-pedagógicos e do contexto espaço-temporal no

qual as práticas se realizam.

A definição destas bases permitiu a estruturação de um ciclo radial contendo o Ensino de Geografia como resultante das interações dialéticas estabelecidas entre as mesmas (Figura 01) o que, de modo algum, elimina a dificuldade de incursão nesta seara.

Figura 01: Relações Fundamentais para a conceituação do Ensino de Geografia²



Para que prossigamos com a discussão, devemos lembrar que a Geografia antes de ser uma ciência ou uma disciplina escolar constitui-se numa necessidade da vida em sociedade, entretanto este fato não implicou uma sistematização do conhecimento geográfico em épocas remotas. Em um de seus trabalhos, Kaercher destaca que

2. Os espaços abertos entre os diferentes círculos que compõem esta relação constituinte do Ensino de Geografia servem para lembrar-nos que nesse processo os fatores e eventos não são estanques e mecânicos, mas que, a depender do contexto, podem haver inclusões de novos elementos que por hora ainda não são descritos.

[...] embora os seres humanos façam geografia desde sempre, pois organizar o espaço em que se vive é uma necessidade vital, a reflexão sistematizada acerca desta atividade - e a própria sistematização das informações daí decorrentes - é recente. (KAERCHER, 2012, p. 61)

A Geografia, enquanto Ciência, estabeleceu, no contexto de sua formação, uma profícua relação com sua "irmã", a Geografia componente curricular da educação básica. Segundo Vlach (1990), a presença da disciplina de Geografia de modo massificado nas escolas europeias do séc. XIX contribuindo ferrenhamente com o ideário de formação de indivíduos patriotas e corroborando, assim, com os interesses dos Estados nações constituídos foi um fator fundamental para que esta viesse a institucionalizar-se enquanto saber científico no seio da academia. Reforçam esta afirmação trabalhos de autores como Cavalcanti (2012), Oliveira (2004) e Vesentini (2004).

Quanto à vinculação da Geografia com os ideais do Estado no período de sua fundação, Melo, Vlach e Sampaio (2006) ressaltam que o estabelecimento de uma intrínseca relação entre o Ensino de Geografia e os interesses da classe dominante da época contribuiu para com a instauração de uma demanda decisória para a fundação da Geografia como ciência: a necessidade de se formarem professores de acordo com a ideologia dessas classes para lecioná-la nas escolas e contribuir para a manutenção das relações de poder mediante a ideologização das massas. Todavia, a institucionalização da Geografia como ciência não se deveu apenas à sua relação com ela mesma enquanto disciplina. Esta institucionalização deu-se também em virtude da consolidação de condições necessárias para a "sistematização mais precisa dos conhecimentos geográficos, ou seja, o estabelecimento de uma conduta científica no estudo das questões geográficas" (KOZEL; FILIZOLA, 1996, p. 11), condições estas que foram amadurecidas no processo de formação do Capitalismo e que eclodiram no séc. XIX. Kozel e Filizola (1996) também dão conta de que estas questões referiam-se ao conhecimento planetário em sua dimensão e forma, ao arcabouço informacional angariado sobre as diferentes regiões do planeta e aos avanços técnicos vinculados à cartografia.

O fato é que o advento da Geografia enquanto conhecimento científico é em grande parte resultante da relação desta com sua vertente disciplinar escolar e tal liame modificou-se no decorrer das transformações da vida em sociedade de acordo com as necessidades que se constituíram. Tal constatação nos direciona para uma posterior discussão sobre como estas

relações ocorreram.

Os processos constitutivos do primeiro elemento percorrido fundamentam nosso entendimento por sobre o segundo elemento de nossa empreita para a acepção do ensino de Geografia: as influências Didático-Pedagógicas sobre a prática docente. Partimos do pressuposto de que a relação entre a Geografia nas instâncias acadêmica e escolar fez-se preponderante no estabelecimento das práticas em detrimento do conhecimento didático e pedagógico. Que seja esclarecido nosso reconhecimento aos aportes teóricos oferecidos por estudiosos como Piaget (2003), Vygotsky (1991) ou Freire (1983; 1997) - apenas para destacar alguns dos muitos pensadores do campo educacional que poderiam ser citados - e entendimento de que suas contribuições se fizeram imprimir no modo como a Geografia realiza-se em sala de aula.

Todavia, pautados na experiência e recorrendo novamente as ideias de Melo, Vlach e Sampaio (2006), temos que a Geografia funda-se na universidade visando à formação dos professores desta enquanto disciplina, de modo a contribuir para que as perspectivas ideológicas das classes dominantes se perpetuassem. Esta situação teve implicações como, por exemplo, o estabelecimento de um Ensino de Geografia calcado em bases tradicionais fundamentadas num método positivista analítico dedutivo-indutivo (STRAFORINI, 2004) e assentado em uma relação marcada por uma série de dificuldades entre o produtor do conhecimento, representado pela academia e a escola como receptor das bases teóricas e metodológicas necessárias para o desempenho das práticas de ensino da disciplina de Geografia (OLIVA, 2010).

Para discutir sobre o terceiro elemento chave para nossa conceituação sobre o Ensino de Geografia, que é o contexto Espaço-temporal, novamente - e por incrível que pareça, não repetidamente - pressupomos que a relação entre a Geografia da academia e a disciplina escolar é basilar para esta análise tendo em vista a influência das correntes do pensamento geográfico sobre o Ensino de Geografia. Tal relação entre a academia e a escola estabeleceu uma série de normas, preceitos e diretrizes que foram aplicados de modo quase que literal no contexto das salas de aula. Segundo Oliva (2010), vivenciamos um momento de degradação da educação básica no país marcado majoritariamente por uma série de dificuldades impostas aos professores desse nível de ensino no que consiste à sua permanente capacitação e à renovação dos conhecimentos "aprendidos" nos bancos da universidade quando da graduação deles. Somem-se a isto as características do material de apoio disponível para utilização em sala de aula, especialmente o livro

didático - que por vezes constitui-se no único elo na relação entre a escola e a universidade - pautados numa lógica anacrônica em que as características "físicas e humanas" não dialogam entre si. Ainda sobre o livro didático, Verceze e Silvino destacam que

[...] os livros didáticos, ainda hoje, possuem um conteúdo unificado com textos específicos e em grande parte só literários que não atendem às necessidades de todas as camadas sociais, o que causa grandes dificuldades para se desenvolver efetivamente um trabalho pedagógico com enfoque nas peculiaridades regionais. (VERCEZE; SILVINO, 2008, p. 93)

"Enfoque nas peculiaridades regionais"... Esta que seria uma das grandes conquistas do Ensino de Geografia no tocante a considerar o contexto espaço-temporal da comunidade escolar para a realização da práxis docente acaba por ser relegada a segundo plano, em virtude de uma predominante relação unilateral entre a academia que produz e fornece o conhecimento quase que dogmático à escola que, nessa visão, é um receptáculo desses ensinamentos. Uma versão em larga escala da "educação bancária" (FREIRE, 1983) que tende para uma homogeneização do modo como repercutem as influências do contexto espaço-temporal de modo a ir contra a ideia de totalidade mundo (STRAFORINI, 2004) numa relação dialética que não exclua as peculiaridades locais, mas as analise mediante as interações destas com o que advém de fora do espaço de vivência dos alunos e dos professores no ambiente escolar.

Assim sendo, desse triângulo "não muito amoroso" que acreditamos ser fundamental para uma compreensão do Ensino de Geografia, podemos supor o predomínio de uma relação de dominação das teorias produzidas na academia sobre as ideias e práticas que se realizam no contexto escolar, o que nos induz a reforçar a necessidade de um breve aprofundamento sobre estas correntes teóricas que foram implantadas no seio da disciplina de Geografia nos diferentes momentos vivenciados pela Ciência Geográfica.

1.1.1 O saber geográfico e suas abordagens em sala de aula

A Geografia passou por mudanças significativas, com conflitos que vão desde as questões conceituais à ausência mesmo de consenso até sobre qual seria seu objeto de estudo. No caso do Ensino de Geografia, comumente há

predominância de uma ou outra corrente nas práticas e teorias utilizadas, o que não implica necessariamente que se faça uso daquela que ora seja considerada mais atual ou adequada para o entendimento do contexto espaço-temporal onde se realiza a práxis educativa. Saliente-se que a variedade de correntes do pensamento geográfico associadas à relação majoritariamente de submissão do contexto escolar ao acadêmico é, segundo Oliva (2010), negativamente potencializada pelas disputas originadas no contexto dos diferentes entendimentos de espaço pela Geografia no âmbito da academia.

A variedade de interpretações geográficas sobre o espaço, especialmente em relação ao Ensino de Geografia, implicou a constatação de que "às vezes não parece que os geógrafos estão falando do mesmo planeta" (KOZEL; FILIZOLA, 1996, p. 13) em virtude dos pressupostos teóricos e ideológicos que norteiam as diferentes correntes do pensamento geográfico estabelecidas (Figura 02). Kozel e Filizola (1996) enfatizam que dentre as diversas perspectivas de entendimento do espaço pela Geografia que se desenvolveram no decorrer do percurso espaço-tempo, quatro tiveram ampliado destaque. Foram elas a Geografia Tradicional; a Geografia Teorético Quantitativa; a Geografia da Percepção - ou humanista e cultural e; a Geografia Crítica.

Figura 02: Diferentes visões de espaço a partir das diferentes correntes do saber geográfico



Fonte: Extraído de Kozel e Filizola, 1996.

Estas concepções teóricas oriundas da interpretação da academia sobre a realidade reverberaram no Ensino de Geografia, variando em épocas e amplitude, delineando suas práticas e concepções. Desse modo, julga-se necessário uma breve consideração acerca destas visões e, pautados na prática da sala de aula, a explicitação resumida das consequências destas influências sobre o modo como se fez e faz a Geografia no contexto escolar que se constitui como lócus de aplicação, teorização e análise desta dissertação.

1.1.2 Da Geografia Tradicional à Crítica: uma discussão necessária

Assentada principalmente sobre os pressupostos teóricos do positivismo³ - mas também no historicismo⁴ de acordo com Capel apud Corrêa (2006) - a Geografia Tradicional muito influenciada pelas ideias do determinismo geográfico, fato este que corroborou com os interesses ideológicos das classes então dominantes. Aqui, faz-se um breve parêntesis: em todos os momentos da escala temporal, o saber geográfico, quer seja acadêmico ou escolar, esteve atrelado a determinados pressupostos teóricos que não estão desvinculados de uma ou outra ideologia. Frequentemente, o tipo de Geografia que predominou em determinado momento deste processo evolutivo esteve vinculado aos interesses diretos daqueles que detinham o poder de mando nos quadros econômico-produtivos, e por tabela, políticos e sociais.

Continuando a discorrer sobre a Geografia Tradicional, Corrêa (2006) define que seu processo de formação vai do final do séc. XIX - época de sua institucionalização enquanto ciência - até a década de 1950, quando uma série de eventos culminou com o advento teórico quantitativo. O fato é que esta corrente do pensamento geográfico cumpriu fielmente seu papel enquanto disseminadora das bases ideológicas das classes dominantes quando de seu apogeu no cenário mundial tendo em vista os privilégios dados à mera descrição do espaço através da distinção atribuída aos conceitos de paisagem e região.

3. Sistema filosófico formulado por Augusto Comte tendo como núcleo sua teoria dos três estados, segundo a qual o espírito humano, ou seja a sociedade, a cultura, passa por três etapas: a teológica, a metafísica e a positiva. As chamadas ciências positivas surgem apenas quando a humanidade atinge a terceira etapa, sua maioridade, rompendo com as anteriores. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001)

4. Método filosófico que tenta explicar sistematicamente pela história, isto é, pelas circunstâncias da evolução das ideias e dos costumes ou pelas transformações das estruturas econômicas, todos os acontecimentos relevantes do direito, da moral, da religião e de todas as formas de progresso da consciência. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001)

Esta característica reverbera também no Ensino de Geografia, delineando seu objeto, suas práticas e seus objetivos, de modo que a geografia escolar foi permeada por um ideário nacional patriótico no cerne de sua proposta pedagógica (VLACH, 1990) e ainda

Observa-se que, no ensino de geografia tradicional, os estudos se desenvolvem por meio de blocos (geografia física, humana e econômica) que não se relacionam internamente nem entre si. Na geografia física, por exemplo, não é estabelecida uma relação entre clima, solo, relevo e hidrografia. (KOZEL E FILIZOLA, 1996, p. 14)

A sociedade e suas relações eram relegadas a segundo plano, de tal forma que o homem reduzia-se a um ser condicionado pela conjuntura dos elementos naturais apresentados neste ou noutro espaço. Tal discurso fundamentou a expansão imperialista de nações do velho mundo sobre novos territórios em benefício dos interesses oriundos dos protagonistas da 1ª Revolução Industrial.

Voltando para as questões inerentes ao Ensino de Geografia, o modelo pautado na Geografia Tradicional é marcado por um alto grau de dificuldade em explicar as relações sociais estabelecidas no espaço geográfico. Todavia, este fato não impediu que muitos profissionais da docência em Geografia e material didático da disciplina possuam características vinculadas diretamente a este modelo, mesmo nos dias atuais. Ilustrando este fato temos, por exemplo, a estruturação dos livros didáticos de modo a tratar separadamente dos temas e conceitos inerentes à disciplina como se estes não tivessem contato ou influenciassem-se mutuamente no tempo e no espaço.

A Geografia Teorético Quantitativa constitui-se numa corrente do pensamento geográfico também calcada no positivismo, ou no chamado neopositivismo - em sua vertente baseada na lógica do pensamento cartesiano - visava através de operações e interpretações matemáticas produzir uma síntese do mundo e expressá-la através de gráficos e tabelas, gerando modelos passíveis de aplicação nos mais diferentes espaços. Erige por conceito chave o espaço, considerado sob duas formas: enquanto planície isotrópica, que assumia a condição de um espaço uniformizado tanto do ponto de vista das características físicas quanto sociais onde as relações e eventos nele desenvolvidos culminariam na diferenciação espacial e; na qualidade de representação matricial, que consistia no uso da geometria enquanto linguagem explicativa do espaço (CORRÊA, 2006). Oriunda da década de 1950 na Europa e Estados Unidos este modelo de Geografia ganha maior força no contexto da Guerra Fria quando a disputa travada entre as

potências hegemônicas do pós-guerra ampliou a necessidade de uma base de dados fidedigna dos recursos - naturais, materiais e humanos - espalhados nos mais diferentes rincões do planeta.

Esta necessidade de coletar e produzir dados e informações, visando à apreensão do espaço, afetou as práticas desenvolvidas por todos os setores de gerência no contexto mundial quer fossem públicos ou privados, de modo que "as técnicas de análise de dados passaram a ser utilizadas por órgãos governamentais e grandes empresas, que delas se valiam para melhor ocupar e até mesmo controlar o espaço" (KOZEL; FILIZOLA, 1996). Cavalcanti (2003) apresenta a nova roupagem da função ideológica da Geografia no contexto teórico quantitativo que segundo a autora, caracteriza-se pela transmissão de dados e informações sobre os territórios do mundo e de países que fossem do interesse dos detentores dos meios de produção. Quantificar para dominar e explorar.

No contexto escolar, a influência dos modelos quantitativos no Ensino de Geografia pode ser representada pelo modo como é elaborado o material e como são definidas as práticas a serem utilizadas em sala de aula. Partindo de uma experiência exitosa em determinada turma ou escola - êxito este avaliado muitas vezes unicamente por resultados obtidos em avaliações internas e externas - estrutura-se um modelo didático-pedagógico com bases fincadas em resultados matemáticos que inadvertidamente é aplicado em diferentes salas de aula esperando-se lograr com isso os mesmos resultados. Tal prática refuta as possíveis contribuições oriundas do saber didático bem como exclui o contexto espaço-temporal, no qual a práxis se desenvolve pautada em uma expectativa homogeneizante. Porém, para que não sejamos maniqueístas, é válido ressaltar que todas as correntes do pensamento geográfico possuem potencialidades interessantes para o ensino de geografia, fato este que pode ser atribuído também ao modelo teórico quantitativo, desde que a quantificação não se realize apenas pela mera quantificação.

A Geografia da Percepção (KOZEL; FILIZOLA, 1996) ou Humanista e Cultural (CORRÊA, 2006) surge na década de 1960 (FILHO; ABREU, 2009) tendo como grande preocupação o resgate da figura do homem enquanto centro das discussões engendradas no seio da Geografia. Assentada sobre pressupostos teóricos ligados às filosofias do significado (CORRÊA, 2006) firma-se especialmente no existencialismo⁵ e na fenomenologia⁶, alça o

5. Filosofia contemporânea segundo a qual, no homem, a existência, que se identifica com sua liberdade, precede a essência: por isso, desde nosso nascimento, somos lançados e abandonados no mundo, sem apoio e sem referência a valores; somos nós que devemos criar nossos valores através de nossa própria liberdade e sob nossa própria responsabilidade. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001)

6. Corrente filosófica, fundada por Husserl, visando estabelecer um método de fundamentação da ciência e de constituição da filosofia como ciência rigorosa. O projeto fenomenológico se define como uma "volta às coisas mesmas", isto é, aos fenômenos, aquilo que aparece à consciência, que se dá como seu objeto intencional. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001)

conceito de lugar enquanto concepção primordial para suas considerações e o espaço ganha a conotação de espaço vivido.

Pauta-se na subjetividade, interessando-se pelo modo como as pessoas apreendem a realidade que as circunda valorizando suas percepções acerca dos espaços de sua vivência. Estes pressupostos lhe permitem a busca pela compreensão do espaço a partir do entendimento de suas representações pelos indivíduos que o efetivam: vivem, moram, trabalham, habitam, circulam, entre outras atividades. No tocante ao ensino de Geografia, amparada pelas ideias de Baily, Kozel exprime que

[...] o ensino de geografia teria mais significado se priorizasse a pesquisa e análise das representações construídas pelas sociedades, considerando ainda o próprio aluno como agente de representações e conhecimentos necessários para o entendimento das relações estabelecidas na organização espacial. (KOZEL, 2009, p. 216)

Estas opções se dão a partir do entendimento de que o espaço é um construto plural oriundo da vivência de pessoas e sociedades reais por sua vez influenciadas por uma série de elementos - cultura, economia, experimentação etc. - corroborando com a geração de diferentes concepções do espaço que não devem ser negligenciadas. Relacionando esta percepção ao Ensino de Geografia, podemos ilustrar uma aplicação da Geografia Humanista e Cultural quando da valoração das experiências dos alunos mediante a produção de material didático e delineamento dos conteúdos a partir da prática cartográfica de elaboração de mapas mentais.

No bojo das insatisfações com o modelo produtivo vigente que se pautava na exploração desenfreada dos recursos - naturais e sociais - e que vinha contribuindo enormemente para o aprofundamento das desigualdades sócio-espaciais no contexto mundial, eclodem uma série de movimentos questionadores do status quo da sociedade e mais ainda desejosos por alternativas que viabilizassem uma transformação nos quadros de miséria e opressão que se estabeleciam e agudavam-se. Tais movimentos - inclusive de cunho teórico e filosófico - ganharam grande destaque a partir da década de 1970 e no âmbito da ciência geográfica reverberaram no estabelecimento de novas e variadas correntes de pensamento, tendo como ponto em comum o fato de questionarem, rejeitarem e proporem alternativas aos modelos de pensamento tidos como tradicionais. Além da Geografia Humanista e Cultural, outra dessas correntes denominou-se Geografia Crítica.

Pautada no materialismo histórico e dialético a Geografia Crítica erige

o espaço como seu principal conceito e o define como "[...] o locus de reprodução dos meios sociais de produção". (CORRÊA, 2006, p. 25)⁷. O referido autor, baseado nas ideias de Harvey e Santos, salienta ainda a indissociabilidade das esferas espacial e temporal para o entendimento das relações que se estabelecem no espaço geográfico. O espaço é agora concebido como um construto social, mas não apenas como receptáculo, mas sim como uma instância que molda o homem ao passo que é moldada por esse numa relação dialética.

As diversas contribuições oriundas de variados ramos da ciência - história, economia, sociologia e filosofia, por exemplo - para a estruturação do pensamento crítico em geografia originaram, conforme Cavalcanti (2003) não apenas uma, mas sim uma variedade de "Geografias Críticas", fato este que também contribuiu para a formação de uma série de propostas voltadas para o ensino. Todavia, a autora salienta que as diferentes interpretações geográficas sobre o espaço a partir da criticidade dialética possuem uma base comum: a crítica aos modelos tradicionais de interpretação do espaço de modo fragmentado, mecanicista, privilegiando a descrição em detrimento do entendimento das relações estabelecidas mutuamente entre sociedade e espaço.

Ainda relacionado ao Ensino de Geografia do ponto de vista crítico temos que

As propostas de reformulação do ensino de Geografia também têm em comum o fato de explicitarem as possibilidades da Geografia e da prática de ensino de cumprirem papéis politicamente voltados aos interesses das classes populares. Nessa perspectiva, os estudiosos alertam para a necessidade de se considerar o saber e a realidade do aluno como referência para o estudo do espaço geográfico. O ensino de Geografia, assim, não se deve pautar pela descrição e enumeração de dados, priorizando apenas aqueles visíveis e observáveis na sua aparência (na maioria das vezes, impostos à "memória" dos alunos, sem real interesse por parte destes). Ao contrário, o ensino deve propiciar ao aluno a compreensão do espaço geográfico na sua concretude, nas suas contradições. (CAVALCANTI, 2003, p. 20)

2. Corrêa faz esta afirmação baseado nas ideias expressas por Henri Lefébvre no livro *Espacio y Política*.

Sendo assim, o Ensino de Geografia sob a perspectiva da Geografia Crítica, deve possibilitar a integração dos diversos conteúdos vinculados à matriz didática focando as relações da sociedade com o espaço por meio da análise dos processos que se estabelecem visando à compreensão daquilo que está por trás das aparências que se materializam nas formas e funções espaciais.

1.1.3 De uma crítica ao Ensino de Geografia para um Ensino Crítico de Geografia

Constitui-se um fato que desde a gênese da Geografia em ambas as suas variações, enquanto disciplina escolar ou ciência, estabeleceu-se uma relação de mútua influência entre ambas, entretanto, percebe-se a supremacia de uma sobre a outra nesse liame. Esta afirmação baseia-se no exposto sobre as correntes do pensamento geográfico que influenciaram em maior ou menor escala o modo como se pensa e faz o Ensino de Geografia. Prova disso são as contribuições teóricas de autores como Vlach (1990), Kozel e Filizola (1996), Cavalcanti (2003), Straforini (2004) que discorrem sobre a predominância de determinadas visões acadêmicas sobre as perspectivas e práticas desenvolvidas no ambiente escolar. É consenso entre os referidos autores a predominância de um Ensino de Geografia de bases tradicionalistas, como também é consensual entre os autores a necessidade de se trilharem outros caminhos teórico-metodológicos no estabelecimento de práticas didáticas em Geografia.

Esta necessidade de se trilharem novos caminhos no tocante ao ensino de Geografia, mais que algo inerente à própria prática é uma resultante das novas demandas interpostas pela sociedade - que em grande parte foi também a responsável pelas mudanças do pensamento geográfico no seio da academia (OLIVA, 2010) - que se vê envolvida em um mundo contraditório, "dialético", e que anseia pelo entendimento das relações que o delineiam não apenas para teorizar sobre os fatos mas, acima de tudo, para tentar minorar os efeitos negativos dessas contradições em sua vida cotidiana. Tal anseio utopista nos leva a uma reflexão de que o Ensino de Geografia, posto como está sobre bases arcaicas de pensamento e prática não terá, ou pior ainda, não objetiva contribuir com tais mudanças no seio da sociedade. Não objetiva tal propósito pelo fato de ainda hoje atuar na manutenção do status quo no tocante às relações de poder instituídas mediante a alienação da sociedade do

espaço, função esta que lhe foi atribuída quando da institucionalização da Geografia a academia, há quase 150 anos. Não coopera com tal intento por ser submisso à academia, admitindo sua presumida incompetência para assumir tal repto mediante a "sacramentalização" de dois posicionamentos distintamente assumidos na relação entre a disciplina e a ciência que respectivamente intitulamos de: "o complexo do coitado", onde o profissional da educação básica, face às dificuldades que lhe são impostas - baixos salários, carga horária excessiva, turmas superlotadas, desinteresse dos alunos, negligência da família dos estudantes, más relações com os colegas docentes, com o núcleo gestor das escolas, com as coordenações regionais de educação (paremos por aqui, pois se nos alongarmos sobre os problemas possivelmente escreveremos um tomo maior que o antigo testamento) - julga-se incapaz e, por tais questões, justifica em alguns momentos sua apatia e comodismo, deixando de buscar vias para sua constante capacitação e enriquecimento enquanto profissional e; "a síndrome do nariz em pé", onde os profissionais da academia do "alto dos seus pedestais" produzem o conhecimento imprescindível para a boa prática do Ensino de Geografia.

Todavia, a crítica por ela mesma não nos leva a lugar algum. Conforme anunciado no título deste tópico, é necessária uma evolução de uma Crítica ao Ensino de Geografia para um Ensino Crítico de Geografia. Tais críticas ferrenhas não são tecidas através de um crivo "academicista" de alguém que, à luz das teorias, discorre sobre uma realidade que lhe é alheia, mas crê ter encontrado a solução para os problemas que supõe existirem no ambiente escolar. Estas resultam de uma humilde e consciente constatação das próprias fraquezas, angústias e incertezas que foram interpostas a um profissional da educação básica que, depois de um bom período atuando em sala de aula, retorna ao seio da academia buscando fortalecer suas bases para teorizar sobre suas práticas. Também não são feitas no sentido de que o Ensino de Geografia deva abandonar as contribuições das correntes do pensamento geográfico tidas como tradicionais. Muito pelo contrário, carecemos de um aproveitamento daquilo que de melhor houver em cada uma delas em benefício da relação ensino aprendizagem. Como por exemplo as "[...] práticas como uma boa descrição do espaço que se estuda são muito caras à Geografia" (informação verbal)⁸. O que não se admite é ficar na mera descrição.

8. Afirmação proferida pela Profa. Dra. Ana Maria Matos de Araújo quando participando da banca de defesa de dissertação do então mestrando Joffre Fontenelle Filho aos 22 de abril de 2015.

Tampouco podemos permitir o aguçamento da indiferença reinante na relação estabelecida entre a geografia escolar e a acadêmica. Inversamente a isto, há de se buscar vias de aproximação entre ambas de modo a anular a hierarquia estabelecida entre estas diferentes instâncias de um mesmo ramo do conhecimento: a Geografia. Para tal, partimos do pressuposto de que é necessário focar menos nas diferenças e voltar nosso olhar para algo que possa congrega escola e academia. A vivência de sala de aula e as discussões teóricas aqui utilizadas nos levaram a uma opção: a pesquisa.

Para tal, faz-se necessário pensar fora da caixa! Isso significa deixar de lado a visão de que a escola é o lugar do ensino e a pesquisa é algo estritamente vinculado à universidade. Ilustra a mudança desse paradigma o fato de que no ano de 2014 somente no Estado do Ceará, em um único evento (a VIII Feira Estadual de Ciência e Cultura) foram apresentados aproximadamente 150 projetos de pesquisa científica provenientes de todas as 26 Coordenadorias Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE), subdivididos em seis áreas específicas: Linguagens, Ciências da Natureza e Matemática, Ciências Humanas, Ciências Ambientais, Robótica Educacional e Iniciação Científica para o Ensino Fundamental (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2014).

Ressalte-se que todos os projetos participantes do evento amiúde reportado passaram por etapas locais e regionais, onde através da avaliação destes trabalhos por bancas compostas geralmente por professores das universidades públicas do Estado e das Credes. Os vencedores de cada área em cada Coordenadoria Regional de Educação obtiveram a credencial para participar da etapa estadual e nesta fase os três primeiros lugares⁹ percebem credenciais para participar em eventos de outros estados do Brasil e países de variados continentes.

Abramos um parêntesis para que possamos seguir mais seguramente com a discussão: romper com a hierarquia estabelecida na relação “disciplina x ciência” no contexto da Geografia não implica de modo algum o não reconhecimento do valor das produções de uma e outra ou da jornada formativa pela qual passaram os profissionais de uma ou outra instância. Esse rompimento significa o entendimento de que para tal intento lograr êxito faz-se necessária uma intensificação dos estudos de modo a contribuir para uma melhor instrumentalização dos profissionais da educação básica, bem como de que a academia constitui-se numa fundamental parceria para tal empreita, o que justifica o interesse de que novos caminhos de diálogo entre a escola e a universidade sejam estabelecidos.

8. Acreditamos que essa situação não seja a ideal por enfatizar a ideias de seleção e competição reforçando a exclusão, no entanto é uma conquista mediante a forma histórica como era tratada a educação básica.

A opção pela pesquisa é resultante de uma vivência conjugada ao embasamento teórico que se propaga não apenas no tocante à Geografia. Ao discorrer sobre o ensino de ciências, Piaget (1974) enfatiza a importância da pesquisa para a consolidação do aprendizado e o papel indutor, o qual o professor deve exercer no estímulo a essas investigações

A primeira dessas condições é naturalmente o recurso aos métodos ativos, conferindo-se especial relevo à pesquisa espontânea da criança ou do adolescente e exigindo-se que toda verdade a ser adquirida seja reinventada pelo aluno, ou pelo menos reconstruída e não simplesmente retransmitida. (PIAGET, 1974, p. 18)

Tal escolha prático-metodológica contribui, em nosso entendimento, para a superação das dificuldades ressaltadas no tocante à relação estabelecida entre a Ciência Geográfica de cunho acadêmico e o Ensino de Geografia enquanto prática e teoria, tendo em vista pressupormos que este caminho deve orientar o professor da educação básica numa busca por aprofundamento teórico visando o enriquecimento e diversificação das práticas didático-pedagógicas em prol da qualidade do ensino, aproximar universidade e escola pelo compartilhamento de um elemento em comum nas suas práxis - favorecendo a troca de experiências e a produção de conhecimentos de forma consorciada - e valorar as experiências e entendimentos dos alunos na construção do aprendizado através da associação da teoria com a prática contextualizada espacial e temporalmente.

Não se propõe apenas a utilização da pesquisa no processo de ensino, mas sim que se forme o aluno através da pesquisa. Auxilia-nos nestas considerações as assertivas de Demo ao expressar que

Educar pela pesquisa tem como condição essencial primeira que o profissional da educação seja pesquisador, ou seja, maneje a pesquisa como princípio científico e educativo e a tenha como atitude cotidiana. Não é o caso fazer dele um pesquisador "profissional", sobretudo na educação básica, já que não a cultiva em si, mas como instrumento principal do processo educativo. Não se busca um "profissional da pesquisa", mas um profissional da educação pela pesquisa. Decorre, pois, a necessidade de mudar a definição do professor como perito em aula, já que a aula que ensina a copiar é absoluta imperícia. (DEMO, 2000, p. 2)

No mesmo trabalho, Demo ressaltava ainda que

A partir daí, entra em cena a urgência de promover o processo de pesquisa no aluno, que deixa de ser objeto de ensino, para

tornar-se parceiro de trabalho. A relação precisa ser de sujeitos participativos, tomando-se o questionamento reconstrutivo como desafio comum. (DEMO, 2000, p. 2)

Por tais expostos, acreditamos que uma conceituação para o Ensino de Geografia deva reconstruir as relações com os elementos que inicialmente salientamos como basais para o próprio conceito: a Geografia Acadêmica, os conhecimentos didático-pedagógicos e o contexto espaço-temporal. Esta reconstrução dever partir da mudança de entendimento do Ensino de Geografia apenas como um resultante das interações entre os elementos citados. Faz-se necessário que assim como o espaço estabelece uma relação subordinada/subordinante com a sociedade, moldando-a e sendo moldado por ela em um movimento dialético, o Ensino de Geografia passe a receber as influências dos elementos teóricos que o constituem e devolva a estes contribuições que também possibilitem o repensar deles mesmos à luz dessa relação dialética. Deve-se buscar a construção de conhecimentos consorciados entre a academia e o ambiente escolar, a produção de novas propostas didático-pedagógicas e o entendimento das relações que configuram o contexto espaço-temporal dos envolvidos no processo educativo de modo a possibilitar vias para tentar mitigar as contradições encontradas visando à redução das problemáticas cotidianas da sociedade.

1.2 Cartografia: uma Ferramenta e suas Múltiplas Possibilidades

Estas breves laudas não ambicionam tecer uma descrição esmiuçada da evolução da Cartografia no contexto mundial, tampouco discorrer aprofundadamente sobre a teoria dos mapas. Ao abordarmos a temática cartografia, objetiva-se discorrer de modo sucinto sobre a influência da Cartografia e de seu principal produto, o mapa, nos processos de organização espacial e, a partir de nossa fundamentação teórica aliada à vivência empírica, optar por um conceito de cartografia que venha favorecer a satisfação de um dos principais anseios desta empreita: contribuir para o entendimento do espaço, de modo que este venha a favorecer os processos participativos de decisão, tornando o mapa uma ferramenta de empoderamento para a comunidade que o produziu.

A humanidade desde seus primórdios foi orientada por uma série de necessidades que a impeliu no desenvolvimento das mais variadas técnicas. Uma das primeiras carências a serem supridas pelo homem diz respeito à obtenção de meios para assegurar sua própria sobrevivência, o que por sua

vez, liga-se de modo intrínseco à exigência de se conhecer o espaço no qual se está inserido, a fim de minorar as dificuldades interpostas à subsistência. Paralelamente a isto, fez-se mister o estabelecimento de vias que, além da apreensão do espaço, permitissem a transmissão desses conhecimentos para os seus semelhantes no presente e para as gerações futuras. Em suma, tão premente ao homem quanto assegurar sua própria subsistência foi a necessidade de comunicar-se para assegurá-la.

Dentre as muitas formas de comunicação elaboradas pelo homem no decorrer de sua evolução espaço-temporal, a cartografia estabelece-se como uma das mais antigas e, embora o mapeamento não seja uma "habilidade inata ao ser humano" (HARLEY, 1987b, p. 3), enquanto prática, a produção de mapas vem acompanhando a humanidade desde épocas remotas, preexistindo inclusive ao seu registro histórico e aos sistemas de comunicação alfanuméricos. O processo evolutivo da sociedade e do conhecimento cartográfico erigiu o mapa como uma das mais antigas e bem sucedidas formas de representação espacial. Mas o que é um mapa e por quais motivos este foi alçado à posição que ocupa no cenário mundial? Quanto ao primeiro questionamento, há uma aceção comum de que um mapa é "uma representação de uma parte da superfície da terra" (WOOD, 2010, p. 18) e, quanto à sua importância, o geógrafo francês Roger Brunet, em um documentário produzido por Lecourt e Wastiaux (2006) exprime que o mapa

[...] é uma forma de representar o mundo, dentre outras. O mundo pode muito bem ser descrito sob a forma de um poema, de um texto, mas a maior vantagem de um mapa é que ele nos dá uma representação visual, geralmente visto de cima, o que nos permite ver as distâncias entre as coisas e os lugares, determinar o desenho do terreno, a distribuição das cidades, rios, algo que nenhuma descrição escrita, mesmo amais inspirada, poderia ser melhor. (BRUNET in LECOURT; WASTIAUX, 2006)

Entretanto, inspirados no entendimento quase "poético" de Brunet, acerca das possibilidades inerentes ao mapa, no tocante à apreensão e representação espacial, ousamos dizer que "Há algo de podre no Reino da Dinamarca". (SHAKESPEARE: HAMLET, Ato I, Cena IV). Trocando em miúdos, o conceito atribuído aos mapas fora aceito de modo acrítico (HARLEY, 1987b). Os mapas não são apenas aquilo que demonstram ser ou, como afirma Wood (1992, p. 66), "mapas usam muitas máscaras" e "a verdade é... mapas são armas". A conceituação genérica que historicamente

atribuiu-se ao mapa constitui-se em um perigo: a sua naturalização. Em um de seus trabalhos, Wood descreve os efeitos nocivos desse processo:

Naturalizar o mapa tem o efeito de universalizá-lo o que contribui no obscurecimento de sua origem vinculada à ascensão do Estado. Naturalizar o mapa... a passar por cima... do papel do mapa na manutenção das relações sociais nas sociedades onde os mapas são comuns. Assim naturalizados, os mapas são vistos como ordinários ou despercebidos.¹⁰
(WOOD, 2010, p. 19) (tradução do autor)

A superficialidade atribuída ao conceito de mapa também se fez predominante sobre a conceituação teórica da ciência que em sentido lato, vem ocupando-se dos estudos relacionados ao seu entendimento e produção: a cartografia. Um primeiro problema reside na "pouca idade" do termo. Enquanto a produção cartográfica remonta a longínquos períodos da evolução da humanidade, o termo em si só veio a ser cunhado no séc. XIX por Manuel Francisco de Barros e Sousa, o "Visconde de Santarém" - sim, o termo cartografia é brasileiro. Conforme salienta Harley (1987a) a evolução dos processos ligados a produção dos mapas, sobretudo a partir da década de 1980, em virtude especialmente do advento das técnicas de sensoriamento remoto e a evolução dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG's) vem contribuindo para um "divórcio" entre a cartografia e algumas práticas que originalmente constituíam-se enquanto fundamentais para a sua realização (HARLEY, 1987a).

O caráter raso que os conceitos cartografia e mapa assumiram no decorrer da evolução espaço-temporal não se estabeleceu por acaso. Wood (1992) ressalta a força ideológica exercida pelos mapas no tocante à manutenção do controle espacial e social. Destaca também o interesse por parte daqueles que detêm o pleno conhecimento do potencial legitimador que os mapas possuem no tocante apresentar-lhes ante a sociedade enquanto ferramentas plenamente controladas e compreendidas por aqueles que os vislumbram e por tal, inofensivas. Sobre isto, o referido autor expressa que

Claro que é mais confortável pensar neles como ferramentas, para exaltar a sua utilidade, para celebrar sua capacidade de servir a humanidade nisto ou noutras cem maneiras maravilhosas. Mas o fato é... mapas são armas. Não menos letais que os punhos e revólveres, tanques e caças engajados

10. Originalmente a citação encontra-se assim: Naturalizing the map has the effect of universalizing it, and this helps obscure the map's origins in the rise of the state. Naturalizing the map helps . . . pass over . . . the map's role in the establishment and maintenance of social relations in societies where maps are common. Naturalized this way, maps seem ordinary and unremarkable, indeed necessary.

na subjugação do mundo, na intimidação dos seus habitantes, na legitimação do status quo... e de quem possa contestá-los¹¹ (WOOD, 1992, p. 67) (tradução do autor)

Mais que representar graficamente o espaço, a cartografia e os mapas vêm contribuindo ao longo da história para com os processos de controle, dominação e exploração das sociedades hegemônicas sobre aquelas "menos evoluídas". Para Harley (1987a, 1987b, 2009), este poder hegemônico personifica-se majoritariamente na figura do Estado em diferentes momentos da evolução da sociedade, tendo em vista ele ser o principal detentor do conhecimento cartográfico.

Partindo destas constatações, é possível afirmar que os mapas em seu processo evolutivo no fluxo espaço-temporal estiveram vinculados ao poder estabelecido sobre o espaço. Some-se a isto o fato de um mapa conter (ou omitir) de modo sintetizado uma série de informações acerca do espaço e encontramos uma das justificativas para a importância que lhes foi atribuída no contexto mundial: a manutenção das relações de poder. Poder este que desde épocas longínquas constituiu-se num interesse da humanidade. Sem incorrer numa discussão de cunho filosófico ou religioso, basta que observemos a inscrição contida em Genesis acerca da missão atribuída ao homem: "Frutificai... e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a." (GENESIS, 1:28) para que se tenha uma ilustração do quão antigo é o interesse do homem pela obtenção de poder e controle sobre o espaço.

Mas, se os mapas evoluíram de tal modo a contribuir para o estabelecimento de um poder quase discricionário por parte daqueles que o idealizam e produzem, como reverter esse quadro de dominação estabelecido no tempo e no espaço? Tendo em vista a relação estabelecida entre os mapas e o poder, Harley (1987a, 1987b, 2009) e Wood (1992) reforçam a importância de que não devemos compreendê-los enquanto objetos puramente científicos, e por tal, imaculados, cobertos por uma neutralidade inerente a este tipo de produção. Pelo contrário, os mapas devem ser interpretados como instrumentos dotados de intencionalidade, revestidos de um conteúdo ideológico e pautados em interesses oriundos daqueles que o produziram. Inicialmente para assegurar a subsistência, os interesses pela apreensão e representação espacial expressos nos mapas sempre estiveram vinculados a diversos fatores, desde questões religiosas, passando por conveniências políticas, proveitos econômicos ou pressões

11. Originalmente a citação encontra-se assim: Of course it's more comfortable to think about them as tools, to extol their utility, to celebrate their ability to serve humankind in this and that and a hundred other wonderful ways. [...] But the fact is ... maps are weapons. Not less than fists and guns, than tanks and fighters are maps engaged in the subjugation of the world, in the intimidation of its inhabitants, in the legitimization of the status quo ... and of those who would contest it.

militares que não raramente deram-se de modo consorciado em diferentes momentos no tempo e no espaço.

A identificação destes elementos nos leva a uma nova constatação: antes de fazer um uso diferenciado da cartografia e do mapa, faz-se necessário compreendê-lo de modo aprofundado. Sobre isto, Harley (2009) discorre de modo sintético sobre algumas perspectivas essenciais para o sucesso dessa tarefa. Segundo o autor, para o entendimento de um mapa faz-se necessário considerá-lo enquanto uma forma de linguagem para além da percepção oriunda da semiótica. Para Harley

O conceito de linguagem se traduz mais facilmente em prática histórica. Ele não apenas nos ajuda a ver nos mapas imagens – espelhos servindo para intermediar diferentes visões do mundo, mas também nos leva a procurar dados empíricos sobre aspectos tais como os códigos e o contexto da cartografia assim como sobre seu conteúdo tomado no sentido tradicional. (HARLEY, 2009, p. 3)

Desse modo, torna-se possível a compreensão das condições que levaram a produção daquele mapa de modo a que este viesse representar a realidade desse e não daquele modo. O mapa é visto enquanto um discurso e por tal, dotado de uma "[...] carga apreciativa, avaliativa, persuasiva e retórica" (HARLEY, 2009, p. 3) passa-se a considerar a carga política que o delineou e consequentemente busca-se compreender as repercussões desta produção sobre o território representado. É a compreensão do contexto espaço-temporal do mapa que permite sua interpretação e entendimento.

O segundo ponto levantado pelo autor vincula-se ao contexto espaço-temporal da produção do mapa, mas sob uma perspectiva iconológica. Amparado nas ideias de Panofsky, Harley exprime que os símbolos presentes no mapa podem variar de significação de acordo com o contexto espacial e temporal ao qual se vinculam. Símbolos semelhantes podem ter significados diferentes e ressaltar variadas características de acordo com a observação destas questões. Segundo o autor:

Um mapa pode carregar em sua imagem um simbolismo passível de ser associado à zona, à característica geográfica, à cidade ou ao lugar particular que ele representa. É neste nível simbólico em geral que o poder político dos mapas é mais eficazmente reproduzido, comunicado e percebido. (HARLEY, 2009, p. 3)

Um terceiro ponto levantado pelo autor novamente atrela-se ao

contexto espaço-temporal, mas dessa vez relacionado ao ramo da sociologia do conhecimento. Pautado nas ideias de Foucault e Giddens no que concerne à associação entre saber e poder - *savoir et pouvoir* -, Harley define que a cartografia "[...] pode ser também uma forma de conhecimento e uma forma de poder" (2009, p. 3) de tal forma que sua representação gráfica da realidade, o mapa constitui-se numa expressão não apenas abstrata do entorno simbolizado, mas também da autoridade política incisiva sob determinado território. Enquanto linguagem, a cartografia e os mapas tiveram papel semelhante às letras e números na consolidação dos sistemas de controle elaborados pelo Estado para fiscalizar a sociedade. Segundo o autor

Como instrumentos de vigilância, eles se prestam ao mesmo tempo à coleta de informações pertinentes para o controle dos cidadãos pelo Estado e à vigilância direta de sua conduta. Nos tempos modernos, quanto mais a administração do Estado é complexa, mais suas ambições territoriais e sociais são ampliadas, e maior será sua demanda por mapas. (HARLEY, 2009, p. 4)

Nesse contexto dialético, o mapa não pode ser desvinculado das relações de poder que se estabelece sobre o território que busca representar, tampouco as práticas que o originaram podem ser negligenciadas. A observância desses pontos possibilita a apreensão do mapa para além do seu entendimento banal. Constitui-se numa tentativa de análise deste em sua concretude, partindo das relações, mecanismos e contexto espaço-temporal que o geriu. O mapa, mais que uma representação espacial é um construto social que foi historicamente cooptado pelos indivíduos e instituições hegemônicas para fins de controle e manutenção das relações de poder no e sobre o espaço assim como a cartografia. Partindo dessa compreensão, o presente trabalho, amparado em uma base teórica e uma empiria, pressupõe a utilização desse construto - o mapa - e dessa ciência/técnica - a cartografia - de modo distinto do habitual a fim de favorecer o entendimento sobre o espaço e as relações que nele se estabelecem e o moldam.

1.2.1 O processo de renovação do pensamento cartográfico e a Cartografia Participativa

Embora haja certa variação quanto às finalidades dos mapas, de acordo com as civilizações que deles fizeram uso nos diferentes momentos da evolução da humanidade, historicamente a cartografia e os mapas têm servido aos propósitos das instituições e dos indivíduos que detêm o poder

sobre os meios de produção e consequentemente, sobre o espaço no qual estes se encontram. Esta compreensão sobre a finalidade dos mapas e da cartografia em parte justifica-se pela forte influência eurocentrista no tocante aos estudos ligados à História da Cartografia que, apenas recentemente, face às novas tendências teóricas que marcam a cartografia moderna, tem-se debruçado sobre outras perspectivas. Todavia, os processos que impeliram o conhecimento científico a passar por um processo de revisão de suas bases teóricas e consequente renovação das suas práticas também incidiram sobre a cartografia enquanto teoria e o modo como se realiza a produção dos mapas, contribuindo para a mudança de um modelo cartográfico tradicional para uma cartografia moderna.

No tocante à cartografia tradicional, Matias (1996) expressa que

A visão tradicional da Cartografia, grosso modo, pode ser caracterizada pela ênfase no processo de produção cartográfica, onde predomina a preocupação com a realização do mapa em si, ou seja, o mapa é entendido como a finalidade última do processo. Nessa perspectiva, a Cartografia é inicialmente vista como a arte na qual a representação estética do mapa é o elemento principal. Posteriormente evolui para uma visão mais técnica, onde o processo de elaboração do mapa é o mais significativo. A Cartografia, portanto, de forma estrita, é entendida como a ciência que produz mapas. (MATIAS, 1996, p. 45)

Após a década de 1960, ganha maior evidência uma série de questionamentos que irão fundamentar a visão de uma cartografia moderna. As questões que moldam o novo paradigma cartográfico assentam-se sobre o diversificado conjunto de teorias das quais "[...] destacam-se a Teoria da Informação¹², Teoria da Modelização¹³, Teoria da Metaciência¹⁴, a Semiologia

12. Segundo Epstein (1988, p. 7) apud Queiroz (2007, p. 139), "[...] a Teoria da Informação é uma teoria matemática destinada a auxiliar na solução de certos problemas de otimização de custo da transmissão de sinais" e influenciou a cartografia no tocante ao desenvolvimento de pesquisas ligadas a Comunicação Cartográfica.

13. "A Teoria da Modelização considera os mapas como modelos que representam o conteúdo essencial da realidade. (ibidem, p. 140)

14. Segundo Matias (1996, p 57) "A principal contribuição dessa teoria refere-se ao surgimento do termo Metacartografia, entendida, de forma genérica, como a preocupação científica voltada para a determinação da essência e dos métodos da Cartografia."

Gráfica¹⁵, a Teoria Cognitiva¹⁶ e a Visualização¹⁷" (QUEIROZ, 2007, p. 138) e a Teoria Social¹⁸ (MATIAS, 1996, p. 71). Essas teorias que vêm fundamentar as diferentes concepções dentro da cartografia moderna vinculam-se ao desenvolvimento e afirmação do campo da cartografia temática como fruto das mudanças ocorridas após a revolução industrial, o que exigiu a produção de mapas específicos ao atendimento das necessidades que vinham se configurando nessa nova fase de ordenamento social, territorial e produtivo. Nessa nova fase do conhecimento cartográfico

[...] toma corpo a noção do que podemos chamar de processo cartográfico, no qual, além da preocupação com a realização do mapa, está significativamente presente a preocupação com o usuário final ao qual o mapa se destina. O mapa passa a ser entendido como um meio de comunicação cujo papel básico é a transmissão de conhecimento geográfico; e a Cartografia, por conseguinte, como pertencente ao domínio da comunicação visual. (MATIAS, 1996, p. 46)

No bojo dessas novas acepções de cartografia, desenvolveu-se uma série de iniciativas participativas de mapeamento no Brasil e no mundo. Nesse novo contexto podemos citar iniciativas como o Projeto de Uso e Ocupação de Terras pelos Esquimós (CANDLER, 2006), o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA (ALMEIDA, 2013) e empreitas vinculadas à elaboração de Planos Diretores com base em processos participativos na região norte do Brasil (CARDOSO, 2007).

Entretanto, dentre as diversas empreitas cartográficas realizadas com esses novos aportes teóricos, destacamos os trabalhos do geógrafo americano William Bunge, que na década de 1960 empreendeu uma série mapeamentos alternativos (Figuras 03 e 04) sobre a cidade de Detroit consorciando o conhecimento geográfico que detinha às informações e interesses expressos pelas comunidades locais que participaram de modo ativo na construção

15. Originada a partir das ideias estruturalistas de Ferdinand Saussure e tendo como principal representação os trabalhos de Bertin, a Semiologia Gráfica "[...] buscou trabalhar a cartografia no âmbito da linguagem gráfica, como sendo regida por leis fisiológicas universais, em que o signo não é arbitrário." (QUEIROZ, 2007, p. 140)

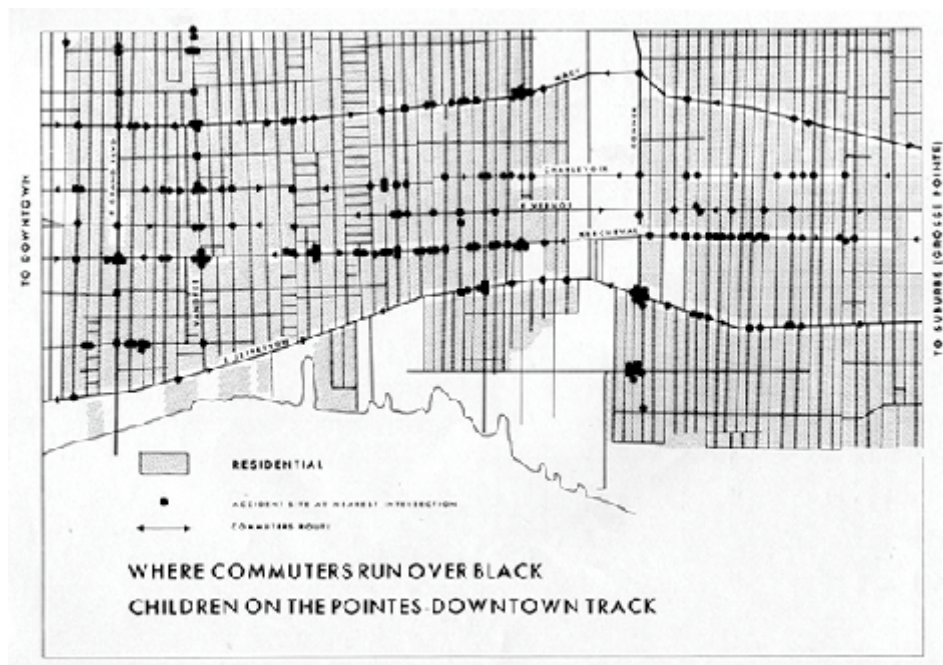
16. Segundo Girardi (1992, p. 35) apud Queiroz (2007, p.141) a Teoria Cognitiva desenvolveu-se a partir da Psicologia e sua preocupação está centrada na relação estabelecida entre o produtor e o leitor do mapa de modo a privilegiar a leitura e o entendimento.

17. Segundo Taylor (1991, p. 4) apud Queiroz (2007, p.142) "[...] a visualização é um campo da computação gráfica interessado na exploração do poder analítico e comunicativo da interpretação visual. A referida autora ressalta a consolidação da visualização cartográfica enquanto base conceitual para a Cartografia na Era da Informação.

18. Segundo Matias (1996, p. 73) "A introdução da Teoria Social na discussão dos postulados cartográficos revela uma preocupação ímpar com os aspectos socio-políticos que transcendem a elaboração do mapa. Dá-se maior relevância à compreensão dos fatores extra-mapa que propriamente àqueles relacionados às tarefas de sua execução."

dessas produções cartográficas elegendo as temáticas a serem mapeadas de acordo com as dificuldades e necessidades evidenciadas no seu cotidiano.

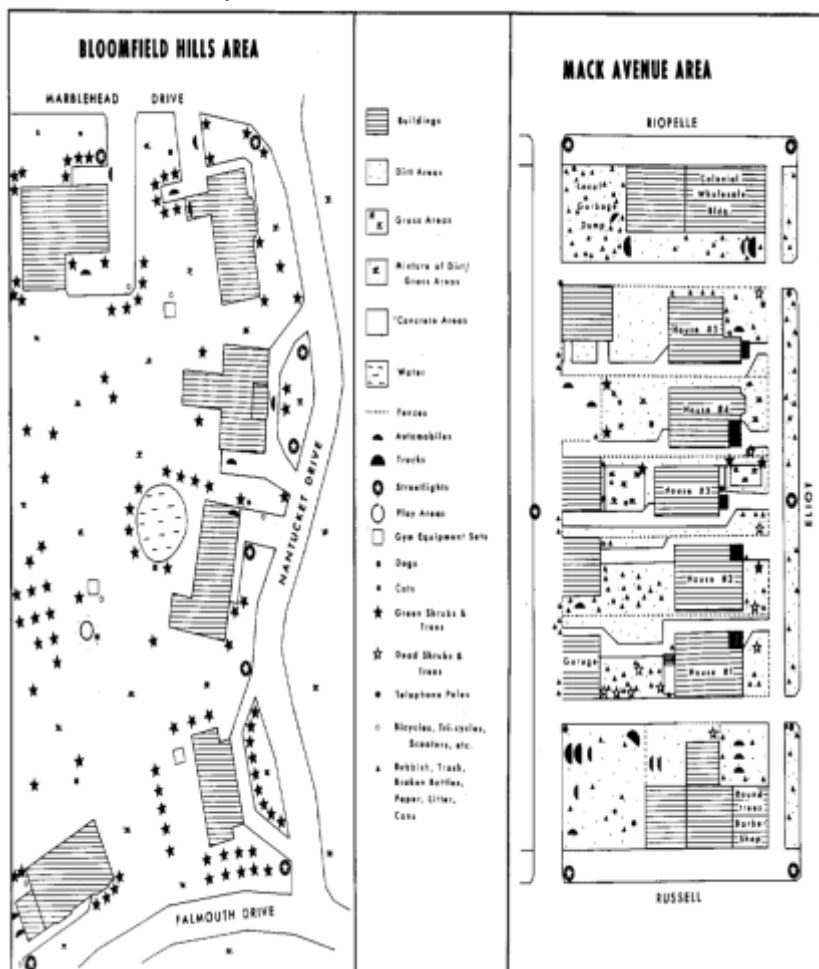
Figura 03: Atropelamentos de crianças entre os subúrbios e o centro de Detroit no começo dos anos 70¹⁹



Fonte: Detroit Geographical Expedition and Institute (1971, p. 18)

19. A figura acima retrata o descaso para com a população negra de Detroit na década de 1970. Expropriada de seus direitos e comparada a classe homossexual (nas palavras da editora Yvone Colvard, 1971, p. 17-18) a qual "não produz crianças" e classificada como "meros reprodutores de um sistema de fornecimento de drogas e produção de viciados", estas populações estão alocadas em áreas desprovidas de infra estrutura (no que tange a escolas, hospitais e meios de transporte) e em virtude dos descasos sofridos, por serem "indivíduos de segunda categoria" (e não pessoas) são contabilizadas apenas como números ante os casos de violência que sofrem, incluindo os atropelamentos sofridos pelas crianças que residem nas áreas de tráfego dos ônibus que transportam os trabalhadores destas áreas em percursos diários de até quatro horas de viagem de suas residências para o trabalho. Os atropeladores, em grande maioria brancos, pouco sofrem sanções (ou nenhuma) por tais atos.

Figura 04: A visão das crianças sobre as áreas da Avenida Mack e Bloomfield Hills²⁰



Fonte: Detroit Geographical Expedition and Institute (1971, p. 20)

Em uma análise dessas produções, Seemann e Carvalho (2014) discorrem que

Três aspectos merecem atenção. Primeiro, os mapeamentos são sobre como “as coisas deveriam ser e como de fato estão”. Bunge chamou essas representações cartográficas de oughtness maps - mapas do “deveria ser” (WOOD, 1993,

20. Mais do que um mapa situacional e comparativo, a figura acima reflete a discrepância social e econômica vivenciada por duas comunidades distintas de uma mesma cidade sob a perspectiva de um daqueles que seriam o mais frágil dos elos da corrente social: as crianças. A gritante e estampada diferenciação que se vê na figura entre o número de equipamentos e a qualidade destes ofertados as crianças de cor branca e a relação inversamente proporcional que se consagra para as crianças de cor negra só não é mais tocante e revoltante do que o relato de dor expresso pelos entrevistados no texto que serviu como fonte para esta pesquisa.

p.189). É uma crítica das condições socioeconômicas nos Estados Unidos dos anos 60 e 70. Um segundo aspecto é que a execução do trabalho foi a iniciativa da própria comunidade e não dos pesquisadores da universidade: “o que era mais radical não foi a coleta de dados ou as técnicas [utilizadas], mas QUEM estava produzindo os mapas e a urgência sentida por aqueles que fizeram os mapas” (D’IGNAZIO, 2013, sem página). Finalmente, os estudos giram em torno de crianças e sua educação. Bunge não cansou de falar que as crianças eram o elemento mais fraco e vulnerável na condição humana no mundo (BUNGE; BORDESSA, 1975, p.1). Por essa razão, quase todos os seus estudos estavam voltados a questões de infância, juventude e educação, mesmo pesquisas mais burocráticas como o relatório sobre a descentralização das escolas em Detroit (DETROIT GEOGRAPHICAL EXPEDITION AND INSTITUTE, 1970). (SEEMANN; CARVALHO, 2014, p. 8)

Vinculado ao modelo metacientífico, o trabalho de Bunge ilustra de modo eficaz uma nova tendência que se desenvolveu em relação ao fazer cartográfico: a cartografia participativa (FONDO INTERNACIONAL DE DESAROLLO AGRÍCOLA, 2009). Nessa perspectiva, poderíamos afirmar que a cartografia tem-se tornado mais radical tendo em vista o surgimento de novas propostas que se preocupam não apenas em refletir sob a estrutura dos mapas, mas que fazem da cartografia uma ferramenta de empoderamento para os grupos menos favorecidos da sociedade. Segundo Seemann e Carvalho (2014)

Esses projetos usam rótulos como “cartografia social”²¹, “cartografia crítica”²², “cartografia radical”²³, “cartografia comunitária”²⁴, “contra-cartografias”²⁵ ou “contra-

21. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JR., Emmanuel de Almeida, orgs. Povos e comunidades tradicionais. Nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013.

22. CRAMPTON, Jeremy W. KRYGIER, John. An Introduction to Critical Cartography. In: ACME: An International E-Journal for Critical Geographies, v. 4 (1), p.11-33, 2004.

23. MOGEL, Lize; BHAGAT, Alex. An atlas of radical cartography. In: Los Angeles: Journal of Aesthetics and Protest, 2007.

24. PERKINS, Chris. Community mapping. The Cartographic Journal, v.44, n.2, p.127-137, 2007.; WOOD, Denis. Rethinking the Power of Maps. New York: The Guilford Press, 2010. 334 p.

25. PELUSO, Nancy. Whose woods are these? Counter-mapping forest territories in Kalimantan, Indonesia. In: Antipode, v.27, n.4, p.383-406, 1995.; HODGSON, Dorothy L.; SCHROEDER, Richard A. Dilemmas of counter-mapping community resources in Tanzania. Development and Change, v.33, n.1, p.79-100, 2002.; DALTON, Craig; MASON-DEESE, Liz. (Counter)mapping actions: mapping as militant research. In: ACME, An International E-Journal for Critical Geographies, v.11, .3, p.439-466, 2012.

mapeamentos, “cartografias subversivas”²⁶ ou “cartografia participativa”. (SEEMANN; CARVALHO, 2014, p. 3)

Quanto aos pressupostos teórico-metodológicos das propostas participativas, em uma publicação de 2009 do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) são apresentadas quatro diretrizes fundamentais para a realização de propostas participativas em cartografia: o processo de produção cartográfica pauta-se no emprego de um objetivo comum a partir da colaboração de todos os membros da comunidade onde o mapeamento será realizado; o produto de uma empreita participativa deve refletir o pensamento daquela comunidade que o produziu visando assessorá-los no atendimento das suas próprias necessidades; o conteúdo dos mapas reflete os conhecimentos e saberes locais no tocante a apresentar, por exemplo, os nomes das localidades da comunidade de acordo com a aceção local e; não são as convenções cartográficas oficiais que definem um mapa participativo. Enquanto os mapas tradicionais buscam uma conformidade com as regras cartográficas oficiais, o mapeamento participativo pauta-se na diversificação da apresentação do conteúdo cartográfico, incorporando desde elementos da própria comunidade para sua visualização - como um desenho feito na areia - até o uso e implementação de sistemas de informação geográfica para elaboração do produto final. O foco é que a produção cartográfica possa ser compreendida pela comunidade que a elaborou e também pelos órgãos oficiais - o governo, por exemplo - de modo a favorecer a comunicação entre estas diferentes instâncias visando à melhoria das condições de vida da própria comunidade.

Desse modo, no desenvolvimento desta pesquisa optamos pela utilização de uma proposta cartográfica participativa ancorada na teoria social visando com isso atender o interesse expresso no início desta breve discussão: "contribuir para o entendimento do espaço de modo a que este venha a favorecer os processos participativos de decisão, tornando o mapa uma ferramenta de empoderamento para a comunidade que o produziu."

26. PINDER, David. Subverting cartography: The situationists and maps of the city. In: *Environment and Planning A*, v.28, n.3, p.405-427, 1996.; SEEMANN, Jörn. Subvertendo a cartografia escolar no Brasil. In: *Geografares*, n.12, p.138-174, 2012.

2. Do planejamento urbano a configuração territorial de Campos Sales

Inerente a práxis humana, o planejamento constitui-se numa prática cotidiana que se faz presente – mesmo que inconscientemente – nas mais diversas situações que possamos imaginar. De maneira didática, podemos afirmar que o ato de planejar visa elucidar questões de cunho prático, tipo “Como” alcançar tal objetivo? “Quando” poderei trocar o carro? “Para” onde irei nestas férias? “Por que” realizar uma nova graduação? “Para quem” doarei minhas revistas? “Quanto” me resta dessa dívida? Dentre outras inúmeras dúvidas deste amoedo. Entretanto, tecer uma crítica ao conceito ou as suas formas de efetivação requer minimamente que se compreendam fatos tais como a gênese do conceito, os modelos que se desenvolveram no decurso espaço-temporal e a crítica realizada ao objeto em questão à luz do pensamento de teóricos da ciência que fundamenta a pesquisa empreendida que no caso é a Geografia – bem como de ciências correlatas.

Todavia, é importante ressaltar que o trabalho em questão interessa-se especificamente pela discussão de uma das aplicações do conceito de planejamento: o planejamento urbano. Esta opção conceitual, associada ao recorte espacial onde a empiria desta investigação científica efetivou-se – o espaço urbano de uma pequena cidade do interior cearense – vem reforçar nossa opção metodológica no sentido de discorrer de modo um pouco mais aprofundado apenas sobre o conceito chave para o presente trabalho. Ressalte-se ainda que esta opção não significa menosprezo pelo aprofundamento teórico acerca do conceito de planejamento, mas apenas uma escolha visando maior clareza, fundamentação teórica e fluidez textual. Feitas as devidas justificativas, iniciemos nossa labuta.

2.1 Breves Considerações sobre a Origem do Conceito de Planejamento

Embora a prática de planejar seja algo já há muito realizada, o planejamento enquanto ideia ou conceituação teórica é algo relativamente recente tendo em vista que:

A idéia de planejamento apareceu há aproximadamente um século com o objetivo de tentar controlar de alguma forma o futuro com documentos chamados planos. Primeiramente, de forma concreta, ela surgiu como planejamento espacial, no campo de planejamento de cidades no final do século XIX e início do século XX na Inglaterra. (OLIVEIRA, 2006, p. 282)

Assim sendo, o planejamento enquanto conceito teórico conforme apresenta o autor tem menos que dois séculos de existência. Todavia, a pouca idade do conceito não impediu que ele fosse submetido a diversas influências teóricas, que desenvolvesse diversos significados e desempenhasse variados papéis no percurso espaço tempo. Seemann (2013) ao referir-se às formas de pensar o espaço – que é também um conceito teórico, assim como o planejamento – salienta que tal modo de raciocinar “[...] depende fortemente das influências socioculturais, filosóficas, políticas e econômicas de cada época e de cada povo”. Quanto ao planejamento, partimos do pressuposto que tal constatação também lhe é válida assim como a todo e qualquer conceito gestado e utilizado pela sociedade.

Corroborando com tal paradigma apresentado e no tocante à sua validação em relação ao conceito de planejamento, Oliveira (2006) descreve de modo sucinto algumas das variadas maneiras que esta apreciação moldou-se no decorrer do percurso histórico. Tais considerações possibilitaram a elaboração de uma tabela sintética (**Quadro 01**) acerca da temática.

Quadro 1: Evolução espaço-temporal do conceito de planejamento²⁷

PERÍODO	LOCAL	DESCRIÇÃO	OBJETIVO	CARACTERÍSTICA
Fim do Séc. XIX e início do Séc. XX	Inglaterra	Planejamento Espacial	Ordenar o espaço procurando urbanizar que se estabeleceu no primeiro em estudo nos modelos espaciais urbanísticos	Função essencialmente técnica da urbanização ou engenharia devida em bases estatísticas
Década de 1910	Anglia, União Soviética	Planejamento Econômico Centralizado	Atribuir ao Estado o controle central sobre os recursos e sua distribuição	Estado centralizado, baseado em políticas e burocracia, técnico, baseado em bases estatísticas
Década de 1930, 1940 e 1950	EUA e Europa	Planejamento Espacial urbano	Gerar no Estado a intervenção no plano econômico das partes capitalistas de modo a promover o crescimento	Estado baseado nos ideais Keynesianos, intervencionista, técnico, dividido em duas modalidades
Década de 1950	EUA	Planejamento econômico	Constituir-se num instrumento político de modo a contribuir para a resolução dos problemas identificados e a promoção da justiça social e de participação intrínseca em favor dos interesses dos meios econômicos locais e nacionais	Processo incremental, de ideias práticas, compreensivo, voltado para a resolução de problemas, não deriva de um instrumento essencialmente técnico
Década de 1970	EUA	Planejamento colaborativo	Constituir-se num instrumento político de modo a moldar e articular os diversos interesses envolvidos	Mediação dos interesses envolvidos no processo de planejamento, levando a qualidade nas interações entre os diversos atores envolvidos

27. No contexto da década de 1970 surgiram diversos conceitos de planejamento. Harley apud Oliveira (2006) destaca o conceito de Planejamento Colaborativo.

A partir da observação e análise expressas sobre o conceito de planejamento no Quadro 01 identifica-se que sua gênese ocorreu em locais que, naquele dado momento da evolução social, apresentavam as condições necessárias para figurar no cenário global enquanto nações hegemônicas, o que denota uma intrínseca relação entre o conceito e as relações de poder, ou a manutenção destas. Pode-se afirmar ainda que o ele foi influenciado por diversos fatores no decorrer da historicidade e que estes elementos deram origem a diversas formas de se conceber e, conseqüentemente, aplicar o planejamento em todos os contextos possíveis e imagináveis. Assinale-se ainda que independentemente de quais variações o conceito e suas aplicações tenham sofrido no percurso espaço-tempo, o planejamento preservou em grande parte o seu caráter tecnicista e restritivo.

Este caráter constitui-se numa das bases fundamentais das diversas críticas realizadas ao planejamento enquanto conceito e processo nos mais variados espaços de aplicação, o que inclui o planejamento urbano. Contudo, antes de iniciarmos a discussão sobre este conceito que se constitui basilar para esta pesquisa é importante que sejam apresentados alguns pressupostos teóricos sobre ele.

2.1.1 Sobre o planejamento Urbano

O planejamento urbano constitui-se numa das primeiras formas institucionalizadas de planejamento, tendo em vista que quando da gênese do conceito que o origina o objeto de aplicação empírica desta apreciação era o espaço urbano das então atribuladas grandes cidades europeias do final do séc. XIX. Sendo assim, pode-se sugerir que planejamento urbano é a efetivação do planejamento sobre o espaço urbano. Mas o que de fato é planejamento? Souza (2013) ao tecer suas considerações acerca das diferenças entre planejamento e gestão expressa que planejamento é uma tentativa “[...] de prever a evolução de um fenômeno”. O mesmo autor salienta que visando não anunciar seu entendimento de modo a vincular-se com as formas convencionais de interpretação sobre tema poder-se-ia defini-lo como uma tentativa “[...] de simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios”.

Contudo, é importante salientar que o entendimento e conceituação do que venha a ser planejamento urbano varia de acordo com a forma que este é inserido nas estruturas administrativas, podendo deste modo

[...] ser apenas uma atividade de revisão formal do plano diretor; ser confundido com plano de governo, estratégico ou não; estar sujeito a uma espécie de pragmatismo, se estiver, por exemplo, sendo elaborado somente em função de decisões de caráter fragmentado e imediatistas. (COSTA, 2005, p. 9)

Assim sendo, mais que apresentar um “conceito para planejamento urbano”, o presente trabalho esforça-se em fazer uma opção por um “modelo de planejamento urbano” que corrobore com as aspirações dos teóricos que nos subsidiam para com o tema. Sucintamente, podemos descrever nossas bases teóricas como de orientação materialista histórica e dialética e que em seus postulados vislumbram o fenômeno urbano como passível de aplicação de práticas contributivas de uma sociedade mais justa, participativa e igualitária no tocante ao espaço urbano.

Para tal intento, pautamo-nos em contribuições interdisciplinares valendo-se de autores vinculados à Geografia como Harvey (1980), Santos (1993), Souza, M. A. (1988), Souza M. L. & Rodrigues (2004) e Souza M. L. (2013)²⁸, passando pelos aportes oferecidos desde sociólogos e filósofos – Castells (1983) e Lefebvre (2001) – até arquitetos – Ferreira (2003) e Maricato (2012) – que em seus trabalhos têm optado pela realização de uma discussão acerca do fenômeno urbano e seus elementos de modo a privilegiar as questões inerentes à justiça social em benefício da consolidação do direito à cidade.

Apresentado nosso entendimento – e anseio – sobre o conceito de planejamento urbano, daremos prosseguimento a discussão, tecendo uma crítica ao planejamento urbano enquanto processo, à luz de nosso referencial.

2.1.2 Breves críticas ao Planejamento Urbano

Uma das mais recorrentes críticas ao planejamento urbano aplicado no contexto das cidades atuais reside no seu caráter tecnicista e restritivo – anteriormente citado. Tecnicista pelo fato de o planejamento urbano ser visto a priori como tarefa a ser desempenhada por um corpo técnico dotado

28. Embora Marcelo Lopes de Souza não faça parte dos seguidores dos pressupostos teóricos vinculados ao materialismo histórico e dialético suas considerações acerca do fenômeno urbano e a defesa pelos processos de participação popular na construção destes espaços como promoção de justiça social fazem com que seus entendimentos sejam importantes para a discussão aqui empreendida.

de conhecimentos específicos para tal empreita – saliente-se que não negamos o valor e a importância da técnica na elaboração e prática do planejamento urbano, todavia afirmamos, baseados no referencial bibliográfico utilizado e nas práticas desenvolvidas, que esta por si só não dá conta de partes importantes para a efetivação de um modelo que atenda a resolução das críticas a ele tecidas – que na prática, configura-se na base para o segundo motivo de queixume residente no seu caráter limitativo, no sentido de que apenas indivíduos ou instituições dotadas das capacidades ideais possam efetivamente participar dos processos de planejamento.

Neste ponto, evocamos um trecho de uma citação feita anteriormente no corpo deste texto. Quando de sua explanação sobre a gênese do planejamento, enquanto conceito teórico, Oliveira (2006) expressa que “[...] de forma concreta, ela surgiu como planejamento espacial, no campo de planejamento de cidades no final do século XIX e início do século XX na Inglaterra”. Nesta afirmação reside uma série de questões acerca do conceito: sua vinculação direta ao espaço, sua gênese baseada no momento histórico/social, o caráter funcionalista que lhe é atribuído e a expectativa de realização do futuro tal e qual se planejou. Todavia, focaremos em dois pontos que julgamos primordiais para a concepção do planejamento de modo a responder as ansiedades deste trabalho: sua ligação intrínseca com a questão espacial, desde o instante do seu aparecimento enquanto conceito teórico, e sua vinculação direta ao contexto histórico, político, econômico e ideológico no qual se desenvolve – no caso exposto, a mudança do modo de produção vigente (o período apresentado na citação compreende os acontecimentos vinculados à 2ª Revolução Industrial e ao crescimento desordenado das cidades europeias, onde os parques produtivos se estabeleciam).

Porém, observemos o seguinte: se a ideia de planejamento está vinculada diretamente ao conceito de espaço e este por sua vez é composto de elementos naturais e sociais – o que logicamente inclui as pessoas como um todo – no dado instante em que o conceito ou a prática cerceiam a participação de algum destes entes a nosso ver constitui-se uma contradição.

A fim de melhor apresentar esta contradição, a qual citamos e situar adequadamente o âmbito de nossa discussão conceitual, informamos que partimos do pressuposto de que o planejamento urbano assenta-se sobre um locus, uma materialidade e que esta constitui-se no espaço geográfico, aqui entendido como sinonímia de território sob a perspectiva de Santos... que o classifica como sendo um conjunto indissociável de objetos e ações. Acerca dessa discussão, Santos e Silveira (2001) reforçam a inseparabilidade entre a

materialidade e seu uso, ou seja, não se pode tratar do espaço deixando à parte seus elementos constitutivos.

No contexto do planejamento urbano, tal equívoco tem resultado numa série de práticas desconexas da realidade para a qual aquele plano foi idealizado e repercutido enquanto complicadores das problemáticas existentes – e até geradores de novas dificuldades – para os grupos excluídos do processo de elaboração destes instrumentos. Visando contextualizar a discussão, voltaremos nossa atenção para as questões relacionadas ao planejamento urbano no território brasileiro.

2.1.3 Planejamento Urbano: o modelo brasileiro

Trazendo a discussão para o espaço brasileiro, alguns fatores potencializam tais dificuldades que aqui se fazem presentes. Entretanto, discutir tais fatores carece de um aprofundamento nas questões que fundamentam o planejamento no território nacional. Para tal empreita, apoiamo-nos numa das contribuições de Souza (1988) que enfoca três conceitos que estão no cerne desta questão: a cidade – que padece de uma indefinição conceitual por ora ser representada por ela mesma, ora pelo município; a região – vista por diversas perspectivas de modo isolado e; o planejamento – reduzido a um conjunto de teorizações advindas de outros contextos. Tais conceitos do modo como são entendidos e inter-relacionados acabam por reduzir o planejamento a “[...] uma técnica, a uma formalização do real”.

Assim sendo, poderíamos sugerir que o planejamento urbano no contexto brasileiro constitui-se em um mero calhamaço de papel calcado em normas e observações acerca de um espaço e tempo diferentes do nosso? Tal interrogação ainda se faz precoce – mas não ilegítima. Todavia, prosseguindo com o aporte teórico encontramos a seguinte citação que de modo revelador e com caráter denunciador expressa:

O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se trata de ideias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também

podemos dizer que as ideias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. (MARICATO, 2012, p. 122)

Baseados nestas afirmações, podemos somar ao questionamento do parágrafo anterior uma nova preocupação: acaso o planejamento urbano no Brasil foi reduzido a uma única técnica – o urbanismo – e deliberadamente direcionado para o atendimento dos interesses específicos de um determinado grupo constitutivo da sociedade brasileira em detrimento das necessidades dos demais? Parafraseando o poeta, “ainda é cedo²⁹”. A fim de assegurar maior consistência à discussão aqui empreendida, faz-se necessário remontar a gênese do planejamento urbano no Brasil e ressaltar algumas de suas experiências mais emblemáticas para que, de posse destas informações, possamos prosseguir. Sobre o desenvolvimento e aplicação do planejamento urbano no espaço brasileiro identificamos que:

O planejamento urbano no Brasil não se trata de um assunto tão recente quanto se possa imaginar. Já no início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro - então capital federal - passou por um processo de reestruturação denominado de Reforma Passos, processo este pautado no modelo francês implementado pelo Barão de Haussmann quando fora prefeito de Paris durante o século XIX. (CARVALHO & HOLANDA, 2015)

Sendo assim, embora o planejamento enquanto conceito e suas acepções – dentre elas o planejamento urbano – datem de pouco mais de dois séculos, aproximadamente trinta anos após as primeiras práticas terem sido desenvolvidas e implementadas em espaços exteriores ao Brasil, estas já se fizeram presentes em terras “tupiniquins”. Todavia, conforme o aporte teórico apresentado, o planejamento urbano aqui se estabelece enquanto algo posto, pronto para ser aplicado sem que houvesse a consideração das condições diferenciadas do espaço e sociedade que aqui haviam. A fim de ilustrar tal afirmação, tomemos por base a Reforma Passos que se constituiu numa das mais emblemáticas propostas de planejamento urbano em território nacional e que:

[...] consistiu em diversas obras de alargamento de ruas, abertura de novas vias e embelezamento (construção de praças e jardins) na área central da cidade e suas cercanias. Seus objetivos básicos eram três: um econômico - adaptar a área central às novas exigências do capitalismo quanto a circulação de mercadorias e pessoas [...] outro ideológico e

29. Alusão a música de mesmo nome da extinta banda de roque nacional Legião Urbana.

simbólico - fazer com que a capital do Brasil republicano pudesse ombrear com suas rivais platinas, Buenos Aires e Montevideu (que se davam ares de cidades "européias") perante as quais se sentia inferiorizada; e, por fim, um objetivo político - "limpar" as proximidades de áreas institucionais importantes, como o Palácio do Catete (residência dos presidentes da República), da presença, tida como perigosa, de tantos e tantos cortiços e casas de cômodo que se espalhavam pelo centro do Rio e seus arredores. (SOUZA & RODRIGUES, 2004, p. 37).

Baseados neste relato, coligimos que o planejamento urbano no Brasil nasceu dotado de uma série de vícios que o levaram a na maioria das vezes caracterizar-se como: tecnicista; restritivo; burocrata e intervencionista – por ser gestado no âmbito estatal e implementado através de políticas de intervenção; descontextualizado – por buscar tornar o espaço urbano brasileiro semelhante aos grandes centros urbanos da Europa e a algumas das grandes cidades sul-americanas que já haviam passado por tais processos; e conservador – por estar atrelado aos interesses de seletos grupos (setores produtivos, detentores do capital, classes dominantes) visando à manutenção das relações de poder em detrimento das necessidades e interesses da maioria. Sobre estas questões, Schvarsberg (2011) expressa que “[...] é fato que exclusão e segregação são marcas constantes e indeléveis da trajetória não só da urbanização, mas do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil”.

Tais problemáticas relacionadas ao planejamento urbano no Brasil sofreram um agravamento com o passar dos anos em virtude da situação política vivenciada pelo país durante o período da Ditadura Militar (1964 – 1985) – que contribuiu enormemente para a manutenção e fortalecimento do caráter conservador do planejamento aqui estabelecido – e da superação numérica da população urbana sobre a rural já na década de 1970. Este segundo evento manteve-se em evolução de modo que já em 1996, 78,4% da população brasileira viviam em cidades, proporção que ultrapassa os 80% atualmente (ROLNIK & CYMBALISTA, 2009, p. 2). O adensamento das questões relacionadas ao urbano gerou condições para que o tema planejamento urbano viesse ocupar paulatinamente posições de destaque no cenário nacional, especialmente:

[...] após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que nos seus artigos 182 e 183, contemplam pela primeira vez em uma carta magna as bases da política urbana nacional:

ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (CF 1988, Art. 182) - uma vitória da luta da sociedade civil organizada depois de tantos conflitos políticos, jurídicos e civis. (CARVALHO & HOLANDA, 2015)

Faz-se importante salientar que a regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) deu-se apenas treze anos depois com a criação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 2001). Tal estatuto constitui-se num marco teórico que versa sobre as vias para implementação de ações necessárias à resolução das mais variadas problemáticas urbanas que se estabeleceram nas cidades brasileiras – ao menos uma tentativa.

Dentre os instrumentos elencados pelo Estatuto da Cidade disponíveis para o cumprimento desta hercúlea tarefa destacamos o Plano Diretor³⁰ de Desenvolvimento Urbano (PDDU), documento este que passou a ser obrigatório para todos os municípios com população superior a 20.000 habitantes e que, pautado nas diretrizes da norma maior que o instituiu, deveria definir no âmbito municipal as vias de efetivação da política urbana nacional até o prazo máximo de outubro de 2006. Como suporte aos municípios para que pudessem elaborar este documento empreendeu-se o seguinte esforço:

O Ministério das Cidades, apoiado na missão de implantar o Estatuto da Cidade, passou a atuar, a partir de 2003, junto aos municípios em processos participativos de elaboração de planos diretores, por meio de repasse de recursos, ações de sensibilização e capacitação de técnicos e agentes locais, divulgação de material e articulação a outros programas federais. (AZEVEDO, 2011, p. 34)

A observação da citação anterior nos apresenta o caráter que teoricamente deveria nortear todo o processo de planejamento das cidades no Brasil pós- constituição de 1988: participativo. Todavia, a referida autora salienta que o entendimento do termo participativo variou de acordo com uma série de questões tais como “[...] o grau de comprometimento dos políticos, da consultoria e/ou corpo técnico, da tradição ou não de participação da população local, dentre outros fatores.” (AZEVEDO, 2011). Tal situação por vezes favoreceu a construção de planos diretores com um caráter "participassivo", onde o gestor público, por meio de uma assessoria

30. Sobre o Plano Diretor, SOUZA & RODRIGUES (2004) destacam que o mesmo recorrentemente fez parte do arcabouço legal de governança no Brasil desde as primeiras décadas do séc. XX. Todavia, ao menos em teoria, o plano diretor que se estabelece pós Estatuto da Cidade busca romper com a visão conservadora que lhe é atribuída.

vinculada ao município ou contratada por este, elaborava o documento e o entregava pronto, com vista ao simples atendimento da demanda federal, relegando a segundo - ou último - plano a participação popular no processo de construção do PDDU.

Acerca desta nova/velha problemática do planejamento urbano brasileiro reside uma dificuldade já conhecida – e salientada neste trabalho – culminada pelo estabelecimento de planos urbanísticos não conformes à realidade e tampouco as reivindicações das populações que ocupam o espaço urbano para/onde estas intervenções são pensadas/implementadas. Em suma: a priori, o planejamento urbano no contexto nacional é ineficaz. Enquanto representações de tal situação, Ferreira anuncia que:

A ineficácia do planejamento urbano funcionalista se evidencia em inúmeras cidades, pela produção de "Planos Diretores" genéricos, tecnicistas e centralizadores, feitos em gabinetes bem longe da realidade urbana, voltados mais para a retórica eleitoral do que para serem efetivamente aplicados, e que quase sempre acabaram mofando em alguma gaveta das prefeituras. (FERREIRA, 2001, p. 4)

Sendo assim, o viés político que deveria ser fortalecido no planejamento urbano através das práticas participativas sugeridas pelo Estatuto da Cidade torna-se mera questão de conveniência eleitoreira, fato este que, associado ao caráter mantenedor do status quo social e econômico de suas práticas, abreviam-no de tal forma que este, enquanto formalidade, apenas “[...] acrescenta um elemento de organização ao mecanismo de mercado.” (SANTOS, 1993, p. 96)

Esta prática de planejamento calcada sob bases anacrônicas e elitizadas vem contribuindo para a geração de cidades permeadas por desigualdades sociais que se refletem em espaços de segregação espalhados pelas grandes metrópoles brasileiras e mundiais, mas que aos poucos também são vistos em cidades de diferentes escalas, por meio da consolidação do modelo urbano pautado na divisão centro/periferia, onde o periférico não é tido apenas como o que está à margem do ponto de vista físico, mas à margem das políticas governamentais de modo a suprir as necessidades de uma crescente população que cada vez mais engrossa o coro dos excluídos socialmente do "Direito à Cidade" no espaço urbano brasileiro.

Contudo, mais que denunciar as problemáticas de modo meramente ilustrativo, este trabalho também parte da ideia de que a pesquisa detém um papel social que se reflete no interesse pela transformação da realidade

vivenciada por aqueles que integram o locus de realização da investigação proposta. Talvez até seja uma utopia – mas a utopia também é algo necessário para a realização da mudança³¹ – mas, nas palavras de Souza (2013), é preciso avançar de “[...] uma crítica do planejamento urbano a um planejamento urbano crítico”. Nesse ímpeto, a discussão direciona-se para algumas possibilidades de efetivação diferenciada do planejamento urbano.

2.1.4 Uma outra maneira de se planejar o urbano: é possível?

É fato perceptível que o modelo urbano nacional na atualidade é fruto de uma lógica de pensamento capitalista pautada nos interesses dos detentores das riquezas que impõem em grande parte sua avidez acima das necessidades vivenciadas pelas populações que então ocupam o espaço urbano. A fim de melhor apreender o modo como o urbano se desvela sobre o espaço, um conceito implícito a este fato merece ser debatido: o conceito de urbanização. Para Castells, (2011, p.111), a urbanização caracteriza-se pela relação entre sociedade e espaço. Assim sendo, se o espaço é fruto das interações capitaneadas pela sociedade que o ocupa, logicamente o modo como estas interações serão vistas enquanto formas, estruturas e funções por sobre este espaço resultarão diretamente do modo como esta sociedade produz o espaço. E mais que isso, ao tecer uma breve consideração acerca das contribuições de Lefebvre, Harvey e Castells para com a Sociologia Urbana, Konzen exprime:

O espaço não se caracteriza simplesmente por ser um espelho das relações sociais; mais do que isso, ele é também uma fonte de dinâmicas sociais. O espaço representa tanto uma maneira pela qual o passado alcança o presente quanto um modo pelo qual o presente fornece material para construir o futuro." (KONZEN, 2011, p. 87).

Partindo desta constatação, Castells discorre sobre o modo como se configurou a urbanização nos países com predominância do modo de produção socialista - ressalve-se que nas palavras do próprio autor, o caráter "embrionário" do modo de produção socialista não permite a elaboração de explicações, inclusive acerca do fenômeno urbano nestes espaços, todavia o desenvolvimento de modelos diferenciados daqueles que hoje predominam

31. Ao discorrer sobre as motivações para os movimentos sociais no campo, Galeano (1979, p. 90-91) exprime que: "Porém não está longe o tempo, afinal, da explosão mística dos nordestinos que combateram junto a seu messias, apóstolos extravagantes, levantando a cruz e os fuzis contra o exército, para trazer para esta terra o reino dos céus, nem as furiosas marés de violência dos cangaceiros: os fanáticos e os bandoleiros, utopia e vingança, deram razão ao protesto social, apesar de cego, dos camponeses desesperados. As ligas camponesas recuperariam mais tarde, aprofundando-as, estas tradições de luta."

na sociedade mundial já nos permitem aventar a hipótese de que outras formas de planejamento com reflexo na urbanização são passíveis de implementação - recorrendo de modo sucinto sobre os modelos implementados na antiga União Soviética, na China e em Cuba. Dentre os modelos descritos pelo autor, a experiência soviética - tida como potência socialista desenvolvida - mostrou-se a mais semelhante com o modo capitalista, tendo em vista o fato de que os problemas vivenciados pelas cidades russas aparentavam-se com aqueles enfrentados pelas cidades americanas, todavia o sentido social, a função técnica e, sobretudo, a solução dos mesmos são essencialmente diferentes. (CASTELLS, 2011, p. 116).

Em Cuba e na China o planejamento implementado pautou-se em um planejamento cuidadoso e na negação da constituição de polos de desenvolvimento, o que sobremaneira contribuiu para que, ao menos durante determinado período, os fluxos migratórios não viessem a engrossar os centros urbanos - que no caso da China tiveram seus crescimentos populacionais condicionados ao crescimento vegetativo - retardando assim uma série de problemáticas que por nós da face ocidental capitalista e subdesenvolvida do planeta percebemos um significativo aumento concomitante ao boom populacional urbano.

Tal fato, embora seja incipiente para a proposição de uma teoria urbana diferenciada - por conta da não consolidação do modo de produção socialista de maneira plena - serve para ilustrar a ideia de que não se necessita chegar ao caos urbano a fim de lograr o tão sonhado desenvolvimento, pois nas palavras do próprio autor:

Os exemplos de China e de Cuba mostram claramente que a urbanização acelerada e sem controle não é uma evolução necessária determinada pelo nível de desenvolvimento, e indicam de que maneira uma nova estruturação de forças produtivas e de relações de produção transforma a lógica da organização do espaço. (CASTELLS, 2011, p. 119)

Mas então se há outra - ou outras - possibilidade(s) de se efetivar o planejamento urbano, qual seria a justificativa para a não implementação destas experiências no mundo capitalista? Por que os modelos tidos como socialistas não conseguiram manter-se no mundo atual? A fim de responder estes questionamentos, valemo-nos das contribuições de Harvey quando da explicação dada pelo autor acerca do valor de uso e valor de troca do solo urbano.

O geógrafo britânico explica que recorrentemente geógrafos, políticos,

economistas e outros estudiosos, amparados por teorias anteriores como a elaborada por Jevons, fiam-se da ideia de que uso e troca são conceitos que têm sustentação enquanto separados, o que, via de regra, culmina pela opção de um ou outro quando da elaboração de suas análises, inclusive ao discorrer acerca do solo urbano. Amparado pelas ideias de Marx, Harvey (1980) ratifica que tal opção metodológica tem contribuído para assegurar o processo de alienação do homem:

(1) do produto do trabalho (do mundo dos objetos e da natureza), (2) da atividade da produção (como perderam o controle dos meios de produção), (3) de sua própria e inerente "espécie" (que se baseia no sentido pelo qual os seres humanos são uma parte da natureza, e por isso, tem uma natureza humana) e (4) de si próprios (como cada indivíduo assume uma identidade e é forçado a competir mais do que a cooperar com os outros). (HARVEY, 1980, p. 134)

Tal situação corrobora com a manutenção e ampliação do modo capitalista de produção através do atendimento de seus interesses mediante o favorecimento da circulação do capital de modo rápido e eficaz, tendo em vista o caráter de mercadoria atribuído aos objetos. Em grande parte, pode-se afirmar que tal caráter mercadológico atribuído aos objetos - o que atualmente inclui a sociedade e suas relações - é fortalecido pelo fato de que as regras do jogo são muitas vezes pré-estabelecidas por entes externos ao espaço no qual deverão ser aplicadas. Especialmente com relação ao solo urbano, no tocante ao seu uso, Harvey é enfático ao dizer que:

[...] não importa o quão sofisticado seja nosso entendimento disto, não podemos criar uma teoria adequada do uso do solo urbano fora dele. Para isso emergir, devemos focar a atenção naqueles momentos catalíticos do processo de decisão sobre o uso do solo urbano, quando o valor de uso e o valor de troca colidem para tornar o solo e as benfeitorias mercadorias. (HARVEY, 1980, p. 137).

Assim sendo, pode-se sugerir que uma teoria urbana que possa influenciar um modelo de planejamento eficaz - do ponto de vista da justiça social - necessita ponderar a respeito do valor de uso e troca sem privilegiar um ou outro e ser erigida a partir do cerne para/no qual será pensada/implementada. Diferentemente do modelo urbanístico tradicional, a legislação e todo o rol de artifícios necessários para a regulação do espaço urbano deve ter na sua constituição como ponto primordial a visão, o entendimento, as necessidades e os anseios daqueles que o ocupam, a fim de

efetivar a tão sonhada justiça social no espaço urbano.

De modo objetivo, pode-se inferir que a justiça social aventada por Harvey é parte integrante do Direito à Cidade defendido por Lefebvre. Ao discutir este direito à cidade, Konzen, pautado pelas ideias de Lefebvre afirma que:

[...] a falta de consciência acerca das políticas do espaço revela a alienação da vida cotidiana. De todo modo, o programa político do direito à cidade encontra-se ainda em gestação em uma escala global, está longe de ser concluído precisamente porque “ele não é um direito natural nem um direito contratual”... (LEFEBVRE, 1973; p. 21, tradução do autor), é um direito em construção e a ser construído. (KONZEN, 2011, p. 89)

Por tratar-se de um direito em construção, acredita-se que sua efetivação só pode concretizar-se a partir do instante em que aqueles que vivenciam o espaço urbano tomarem consciência dos processos que o definem e mais que isso, forem partes integrantes da elaboração dos processos decisórios que implicarão efeito sobre o espaço em que vivem. Tal conclusão corrobora com o que expressa Lefebvre

Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual. [...] Em si mesma reformista, a estratégia de renovação urbana se torna "necessariamente" revolucionária. (LEFEBVRE, 2011, p. 113)

Evocando novamente uma das ideias já debatidas neste trabalho, para a efetivação do direito à cidade, acredita-se que uma das vias de maior possibilidade de sucesso seja repensar os processos de planejamento urbano de modo que estes sejam participativos, combatendo assim a ideia de que o espaço urbano seja visto como mero produto, mas que possa ser vivenciado em sua plenitude, ou como propõe Lefebvre, enquanto "obra", no sentido mais próximo possível da arte tendo em vista a amplificação da realização do homem enquanto ser social e coletivo.

2.2 De "pousio" para Vaqueiros à Cidade

Situada no que atualmente é o extremo sul cearense, mais precisamente na porção Oeste da Região do Cariri, onde se limita com o vizinho estado do Piauí e imediações com o Estado de Pernambuco, a cidade de Campos Sales originou-se a partir de uma série de eventos ligados aos processos de ocupação do interior do país pelas atividades produtivas que aqui vieram a se estabelecer. Conforme afirma Torres (1990):

O descobrimento do lugar que os viajantes usavam para ter acesso ao Estado do Piauí, pela região hoje conhecida como Campos Sales, data de entre 1718 e 1721. No entanto, se já existiam vestígios de acesso ao Cariri por esta parte do extremo sudoeste do Ceará era porque muito antes a corrente sertanista procedente do Piauí havia aberto a vereda devassadora na operação de reconhecimento que se projetava além da costa ocidental da Serra Grande. (TORRES, 1990, p. 13)

O mesmo autor afirma que em termos oficiais, as primeiras sesmarias concedidas na região datam de 1725 e foram outorgadas respectivamente a Manoel Alves de Mesquita, Domingos Bezerra Monteiro e Bonifácio Ribeiro (p. 13).

Segundo Cavalcante (1998):

O núcleo de povoamento inicial que deu origem à atual cidade de Campos Sales foi uma fazenda de criar vaca brava que servia ainda de pousada aos viajantes que trafegavam entre o Cariri e o Piauí. estima-se que o primeiro sítio deu origem a primeira grande fazenda, pertencente a Eufrásio Lázaro Ribeiro, cuja atividade principal era a pecuária bovina. Daí então o primeiro nome oficial, fazenda Várzea da Vaca³². (CAVALCANTE, 1998, p. 6)

No século XIX, o território campossalense fora o palco de alguns eventos históricos de importância regional/estadual. Por volta de 1823, a ainda denominada Várzea da Vaca constitui-se como base militar sob o comando do capitão-mor José Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves (filho de Bárbara Pereira de Alencar, heroína da guerra das confederações, que viveu seus últimos dias na região e foi sepultada na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no atual distrito de Itaguá), a fim de lutar contra os insurretos à Coroa, comandados por João José da Cunha Fidié, governador das armas do

32. Primeiro nome oficial da atual cidade de Campos Sales.

Piauí. Ainda na década de 1920 do séc. XIX, o botânico escocês George Gardner esteve hospedado em terras campossalenses enquanto desenvolvia estudos sobre a botânica da região semiárida. Ressalta-se que neste dado momento, a fazenda integrava o município de Saboeiro.

Em 1858, por ocasião do levantamento realizado pelo então Senador Tomaz Pompeu de Souza Brasil, para elaboração do dicionário topográfico e estatístico da província do Ceará³³, em virtude do progresso econômico financeiro identificado na região, Várzea da Vaca foi promovida à vila, sendo denominada Nova Roma³⁴ por influência de mascates italianos - a família Cortez - que em suas terras vieram a se estabelecer. Agora, Nova Roma deixava de integrar o território de Saboeiro e fora integrada ao território de Brejo Seco - atual Araripe - entretanto, por conta da Lei n° 2.158, de 14 de agosto de 1890, que extinguiu o município de Araripe, a vila voltou a integrar o município de Saboeiro.

Conforme apresenta Cavalcante (1998):

A partir da ereção a vila, o povoado passou a progredir ainda mais sob todos os aspectos. Em 1898 ocorreram dois fatos decisivos para a emancipação de Campos Sales: a festa de Nossa Senhora da Penha e o recenseamento da até então vila. A partir da primeira arrecadou-se fundos para a construção da Capela: um total de 600 mil réis que evidenciaram a autonomia econômica que Nova Roma adquirira. Já através do recenseamento comprovou-se o crescimento populacional que influenciou os líderes regionais a organizarem-se em prol da emancipação do povoado.

No mesmo ano os ditos líderes enviaram ao presidente Manoel Ferraz de Campos Sales um abaixo assinado, anexo ao resultado do recenseamento, solicitando a criação do município cujo nome prestaria-lhe uma homenagem. Concedida a autorização presidencial, a maioria política de Campos Sales foi outorgada pelo governador do estado, Dr. Antonio Pinto Nogueira Acyoli, a partir da Lei n° 530 de 29 de Julho de 1.899³⁵.

Assim sendo, já no início do século XX Campos Sales possuía o status de município e tinha dois distritos: Campos Salles³⁶ e Poço da Pedra - atual

33. Vide Cavalcante, 1998.

34 Segundo nome oficial da atual Campos Sales.

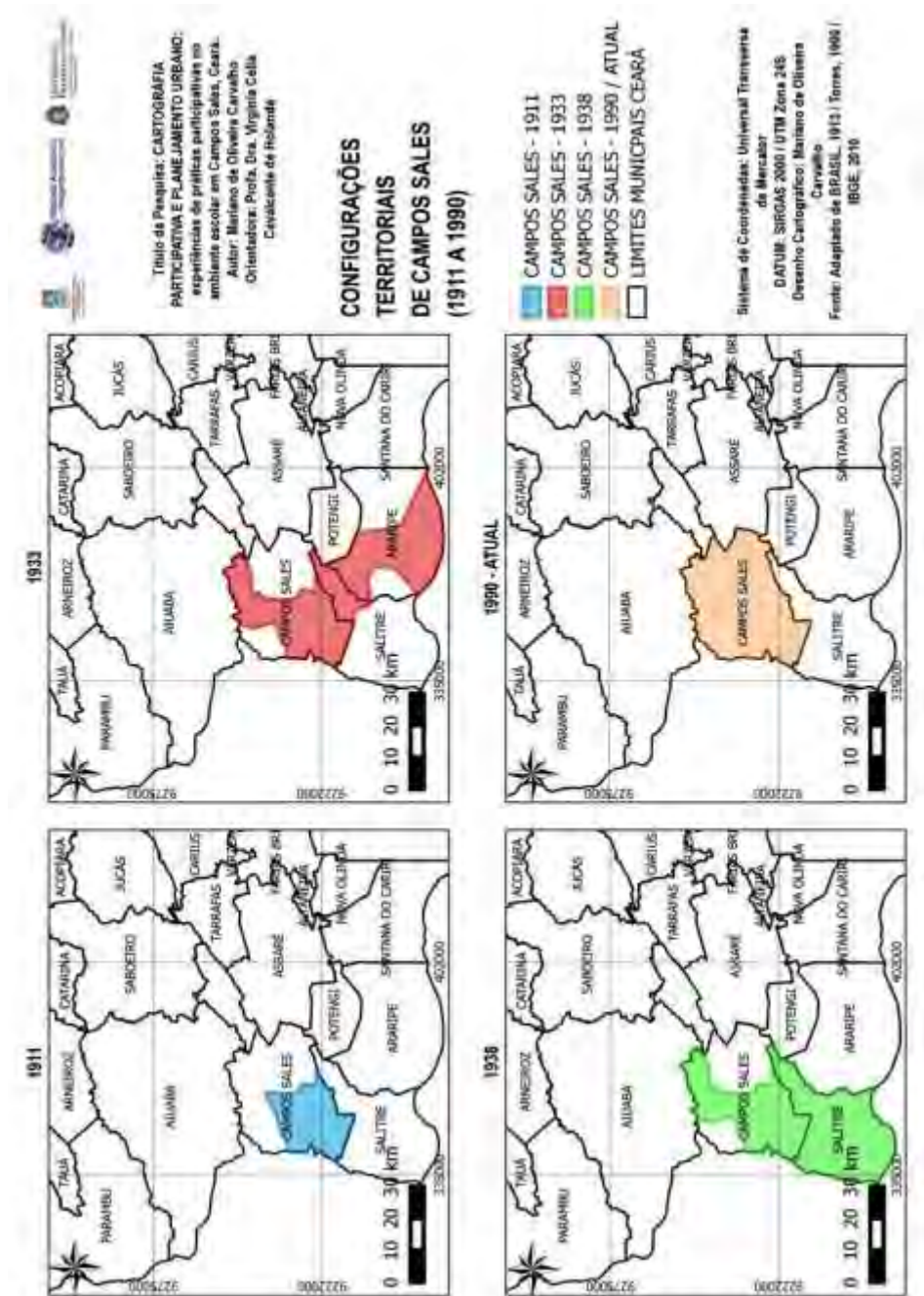
35. É válido salientar que a época da promulgação da lei, Campos Sales pertencia ao território da vila de Assaré, desmembrada de Saboeiro pela Lei prov. n° 1.152, de 19 de julho de 1865 e passou a englobar também o território da extinta vila de Brejo Seco - atual Araripe - do qual outrora foi parte integrante. Vide: Divisão Administrativa em 1911 da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv38258.pdf>

36. A escrita era feita assim na época.

Itaguá. (BRASIL, 1913, p. 41). Na década de 1930, em virtude da política de enfraquecimento das oligarquias coronelistas, sob a ordem do então Presidente Getúlio Vargas, diversos municípios foram provisoriamente extintos, dentre eles, Campos Sales. Entretanto, já em 1933, em virtude do jogo político entre as esferas federal e local, Campos Sales teve novamente o status de município, ficando então composto por quatro distritos: Campos Sales (sede), Araripe, Poço da Pedra e São Domingos. Aos 20 de dezembro de 1938, Campos Sales tornou-se efetivamente uma cidade readquirindo o distrito de São Domingos - que havia sido integrado ao território de Saboeiro em 1936 e passou a ser composto pelos seguintes distritos: Campos Sales; Itaguá - antigo Poço da Pedra; Salitre - que foi desmembrado da sede - e; São Domingos - atual Quixariú.

Entre as décadas de 1950 e 1990, Campos Sales teve a criação dos Distritos de Carmelópolis e de Monte Castelo além da perca do Distrito de Salitre que conseguiu sua emancipação política em meados da década de 1980. Atualmente, Campos Sales conta com sete distritos: Campos Sales (sede); Barão de Aquiraz; Carmelópolis; Itaguá; Monte Castelo; Poço de Pedras - antigo Sítio Acampamento - e; Quixariú - antigo São Domingos.

(Mapa 01)



Fonte: Adaptado de BRASIL, 1913 / TORRES, 1990 / IBGE, 2010.

No referido período - 1950 a 1990 - Campos Sales consolidou-se como um dos principais produtores de algodão da região, tendo em seu território o estabelecimento da Usina NivaSelma de propriedade de Hélio Lima - que fora prefeito da cidade na década de 1940 - e que passou a pertencer ao Sr. Francisco Gomes de Souza - "Franscô" Gomes - a partir da década de 1960, denominado-se Algodoeira Campos Sales Ltda. (ALCASA), realizando o beneficiamento do algodão, a extração do óleo e a produção de ração animal. Com o declínio da produção algodoeira no Estado do Ceará, em virtude da praga do bicudo na década de 1980, a usina entra em crise e quebra no ano de 1997.

2.2.1 Desvelando a Campos Sales do presente

Para desvelar a Campos Sales do presente é necessário a priori que assumamos como a vemos e compreendemos: Campos Sales é uma pequena cidade³⁷. Diversos autores contribuem no sentido de discutir e conceituar este tipo de urbe, entretanto, apoiamo-nos respectivamente nas contribuições de Endlich (2009); Santana (2011) e; Sposito e Silva (2013). Segundo Endlich (2011, p. 193) " são múltiplas e variadas as pequenas cidades".

Estas múltiplas variações acabam por traduzir-se numa dificuldade conceitual. Segundo Sposito e Silva

A noção de "cidade pequena" tem muita dificuldade para se firmar como conceito. Seu uso é bastante fluido e não está atrelado somente ao domínio da ciência, sendo utilizado frequentemente tanto pelo Estado quanto pelo senso comum. (SPOSITO; SILVA, 2013, p. 19)

Os mesmos autores em outro trecho do referido trabalho ressaltam que "... os pequenos centros entendidos enquanto cidades - no seu sentido básico - representam também, o mundo e uma formação socioespacial, construída contraditoriamente pela sociedade ao longo do tempo" (SPOSITO; SILVA, 2013, p. 17). Por sua vez, Santana (2011, p. 158) caracteriza a pequena cidade diferenciando-a dos grandes centros urbanos: "[...] o anonimato, o olhar que não perscruta, o não interesse pela vida de quem passa, rapidez dos acontecimentos caracterizam o urbano das grandes, mas não se adequam ao urbano das pequenas cidades".

37. Optamos pela utilização da terminologia pequena cidade ao invés de cidade pequena por questões relacionadas ao sentimento de pertença do autor em relação ao espaço estudado, todavia, conforme a literatura demonstra, a opção por um ou outro termo não compromete o desenvolvimento da pesquisa.

Podemos afirmar que Campos Sales é tudo isto. Um misto de marasmo - que se traduz nas ruas do centro, esvaziadas e silenciosas por conta dos comércios fechados em uma manhã de domingo - e dinamismo - representado pela vivacidade e tumulto quase que orquestrado nas mesmas ruas no começo do mês ou nos dias de feira, tradicionalmente as segundas, inundadas pela população que se desloca da zona rural e cidades circunvizinhas para fazer uso dos fixos que aqui se estabeleceram. Um paradoxo situado no tempo e no espaço representado pelas já deterioradas estruturas da antiga usina de beneficiamento de algodão confrontadas pela modernidade das fachadas das residências da nova elite que ocupa os vazios urbanos do centro.

Na atualidade, Campos Sales possui (em 2015) uma população estimada de 27.123³⁸ habitantes os quais a maioria - quase 70% - residem na sede municipal³⁹, denotando que mesmo estando no interior do estado do Ceará, segue-se a tendência populacional nacional tendo a maior concentração dos habitantes na zona urbana. As atividades produtivas aqui desenvolvidas giram em torno do setor primário - agricultura e pecuária de subsistência; setor de serviços - com destaque para o comércio varejista⁴⁰ que congrega pessoas de toda a região Cariri Oeste e imediações dos estados do Pernambuco e Piauí - com quem faz divisa direta - e o serviço público, principalmente vinculado à Prefeitura Municipal. Outro fator de movimentação econômica da cidade é a circulação proveniente das políticas assistenciais oriundas dos Programas Federais, como o “bolsa família”.

Corroboram também para a singela expressão regional que o município exerce no seu entorno imediato a existência de uma série de fixos que atraem fluxos populacionais em busca de serviços de atenção básica tais como: quatro agências bancárias - Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Bradesco e mais recentemente a Caixa Econômica Federal; os escritórios de atendimento das: Secretaria da Fazenda - SEFAZ, da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará - ADAGRI, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE, do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE; duas escolas públicas de ensino médio: a Escola de Ensino Médio - E.E.M. de Campos Sales (regular) e a Escola Estadual de Educação Profissional - E.E.E.P. Presidente Médici (integral) e ainda; a

38. Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.

Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230270&search=ceara|campos-sales>

39. Dados do Anuário Estatístico do Ceará 2013 - IPECE, disponíveis em:

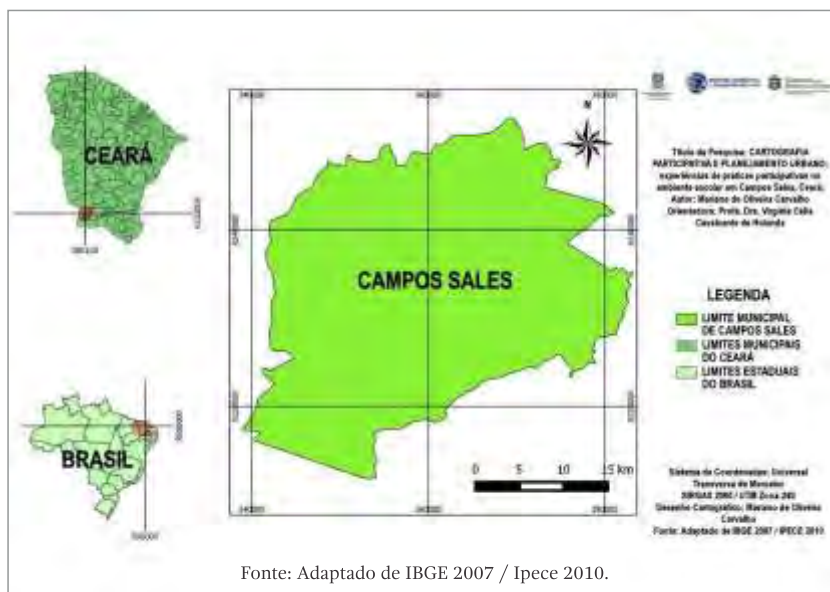
<http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuario/anuario2013/demografia/populacao.htm>

40. Encontram-se em Campos Sales filiais de importantes lojas de móveis e eletroeletrônicos da região onde podemos citar: Armazém Paraíba; Lojas MACAVI; Lojas Rabelo e Zenir Móveis que juntas, atendem a população da região sul do Ceará e as imediações dos Estados do Pernambuco e Piauí.

Policlínica Bárbara Pereira de Alencar (que atende mediante convênio intermunicipal pacientes dos municípios circunvizinhos de Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Potengi e Salitre), o Cartório Eleitoral situado no Fórum Pedro Pinheiro de Melo (local de resolução de pequenas causas dos municípios de Campos Sales e Salitre) e a sede da 4ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar. Em fase de construção há também a sede de uma Delegacia Regional de Polícia Civil.

Recentemente - já em meados da primeira década do século XXI - Campos Sales (**Mapa 02**) ganhou um fôlego impulsionador para seu crescimento em virtude do estabelecimento de instituições públicas de ensino superior tais como a Universidade Regional do Cariri (URCA) - através da criação do Campus Cariri Oeste; da Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Estadual do Ceará (UECE) e; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), através da criação de um polo de atendimento da Universidade Aberta do Brasil (UAB) contribuindo assim para a dinamização das atividades econômicas da cidade em virtude do movimento migratório pendular dos universitários.

Mapa 02: Mapa de Localização do Município de Campos Sales



Todavia, a cidade de Campos Sales padece de algumas das mazelas ligadas à expansão urbana brasileira, tais como o crescimento desordenado, a existência de vazios urbanos sem o devido uso social do solo urbano, a precariedade da crescente região periférica e a especulação imobiliária. Contudo, os avanços ocorridos na legislação federal vinculada ao planejamento urbano reverberaram também em terras camposalenses. Ainda em 2001 - ano de aprovação do Estatuto da Cidade - o município de Campos Sales teve a aprovação do seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU⁴¹, composto respectivamente por seis leis distintas:

- Lei N° 239/2001 - Diretrizes Urbanas;
- Lei N° 240/2001 - Organização Territorial;
- Lei N° 241/2001 - Sistema Viário;
- Lei N° 242/2001 - Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo;
- Lei N° 243/2001 - Código Ambiental;
- Lei N° 244/2001 - Código de Obras e Postura.

Sobre a relevância do Plano Diretor para o ordenamento dos municípios após a aprovação do Estatuto da Cidade, Bueno e Cymbalista explicitam que

O Estatuto da Cidade instituiu o Plano Diretor em um novo e estratégico patamar: ele se transformou no principal instrumento para gestão territorial, que regula o uso do solo, define direitos de propriedade e - principalmente - os parâmetros através dos quais esta deve desempenhar sua função social. (BUENO; CYMBALISTA, 2007, p. 8)

No entanto, mesmo contando com todo o arcabouço legal necessário para a efetivação do planejamento urbano as mazelas anteriormente referidas mantêm-se evidentes por diversos pontos da cidade, especialmente aquelas vinculadas ao estabelecimento de infraestrutura básica tais como saneamento básico - água e esgoto - e iluminação pública eficientes bem como pavimentação das vias públicas, particularmente nas áreas mais periféricas da cidade (**Figuras 05, 06, 07 e 08**).

41. Na cidade de Campos Sales o PDDU foi promulgado no ano de 2001 conforme a exigência do Estatuto da Cidade de que municípios com populações superiores a 20.000 habitantes deveriam dispor de tal documento. Todavia, o referido documento tem um caráter mais técnico normativo que de efetivação pelo fato de ter sido encomendado para o atendimento de exigências legais e não produzido através da participação efetiva da comunidade no processo de tomada de decisão.



Figura 05:
Rua sem pavimentação
e saneamento básico no Bairro
Alto Alegre em Campos
Sales, Ceará

Fonte: Acervo do autor
CARVALHO, M. de O., 2016.



Figura 06:
Rua sem pavimentação
e saneamento básico no Bairro
Poço em Campos Sales, Ceará

Fonte: Acervo do autor
CARVALHO, M. de O., 2016.



Figura 07:
Rua sem pavimentação e
saneamento básico no Bairro
Aparecida em Campos
Sales, Ceará,

Fonte: Acervo do autor
CARVALHO, M. de O., 2016.



Figura 08:
Rua sem pavimentação e
saneamento básico no Bairro
Guarani em Campos Sales, Ceará

Fonte: Acervo do autor
CARVALHO, M. de O., 2016.

A questão que se evoca face destas observações é: se existem leis que normatizam o planejamento urbano de modo a que a cidade cumpra o seu papel social, porque não se efetivam? Talvez, a real questão que deva ser posta seja: a quem serve o planejamento urbano na cidade de Campos Sales? Respondendo a esta indagação Maricato expressa que

Estamos nos referindo a um processo político e econômico que, no caso do Brasil, construiu uma das sociedades mais desiguais do mundo, e que teve no planejamento urbano modernista/funcionalista importante instrumento de dominação ideológica: ele contribuiu para ocultar a cidade real e para a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo. (MARICATO, 2012, p. 124)

O transeunte que passa por Campos Sales pela CE - 292, seja no sentido Fronteiras, Piauí, aonde depara-se com um eficiente sistema de iluminação pública que atende há uma imensa área territorial vazia (Figura 09), ou rumando para o Juazeiro do "Padre Cícero" defronta-se com ruas secundárias pavimentadas e servidas de fixos como postos de saúde, pracinhas, pistas de cooper e ciclismo, academia popular e quadra poliesportiva, tudo isto ladeados por belas residências vazias situadas no que a própria propaganda estampada nos muros de um condomínio expressam: "área nobre da cidade" (Figuras 10, 11, 12, 13, 14 e 15).



Figura 09: Trecho da CE - 292 que liga Campos Sales, CE a Fronteiras, PI, com sua eficiente iluminação pública em vazios urbanos

Fonte: Acervo do autor
CARVALHO, M. de O., 2016.



Figura 10:
Condomínio em "área nobre"
e urbanizada da cidade de
Campos Sales, Ceará

Fonte: Acervo do autor
CARVALHO, M. de O., 2016.



Figura 11:
Academia popular abandonada
em "área nobre" da cidade de
Campos Sales, Ceará

Fonte: Acervo do autor
CARVALHO, M. de O., 2016.



Figura 12: Esqueleto de quadra
poliesportiva abandonada em
"área nobre" da cidade de
Campos Sales, Ceará

Fonte: Acervo do autor
CARVALHO, M. de O., 2016.



Figura 13:
Pavimentação em loteamento
situado em "área nobre" e pouco
habitada da cidade de Campos
Sales, Ceará

Fonte: Acervo do autor
CARVALHO, M. de O., 2016.



Figura 14: Casas de alto padrão em "área nobre" e urbanizada da cidade de Campos Sales, Ceará

Fonte: Acervo do autor
CARVALHO, M. de O., 2016.



Figura 15:
Condomínio fechado "área nobre" da cidade de Campos Sales, Ceará

Fonte: Acervo do autor
CARVALHO, M. de O., 2016.

É fato que as mudanças na legislação federal implicaram em algumas melhorias para as classes menos abastadas da sociedade, especialmente quando os mecanismos de participação popular preconizados em lei são de fato apropriados pela comunidade, todavia, os antigos mecanismos de apropriação dessas melhorias por parte da elite política e econômica continua a se perpetuar sobre novas roupagens. Embora discorrendo sobre o planejamento em um sentido mais amplo por tecer uma reflexão acerca da experiência da SUDENE no contexto nacional brasileiro, Oliveira (2008) nunca esteve tão atual e, por incrível que pareça, tão adequado para exprimir as razões do planejamento urbano na pequena cidade de Campos Sales, na prática, efetive-se enquanto "letras mortas" para aqueles que não dispõem da capacidade de lê-las

O que o planejamento não pode realizar é a superação da contradição básica do sistema de produção capitalista, que se instala no coração da própria mercadoria: a antítese dialética entre valor e mais-valia, entre trabalho morto e trabalho vivo, trabalho pago e trabalho não pago; mas desde que o planejamento no sistema capitalista limite-se a recolocar no

início do ciclo produtivo os elementos finais que estão no produto, isto é, limite-se a repor os pressupostos da produção capitalista, sua possibilidade torna-se perfeitamente plausível: em síntese, o planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital. (OLIVEIRA, 2008, p. 124)

A terra urbana é uma mercadoria e infelizmente, Campos Sales até o momento atual não se constitui numa exceção que se impõe a sociedade. Por acaso ou coincidência, os "detentores da cidade" são também aqueles que acumulam o controle do poder político e econômico e com raras exceções, o que se processa a priori é que o planejamento aplicado na cidade ocorre de modo unilateral - das instâncias superiores para a população - o que na maioria dos casos acaba por não atender as reais demandas da comunidade local. Exemplo cabal desta exposição é o fato de se haver instalado um Posto de Saúde da Família - PSF numa das áreas com o m² mais caro da cidade de Campos Sales (Figuras 16 e 17).

Ressalte-se que a comunidade desta área da cidade tem todo o direito de usufruir de tal garantia fundamental, de modo algum questiona-se isso, mas o fato, é que da construção (entre 2011 e 2012) até a presente data, o referido fixo nunca operou, nunca fora atendida uma única pessoa nesta unidade básica de saúde que hora encontra-se abandonada enquanto outras áreas da cidade para disponibilizarem tal serviço a população contam com prédios improvisados alugados pela prefeitura à terceiros, onerando o erário público municipal



Figura 16:
Posto de saúde abandonado
cidade de Campos
Sales, Ceará

Fonte: Acervo do autor
CARVALHO, M. de O., 2016.

A conta não fecha pois a divisão dos recursos se dá como no clássico episódio do Pica-pau - personagem criado pelo desenhista e animador norte-americano Walter Lantz - aonde o mesmo reparte seu alimento com "sua amiga" Raposa que aplica a célebre regra: " - Um pra você, um pra mim; dois pra você, um, dois pra mim; três pra você, um, dois três pra mim..." e assim é uma das faces do planejamento urbano e de Campos Sales na atualidade. A questão que não pode calar nesse caso é esta: até quando?



Figura 17: Detalhes da depredação de Posto de Saúde abandonado na cidade de Campos Sales, Ceará

Fonte: Acervo do autor
CARVALHO, M. de O., 2016.

3. Da cartografia participativa nas aulas de geografia ao intento de planejamento urbano participativo em Campos Sales, Ceará

Neste capítulo, faz-se a discussão do modelo metodológico empreendido para o desenvolvimento do trabalho à partir do estabelecimento de fluxogramas e embasamento teórico. Em um segundo momento discorre-se acerca da prática de extensão que fundamenta empiricamente este trabalho. Posteriormente é feito um apanhado dos procedimentos técnicos que deram origem as produções cartográficas que compõem as propostas de lei que serão encaminhadas ao poder público para apreciação e finaliza-se com a discussão acerca do entendimento dos alunos que participaram da prática de extensão - projeto Exercendo a Cidadania: aluno informado, município organizado - sobre os conceitos e práticas desenvolvidas e discutidas em todo o processo de pesquisa-ação.

3.1 Do "País de Alice" ao "Inferno de Dante": o que se esperava e o que de fato foi o percurso metodológico⁴²

Remontando à introdução deste trabalho aonde questionamos o dito popular: "no começo, tudo são flores", expomos neste tópico a doce ilusão da proposição do projeto de intervenção didático-pedagógica que, originou a base empírica de nossa discussão junto ao Mestrado Acadêmico em Geografia. Conforme descrito resumidamente na introdução e esmiuçado aprofundadamente no tópico seguinte (3.2), identificou-se através da pesquisa de campo e análise de documentos no decorrer das aulas de

42. O título do tópico faz alusão a duas obras literárias distintas: "Alice no País das Maravilhas" - de Lewis Carroll - representa, não pela obra em si, mas pelo ideário de um "mundo maravilhoso, perfeito", a ideia inicial do trabalho. Não de que seria fácil, mas que estruturaríamos um percurso lógico e os problemas seriam resolvidos de modo rápido e eficaz. Já a primeira parte da "Divina Comédia" - de Dante Alighieri - "O Inferno de Dante", faz alusão ao que de fato foi a definição e execução do percurso metodológico (não de forma literal logicamente) mas pelas muitas dificuldades interpostas no decorrer do trabalho que o fizeram tornar-se bem mais longo do que aquilo que se imaginara inicialmente.

Geografia e execução do Projeto Exercendo a Cidadania: aluno informado, município organizado, a inexistência de uma base legal que definisse os limites dos bairros da cidade de Campos Sales.

Partindo dessas constatações, feitos os contatos iniciais com possíveis parceiros, firmadas as devidas parcerias e definido um calendário de atividades e funções para cada um dos entes envolvidos, imaginamos que no decorrer do ano letivo de 2012 (quando iniciamos a prática de extensão) concluiríamos todo o trabalho necessário para que a primeira Lei de Delimitação de Bairros de Campos Sales estivesse formalmente elaborada, revisada e aprovada. Mais ou menos como no fluxograma a seguir (Figura 18):

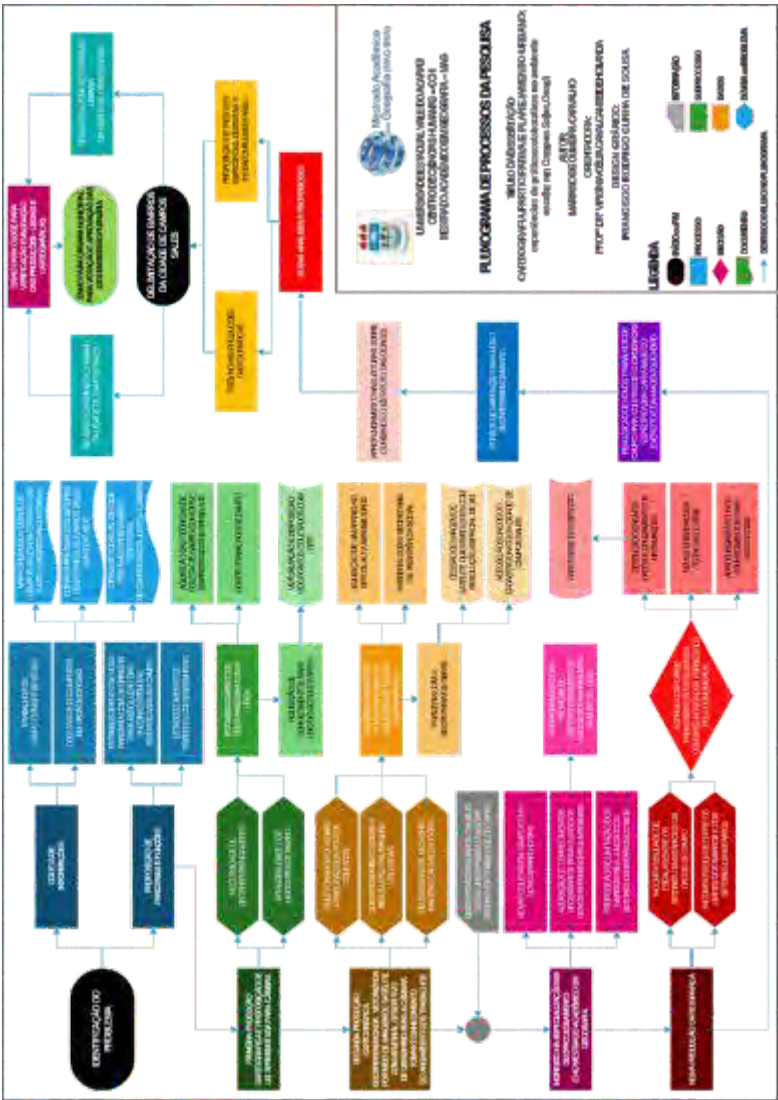
Figura 18: Fluxograma metodológico imaginado para o trabalho



Fonte: Acervo do autor CARVALHO, M. de O., 2016.

Ledo engano (nesse momento ainda estávamos no "País das Maravilhas")! Novamente recorres embaixo". A cada novo passo dado, uma nova dificuldade era encontrada; a cada nova produção elaborada e revisada, novas falhas eram identificadas; de modo que da proposição do projeto de extensão, passando pela realização do mestrado até chegarmos a elaboração do produto final (que ainda será apreciado pelos vereadores em sessão plenária para votação) estabeleceu-se um emaranhado de relações e atividades nunca imaginados quando da proposta inicial (o tal do Inferno de Dante)! (Figura 19)

Figura 19: Fluxograma de processos da pesquisa



Fonte: Elaborado por CARVALHO, M. de O., 2015.

Todavia, as dificuldades não estavam vinculadas unicamente a prática desenvolvida. Tendo em vista a proposta inicial vir a constituir-se na base empírica de uma pesquisa de mestrado surgiu a necessidade de se discorrer teoricamente acerca da práxis que estava a se efetivar. Eis a questão: como fazer isso? Partindo de pressupostos vinculados ao pensamento dialético aonde identifica-se uma problemática, busca-se a sua resolução e posteriormente faz-se a análise do processo anterior para sua validação ou identificação de outras questões a serem resolvidas e, amparados pelos direcionamentos teóricos que as leituras proporcionaram, optou-se pelo emprego de um método que favorece-se a visão dos alunos envolvidos no processo (então pesquisadores) assim como o entendimento da comunidade a quem o trabalho se destinava sobre a realidade analisada.

Mais que analisar um fato ou um espaço, a proposta empírica que fundamenta esta pesquisa anseia por colaborar para o questionamento e quiçá a melhoria das condições de vida daqueles envolvidos direta e indiretamente nesse processo no tocante ao planejamento urbano da cidade de Campos Sales. Para tal, o método do qual lançamos mão fora a pesquisa-ação, que, segundo Thiollent

... é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2008, p. 16)

Neste sentido, a prática da pesquisa-ação caiu como uma luva para com nossos intentos investigativos tendo em vista que "... toda pesquisa-ação é de tipo participativo: a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados é absolutamente necessária" (THIOLLENT, 2008, p. 17) e mais ainda: com base nos postulados do referido autor, na situação em que o trabalho se desenvolveu tínhamos um contexto favorável para o uso deste método já que não era do nosso interesse limitar nossa investigação "... aos aspectos acadêmicos e burocráticos da maioria das pesquisas convencionais" (THIOLLENT, 2008, p. 18).

De modo sintético, foi possível elaborar o seguinte Quadro (Quadro 02) que discorre sobre as principais características da pesquisa-ação.

Quadro 02: Síntese da pesquisa-ação

CARACTERÍSTICAS			
Associação a diversas formas de ação coletiva	Orientada em função da resolução de problemas objetivos de transformação	Utilização da compreensão e interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas	Privilegia os aspectos sócio-políticos em detrimento aos aspectos psicológicos e existenciais
Embora privilegie o lado empírico, nunca deixa de colocar as questões relativas aos quadros de referência teórica em os quais a pesquisa empírica – de pesquisa-ação ou não – não faz sentido		Seus temas e problemas metodológicos são verificados para o contexto da pesquisa com base empírica	
OBJETIVOS			
Propiciar aos pesquisadores e grupos participantes as meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem, em particular sob forma de estratégias de ação transformadora			

PROCEDIMENTOS					
Fase exploratória	Diagnóstico	Elaboração da base	Seriação de discussões entre pesquisadores e demais participantes	Classificação de problemas	Oportunidades temáticas e das hipóteses
Problemas de amostragem e representatividade quantitativa e coleta de dados	Agrupamento	Objeto do saber formal e informal	Elaboração de planos de ação	Elaboração de resultados	
ALCANCE					
Interface de interação entre os níveis micro-individual (pesquisador, sujeitos), meso-social (sociedade, movimentos e entidades de âmbito nacional e internacional).					

Fonte: adaptado de Thiollent. 2008.

Desse modo foi possível o estabelecimento de uma tríade que fundamentou daí por diante a execução prática e análise teórica da empiria desenvolvida conforme pode-se observar no quadro relacional a seguir (Figura 20) aonde temos: o Ensino de Geografia enquanto meio no qual se desenvolveu a pesquisa inicial; a cartografia participativa enquanto técnica majoritária para o empreendimento do trabalho e; a pesquisa-ação enquanto método que viria a correlacionar os dados obtidos e produzidos e direcionar os passos a serem tomados mediante a análise desses elementos que se foram constituindo ou se desvelando com o andar da carruagem.

Figura 20: Tríade Metodológica desenvolvida



Fonte: adaptado de Thiollent. 2008.

É importante ressaltar que o fato de escalarmos a pesquisa-ação enquanto método para o desenvolvimento de nosso trabalho não nos afasta do pensamento dialético tampouco vetou a busca por autores e práticas distintas que viessem a colaborar com o enriquecimento de nossa labuta. Dentre outros elementos que contribuíram para o desenvolvimento do trabalho vale destacar as contribuições vinculadas a prática do estudo do meio (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2009) que, a sua maneira, são também partilhados pela proposta da pesquisa-ação, tais como por exemplo, o uso de observações em campo, aplicação de questionários e realização de entrevistas para a apreensão da realidade a ser estudada. Todavia, optamos pelo método da pesquisa-ação não por desacreditar no suporte teórico que outros poderiam fornecer mas pela intrínseca relação entre análise da realidade e tomada de posição inerente a esta prática além de que

Do ponto de vista científico, a pesquisa-ação é uma proposta metodológica e técnica que oferece subsídios para organizar a pesquisa social aplicada sem os excessos da postura convencional ao nível da observação, processamento de dados, experimentação etc. Com ela se introduz uma maior flexibilidade na concepção e na aplicação dos meios de investigação concreta. (THIOLENT, 2008, p. 26)

Ressalte-se que esta flexibilidade não implica ausência de rigor científico. O que há na verdade é uma visão diferenciada por parte dos pesquisadores em relação aos pesquisados. Segundo Thiollent,

Uma última questão frequentemente abordada consiste na diferença que existe entre a pesquisa-ação e a pesquisa convencional. Numa pesquisa convencional não há participação dos pesquisadores junto com os usuários

ou pessoas da situação observada. Além disso, sempre há uma grande distância entre os resultados de uma pesquisa convencional e as possíveis decisões ou ações decorrentes. Em geral tal tipo de pesquisa se insere no funcionamento burocrático das instituições. Os usuários não são considerados como atores. Ao nível da pesquisa, o usuário é mero informante, e ao nível da ação ele é mero executor. Esta concepção é incompatível com a da pesquisa-ação, sempre pressupondo participação e ação efetiva dos interessados. (THIOLENT, 2008, p. 21)

Portanto, pautados nessa flexibilidade responsável e cientificamente legitimada (embora ainda haja discussões sobre a validade desta proposta enquanto método científico por parte das alas mais tradicionais e céticas da academia) é que desenvolveu-se este trabalho visando o enriquecimento didático pedagógico, a intervenção no meio aonde a pesquisa fora empreendida e a discussão acerca de formas de se pensar e fazer ciência de modo a incluir ativamente a comunidade.

3.2 O passo a passo de uma proposta didática que desembocou na esperança de um planejamento urbano participativo para Campos Sales, Ceará.

Iniciamos nossa jornada aos 15 de março de 2012, quando reunimos um grupo de dez alunos da então turma "B" do 1º ano do ensino médio da E.E.M. de Campos Sales (Figura 21), o intuito era desenvolver um projeto relacionado à disciplina de Geografia. Assim nasceu a proposta: "Exercendo a Cidadania: aluno informado, município organizado". Nesse primeiro momento (Figura 18) foi apresentada uma conceituação geral sobre o que vem a ser um projeto, bem como se definiram as bases iniciais do trabalho, as quais deveriam identificar e delimitar a área de abrangência de algum problema de natureza geográfica enfrentado pelos alunos da escola. A ideia era contribuir para a resolução dos problemas identificados ou, pelo menos, comprovar a situação diagnosticada, para que pudessem ser apresentadas as autoridades competentes visando à tomada das devidas providências. Desde o princípio do trabalho todos os procedimentos realizados foram anotados em um caderno de campo. (Figuras 19 e 20)



Figura 22:
Vista frontal da E.E.M.
de Campos Sales

Fonte: Acervo do autor
CARVALHO, M. de O., 2016.



Figura 22:
Primeira reunião da equipe
do Projeto Exercendo a
Cidadania: aluno informado,
município organizado

Fonte: Acervo do autor
CARVALHO, M. de O., 2012.



Figura 23:
Cadernos de campo do Projeto
exercendo a Cidadania:
aluno informado, município
organizado

Fonte: Acervo do autor
CARVALHO, M. de O., 2012.



Figura 24: Página aberta do
caderno de campo do Projeto
Exercendo a Cidadania: aluno
informado, município
organizado

Fonte: Acervo do autor
CARVALHO, M. de O., 2012.

Como passo inicial para o desenvolvimento do trabalho, buscamos delimitar o locus de realização da pesquisa. Para tanto, procedeu-se a uma visita à secretaria da escola, a fim de identificar a procedência dos alunos e, assim, definir onde a investigação seria empreendida. O acesso aos arquivos da escola permitiu identificar que em um total de 761 alunos então matriculados na escola sede⁴³, apenas 243 (aprox. 32%) residiam no campo. Esta constatação contribuiu para a definição da área de atuação: o desenvolvimento de um trabalho com vista ao atendimento de alguma problemática da zona urbana do município de Campos Sales.

A fim de afunilar a área de atuação, iniciou-se uma série de visitas de campo aos bairros com o intuito de visualizar in loco as condições de vida da população da cidade de Campos Sales: afinal, qual seria o problema mais grave que lhe afetava e qual seria a resolução? Identificamos uma longa lista de problemas que variam desde esgoto a céu aberto, a precariedade dos serviços de abastecimento d'água, iluminação e segurança pública em alguns bairros periféricos, falta de pavimentação em diversas ruas da cidade, ausência de unidades de saúde da família e escolas ou creches em alguns bairros e a inexistência de equipamentos públicos de lazer para a comunidade em vários locais.

Entretanto, houve uma situação que saltou aos olhos no meio de todos os problemas identificados: ao inquirir os moradores de determinadas áreas da cidade sobre o endereço deles, vizinhos apresentavam respostas divergentes sobre o bairro em que estavam residindo. Essa situação levou-nos a definir uma nova pesquisa: em que bairro você mora? Tendo em vista que dez alunos e um professor não dispunham de recursos suficientes para percorrer, naquele momento, toda a cidade, tampouco para inquirir toda a população urbana, foram definidos pontos para coleta de informações. Os pontos escolhidos tinham em comum o fato de serem popularmente reconhecidos como áreas limítrofes dos bairros conhecidos da cidade. Em um total de 110 entrevistados, vinte e uma (19,1%) pessoas disseram que não tinham certeza sobre o bairro em que moravam. Outros dois fatos interessantes foram observados: todas as dúvidas apresentadas surgiram em bairros periféricos e nem mesmo órgãos oficiais como a Prefeitura Municipal, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) e Companhia Energética do Ceará (Coelce) possuíam uma base de endereços em comum. Informações em faturas de água, luz e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de uma mesma residência apresentavam dados divergentes

43. O município de Campos Sales possui uma área territorial de aproximadamente 1.083 km². O acesso à escola pelos alunos que não moram na sede é difícil por conta das más condições das vias de tráfego e das longas distâncias a serem percorridas. Tal situação levou o Governo Estadual, em parceria com o Governo Municipal, a instituir as Extensões de Ensino Médio, que são "filiais" da escola sede, localizadas nas sedes distritais do município. Essa estratégia se iniciou em 2008, e visa a democratizar o acesso à educação aos jovens residentes nestas áreas. A E.E.M. de Campos Sales

em relação ao pertencimento a um bairro.

Surge um novo gargalo para o projeto: como delimitar os problemas identificados com as visitas de campo sem saber com exatidão onde começam e terminam os bairros existentes? Visando resolver tal questão, a equipe procurou o auxílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), agência de Juazeiro do Norte. O técnico consultado reportou que o IBGE trabalha nos censos com uma subdivisão própria da instituição que são os setores censitários. Quanto à divisão de bairros, o próprio governo municipal delibera a legislação pertinente que em termos gerais se denomina “lei de bairros”.

De posse dessas informações, o grupo foi à Câmara Municipal de Vereadores de Campos Sales para pedir ao legislativo municipal uma cópia da lei que delimitava os bairros da sede do município. O legislador inquirido informou que não era de seu conhecimento a existência de uma lei que tratasse desse assunto. Nesse momento surgiu a ideia que definiu qual problema o projeto buscava contribuir com a resolução: a criação da primeira lei de bairros de Campos Sales. Mas como fazer isso? Um novo contato foi estabelecido com o IBGE para mediar uma primeira discussão entre a Câmara Municipal e a instituição federal com a finalidade de definir preliminarmente o objetivo e o que fazer para alcançá-lo. Nessa conversa estipulou-se a intenção de que o IBGE daria a orientação técnica para que a equipe do projeto pudesse fazer o trabalho de campo a fim de delimitar os bairros, enquanto a Câmara de Vereadores daria acesso à documentação legal referente à organização urbana da cidade de Campos Sales. Os alunos participantes do projeto fariam a pesquisa de campo e a leitura dos documentos, a fim de que após o aval do IBGE sobre o material produzido pela pesquisa, a Câmara pudesse aprovar a lei.

A fim de formalizar esta parceria, foi marcada uma sessão plenária que contava com a presença de todos os vereadores, a equipe do projeto e os representantes do IBGE visando estabelecer quais as responsabilidades de cada um dos entes no desenvolvimento do trabalho de construção da lei de bairros de Campos Sales. Tal reunião foi marcada mediante o envio de um ofício da escola para a Câmara e desta para a agência do IBGE em Juazeiro do Norte. A mesma ocorreu no dia 4 maio de 2012. A elaboração da lei de bairros entrou na pauta da sessão plenária ao lado de assuntos como a crise de abastecimento d’água em Campos Sales, a greve dos servidores públicos municipais da educação e a realização do festival junino na praça da matriz.

O ponto de pauta sobre a delimitação dos bairros foi discutido por volta das onze horas da manhã, com o apoio de um vereador e dois

representantes do IBGE. Para a surpresa da equipe, ao citar a inexistência da lei de bairros em Campos Sales, um dos legisladores mencionou que já existia tal base legal no município e apresentou um extenso documento que segundo ele, era a referida lei. No entanto, tratava-se do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Campos Sales, elaborado no ano de 2001 e já com sua validade expirada. O documento abordava alguns assuntos menores relacionados à organização urbana, como a definição de áreas públicas, a preservação de cobertura vegetal no perímetro urbano e a delimitação das zonas de cobrança do IPTU, mas não definia os limites dos bairros existentes na cidade.

Após esta explanação, os técnicos do IBGE discursaram sobre a lei de bairros e a sua importância para a gestão territorial em uma cidade. Depois de quase duas horas de discussão foi possível firmar uma parceria, registrada na ata da Câmara Municipal, sacramentando o que havia sido acordado anteriormente: Compete ao IBGE repassar para equipe do projeto os procedimentos técnicos para o trabalho de campo. Compete à Câmara Municipal repassar toda a base legal pertinente à organização territorial em Campos Sales para o pessoal do IBGE e do projeto para obter uma noção das carências e aprovar a lei após a validação dos dados produzidos na pesquisa pelos técnicos do IBGE. Compete ao grupo do projeto realizar os trabalhos de campo, a análise dos documentos cedidos, estudos bibliográficos e seguir as orientações do IBGE para que a lei seja criada de acordo com as exigências federais.

Definidos os papéis de cada ente da parceria, a equipe do projeto foi a Juazeiro do Norte para receber as primeiras orientações de como desenvolver o trabalho empírico. No IBGE foi apresentado o Estatuto da Cidade como sendo a base legal que nortearia o desenvolvimento da pesquisa. Os técnicos do IBGE também apresentaram uma série de imagens de satélite da cidade de Campos Sales e cederam cópias impressas dos mapas dos setores censitários do município em escalas variadas. Foi necessário fazer uma nova visita à Câmara Municipal para receber as cópias das leis sobre a organização territorial da cidade. Entre as leis destacava-se da Lei nº 91/79, de 10/12/1979, que versava sobre o perímetro urbano de Campos Sales, sendo este estabelecido a partir da criação de 25 marcos. De posse deste documento, o grupo decidiu localizar estes marcos para ver se o perímetro urbano da cidade ainda estava válido ou desatualizado. As demais leis tratavam em sua maioria da nomeação de ruas e bairros. No entanto, nenhuma delas estabelecia os marcos iniciais e finais de cada uma dessas subdivisões do território urbano.

Retornando a Campos Sales, foi efetuado o download do Estatuto da Cidade e iniciada a leitura. Por tratar-se de uma lei com linguajar de difícil compreensão, buscou-se referencial para subsidiar a compreensão do que ali estava exposto de modo mais técnico. Fez-se uso de dois referenciais: O Estatuto da Cidade Comentado, e; O Estatuto da Cidade: para compreender. Tendo em vista a facilidade de leitura e compreensão, focamos na segunda referência. A leitura dessas publicações permitiu-nos compreender de modo mais didático que o Estatuto da Cidade trata da maneira como a política urbana nacional deve ser implementada no âmbito municipal, primando pela participação popular para assegurar uma cidade mais justa.

Posteriormente a leitura para compreender o Estatuto da Cidade, focamos na da Lei nº 91/79, de 10/12/1979. A leitura atenta do documento e uma breve visita de campo revelaram que a referida lei além de estar desatualizada possuía limites efêmeros, tais como "cercas de propriedades rurais de pessoas conhecidas à época"; "árvores de grande porte" ou "açudes particulares". Tal situação apresentou o seguinte panorama: o município de Campos Sales não possuía nenhum de seus bairros delimitados; a maioria sequer havia sido criada por meio de lei e a divisão entre zonas urbana e rural não era válida.

Fazia-se necessário descobrir onde começava e terminava cada um dos bairros. Através da pesquisa de campo, a população em todas as áreas foi consultada para determinar o senso popular que definia os limites. O grupo percorria todas as ruas da cidade a fim de levantar as ruas de cada bairro da cidade. Após oito dias de trabalho de campo, a equipe coletou os nomes de todas as ruas, travessas, becos e avenidas existentes na cidade bem como os depoimentos da população sobre os limites de cada bairro conhecido. Este processo resultou em uma nova dificuldade: diferentes pessoas do mesmo local se apresentavam como moradores de bairros diferentes. Para sanar esta nova problemática foi estabelecida uma parceria com a agência dos Correios, tendo em vista que os carteiros possuíam um conhecimento profundo da cidade e podiam averiguar as discordâncias nas informações prestadas pelos populares⁴⁴. Após a análise das observações dos carteiros da cidade, obteve-se junto à Secretaria Municipal de Obras uma cópia da planta urbana⁴⁵ da cidade para associar as informações prestadas pelos parceiros e a comunidade com a base legal fornecida, as pesquisas de campo e as referências bibliográficas. O resultado foi o primeiro mapa de delimitação dos bairros. (Figuras 25 e 26)

44. O grupo buscou o auxílio dos correios pelo fato de que esta instituição é responsável pela entrega e remessa de correspondências. Instituições como a Prefeitura, a Câmara Municipal ou prestadoras de serviços como água, luz e telefone possuem interesses econômicos mais visíveis, o que poderia influenciar na tomada de decisão quanto ao julgamento sobre a inserção de ruas em determinados bairros.

45. Esta planta urbana foi produzida em 2001 por ocasião da criação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Campos Sales. Embora defasada, a mesma se mostrou muito útil como base cartográfica para a inserção de novas informações sobre a cidade.



Figura 25: Processo de confecção do "mapa" de delimitação de bairros de Campos Sales

Fonte: Acervo do autor
CARVALHO, M. de O., 2012.



Figura 26: Pintura a lápis sobre impressão sem escala da planta urbana de Campos Sales com as divisões dos bairros da cidade de acordo com pesquisa de campo e análise de documentos

Fonte: Acervo do autor
CARVALHO, M. de O., 2012.

As visitas de campo e a análise de documentos permitiram concluir que, além da ausência da delimitação dos bairros da cidade, o perímetro urbano de Campos Sales também estava defasado em virtude da expansão urbana que ocorrera nos últimos 30 anos e da identificação de diversos loteamentos urbanos expostos à venda em diversos pontos da cidade. Tal situação constituiu um novo desafio: propor a nova delimitação do perímetro urbano de Campos Sales, levando em conta as perspectivas de crescimento da cidade, sob pena de incorrer na criação de uma lei que rapidamente estaria defasada caso estes fatores não fossem considerados. Para melhorar tecnicamente o mapa produzido o grupo recorreu ao auxílio de um engenheiro civil na cidade de Juazeiro do Norte para transformar o desenho elaborado em um documento dentro dos padrões técnicos. (Figura 23)

Figura 27: Divisão de bairros de Campos Sales mediante visitas de campo, análise de documentos e pareceres institucionais



Fonte: CARVALHO, M. de O. et al, 2013.

Em uma pesquisa na internet o grupo encontrou a Lei de Delimitação de Bairros da Cidade de Porto Alegre. A partir de sua leitura e análise e o uso das informações coletadas nas pesquisas, foi elaborado um texto base para ser apresentado ao IBGE e à Câmara Municipal, podendo assim dar entrada na tramitação do processo de criação da Lei de Bairros de Campos Sales.

De posse de todos estes documentos, empreendeu-se uma nova visita ao IBGE para avaliar o material produzido. De acordo com os técnicos, as orientações do órgão para a criação da lei de bairros estavam sendo seguidas, mas o material até então produzido não estava pronto para ser votado e aprovado porque os limites dos bairros estavam demarcados pelos logradouros ou elementos naturais. Na atualidade tais limites devem ser estipulados de acordo com coordenadas geográficas a fim de garantir a precisão dos limites e, conseqüentemente, direcionar adequadamente as políticas públicas no território estabelecido. Visando contribuir com a continuidade da pesquisa, o grupo recebeu uma cópia impressa da lei de bairros do município de Caririçu como referencial prático.

No dia 28 de novembro de 2012 foram apresentados os resultados preliminares do projeto. Após acalorada discussão, conseguiu-se que a proposta de anteprojeto de Lei de Delimitação de Bairros de Campos Sales fosse posta em tramitação. Em virtude do processo eleitoral daquele ano, haveria uma reconfiguração da Câmara Municipal e a acareação pela casa legislativa facilitaria a continuidade do trabalho no ano seguinte.

Conforme as explicações do técnico do IBGE, deveria ser realizado o georreferenciamento dos limites dos bairros para conferir maior precisão e tecnicidade ao trabalho desenvolvido. Associado a isto, sentiu-se a necessidade de coletar dados e informações que melhor refletissem a realidade das condições de vida da comunidade campossalense. Para tal, instituiu-se uma nova parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho para ter acesso à base de dados do Programa Cadastro Único (CADÚnico), visando assim cruzar dados oficiais da gestão municipal com dados da pesquisa de campo e contribuir para a geração de mapas temáticos variados sobre a condição social da população do município. Esta parceria rendeu um convite do Prefeito Municipal de Campos Sales que se interessou em conhecer a pesquisa desenvolvida. No dia 12 de março de 2013, ele ficou à disposição para o fornecimento de informações da prefeitura que pudessem auxiliar no andamento do trabalho.

Para realizar a delimitação dos bairros da cidade e obter as coordenadas geográficas, a equipe definiu as técnicas, ferramentas e materiais necessários para o andamento do trabalho. O grupo precisava de aparelhos GPS e imagens de satélite atualizadas. Mas como obter isso? Novamente recorreu-se a uma parceria, nesta vez com a Universidade Regional do Cariri (URCA) em busca de auxílio técnico. O Departamento de Geociências ofereceu o acesso aos seus equipamentos. Esse apoio permitiu um levantamento inicial através de GPS (com precisão insuficiente) que seria combinado com imagens do Google Earth para iniciar a vetorização dos polígonos dos bairros da cidade. Nesse processo foram apresentados conceitos de ponto, linha e polígono bem como iniciados treinamentos para uso do GPS em campo e manuseio do Sistema de Informações Geográficas (SIG) que iríamos fazer uso (o Google Earth). No decorrer da pesquisa, foi adquirido um aparelho GPS com precisão de cinco metros para coletar as coordenadas dos limites dos bairros e delimitar o perímetro urbano de Campos Sales (Figuras 28, 29, 30 e 31).



Figura 28: Coleta de coordenadas com GPS - Bairro Alto Alegre

Fonte: Acervo do autor
CARVALHO, M. de O., et al, 2013.



Figura 29:
Coleta de coordenadas com GPS - Bairro Centro

Fonte: Acervo do autor
CARVALHO, M. de O., et al, 2013.

Depois da finalização da vetorização, identificou-se a existência de dez bairros na cidade de Campos Sales, dos quais três possuíam mais de um nome, mediante o conhecimento da população local. Identificou-se também a existência de alguns bairros com áreas muito amplas e loteamentos em áreas afastadas dos demais bairros, sinalizando uma indução do crescimento da mancha urbana, mediante a especulação imobiliária. De posse destas informações, iniciou-se a elaboração do memorial descritivo da delimitação de cada bairro para compor a proposta de lei. Inicialmente, estruturou-se o memorial do Bairro Barragem e do perímetro urbano do município. Este material foi remetido ao IBGE em 10 de outubro de 2013. Dois dias depois, os técnicos informaram que o trabalho estava no rumo certo, mas que o memorial deveria ser menos detalhado e a orientação da disposição das coordenadas deveria estar no sentido horário⁴⁶ para seguir o padrão utilizado pelo IBGE.

46. Cartograficamente falando, as coordenadas devem estar dispostas no sentido N>L>S>O>, fechando o polígono exatamente onde o primeiro ponto foi coletado.

figura 30: Pontos coletados em campo dispostos sobre imagem de satélite do GoogleEarth

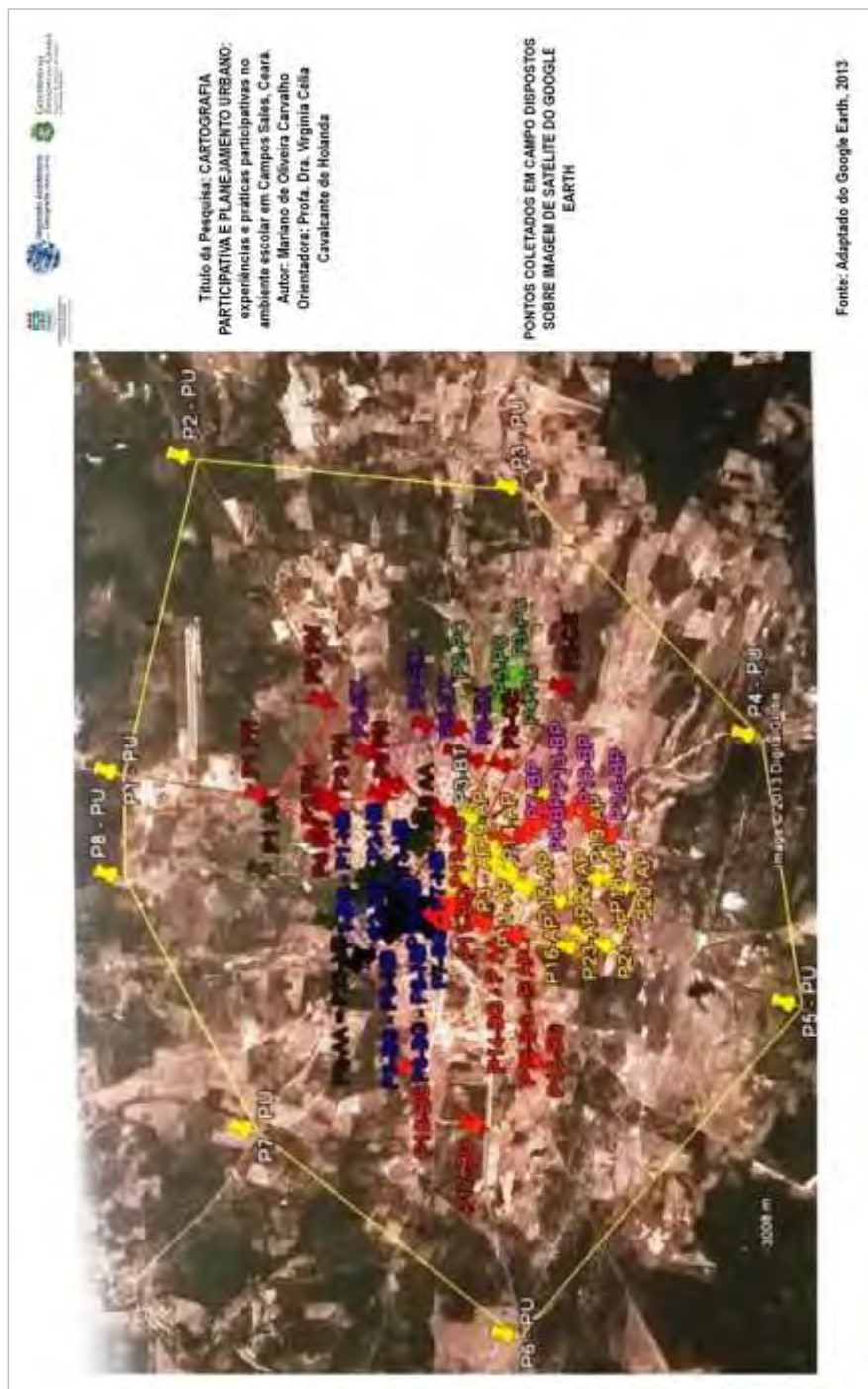
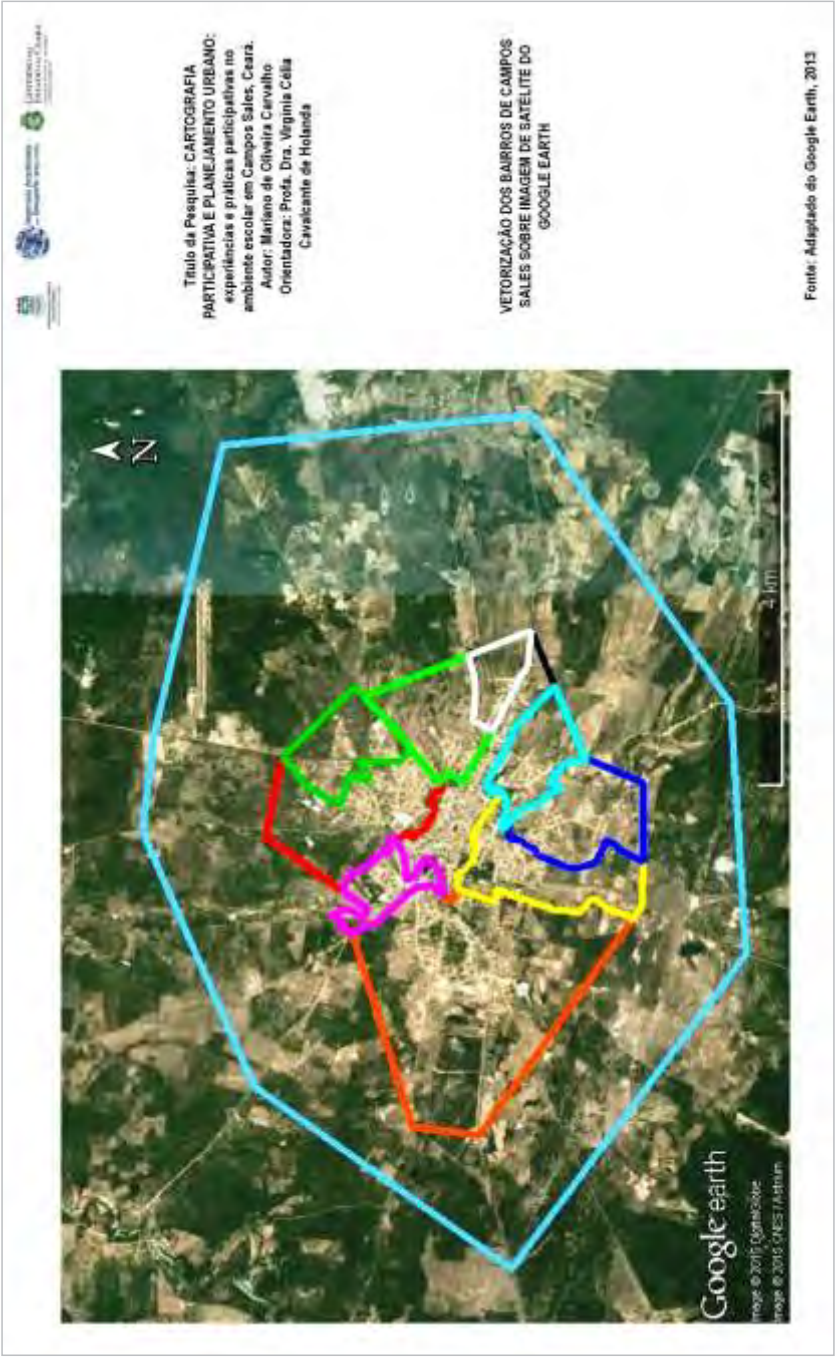


Figura 31: Vetorização dos limites dos Bairros de Campos Sales sobre imagem de satélite do Google Earth



Ao passo que foram colhidas, as coordenadas em campo, iniciou-se também o trabalho de cruzamento das informações da pesquisa do projeto com os dados da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho. O cruzamento de informações deu origem a tabelas e gráficos que representavam em parte a realidade vivenciada nos bairros (Quadro 03).

Quadro 03: Situação Social do Bairro Barragem

ÁREA TOTAL	ÁREA CONSTRUÍDA	%CONSTRUÍDO	TOTAL DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS	TOTAL DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS HABITADOS	FAMÍLIAS ATENDIDAS POR ALGUM PROGRAMA ASSISTENCIAL	% DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL CONSERVADA*
160.191,56 M2	118.863,48 M2	74%	600	573	237	41,40%
* OBS: AQUI FIGURAM COMO "EM RISCO SOCIAL" TODAS AS FAMÍLIAS ATENDIDAS POR PROGRAMAS ASSISTENCIAIS						
FONTE: BASE DE DADOS DO CADÚNICO - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO - CAMPOS SALES - SETEMBRO DE 2013						

Fonte: Adaptado da base de dados do CadÚnico de Campos Sales.

Uma nova reunião na Câmara Municipal de Vereadores foi marcada para apresentar o andamento do trabalho. O legislativo municipal recebeu a equipe do projeto no dia 13 de dezembro de 2013. (Figura 32) Após várias dúvidas e proposições apresentadas pelos vereadores, o material produzido foi entregue para dar entrada em um novo projeto de lei.

Figura 32: Apresentação da vetorização sobre imagem de satélite dos Bairros da cidade de Campos Sales a Câmara Municipal



Fonte: CARVALHO, M. de O. et al, 2013.

Todo arcabouço constituído com a pesquisa (croquis, dados, mapas, dentre outros) fora entregue à Câmara Municipal e, atualmente, em conjunto com outros documentos, aguarda as deliberações da Casa Legislativa para

que os últimos ajustes técnicos no tocante à coleta de pontos e produção cartográfica possam ser efetuados para a promulgação da primeira Lei de bairros da cidade de Campos Sales.

3.3 Da escola para a Academia, da Academia para a sociedade: a finalização da proposta de lei

O ingresso no Mestrado Acadêmico em Geografia - MAG da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA juntamente com as atividades desenvolvidas na Especialização em Geoprocessamento vinculada a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas (sim, o autor deste trabalho foi "doido" o suficiente para executar um mestrado e uma especialização simultaneamente - nota: nunca mais faço isso!) possibilitou um aprofundamento prático e teórico especialmente no tocante as produções cartográficas que viriam a subsidiar a proposta de Lei de Bairros a ser apresentada junto a Câmara Municipal de Campos Sales.

Para começo de conversa o cumprimento das disciplinas vinculadas ao geoprocessamento tanto no mestrado quanto na especialização associadas ao aprofundamento nas leituras e discussões com colegas e professores levaram-nos a rever algumas das práticas que já haviam sido realizadas, tais como as coletas de campo, a escolha das imagens de satélite que serviriam de base para vetorização e locação dos pontos bem como o próprio trabalho de vetorização. Tudo isso foi revisto não por falta de rigor técnico nos trabalhos anteriormente realizados mas visando a melhoria da acurácia posicional dos elementos que viriam a compor o mapa com a divisão dos bairros da cidade de Campos Sales. É importante frisar que deste momento em diante, os alunos envolvidos com a prática de extensão continuaram a contribuir com o desenvolvimento da pesquisa, todavia, o trabalho destes voltou-se especificamente para as práticas de campo em virtude do teor das leituras que passaram a ser realizadas bem como do metiê próprio dos softwares que passaram a ser utilizados no desenvolvimento da pesquisa, o que, de modo algum, minora a valia da contribuição destes nesse processo de pesquisa-ação.

No desenrolar da disciplina "Geotecnologias e Produção de Dados em Geografia" , realizamos uma nova produção cartográfica (Figura 33) com o uso do software QGis, versão 2.0, aonde, com a sobreposição entre as vetorizações realizadas anteriormente os vetores dos setores censitários da cidade de Campos Sales disponibilizados pelo IBGE buscou-se verificar a

viabilidade de adequação dos limites dos bairros com a junção de determinados setores. Para esta produção tivemos acesso a uma imagem de satélite QuickBird, ortorretificada, com resolução espacial de três metros datada do ano de 2009 que mostrava a mancha urbana da cidade de Campos Sales. A referida imagem foi cedida pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo para o desenvolvimento do projeto e segundo informações prestadas pelos funcionários da repartição, havia sido encaminhada para a Prefeitura Municipal de Campos Sales pelo Governo Federal no ano de 2010.

Figura 33: Sobreposição dos limites dos bairros identificados com a pesquisa de campo sobre os setores censitários do IBGE



Fonte: elaborado por CARVALHO, M. de O., 2014.

O mapa produzido evidenciou uma nova possibilidade, todavia, a observação e análise da nova produção permitiu identificar algumas incongruências para com a proposta ensejada. Havia casos em que a simples junção de determinados setores censitários coincidia com os limites dos bairros identificados com a pesquisa de campo, entretanto, haviam situações em que esta possibilidade não se concretizava. Outro fato que chamou-nos a atenção fora a distorção existente entre a vetorização dos setores censitários e o traçado das ruas e avenidas da cidade de Campos Sales. Em muitos casos, não batiam e com o auxílio do software de geoprocessamento utilizado pôde-se constatar uma distorção espacial de até

30 m entre o traçado da rua e a linha vetorizada que representaria o eixo central da via. (Figura 34).

Figura 30: Detalhe da distorção existente entre a vetorização dos setores censitários do IBGE e o traçado das ruas da cidade de Campos Sales, Ceará (as linhas verdes representam os setores censitários, as brancas, os limites de bairros)



Fonte: Elaborado por CARVALHO, M. de O., 2014.

Acaso o IBGE teria gerado um produto com uma falha técnica tão banal? Na verdade, não. Esta distorção entre a vetorização dos setores censitários e o traçado das ruas que foi evidenciada no recorte acima resulta da diferenciação do nível de detalhamento das imagens de satélite utilizadas para a delimitação dos setores censitários e a imagem que ora utilizamos para a vetorização dos limites dos bairros bem como do tipo de procedimento realizado para coleta de coordenadas. Simplificando, o que temos são procedimentos e materiais diferentes para fins distintos, o que no caso em questão, não invalida nem um nem outro desde que observados os devidos fins a que cada um dos produtos irá se destinar.

Tais constatações levaram-nos a buscar novamente o IBGE para orientações sobre como proceder os próximos passos para a elaboração da Lei de Bairros. Ficou acordado que se deveria levar em consideração para o traçado dos limites dos bairros os dados obtidos com as coletas de campo junto a população. O técnico consultado informou que este fato não

implicaria em prejuízos para a base de dados pré-existente junto ao IBGE. Acordado isto, procedeu-se um aprofundamento nas leituras acerca das questões vinculadas ao urbano e o processo de coleta de coordenadas em campo fora refeito tendo por base as orientações dispostas por Leandro, Huinca e Krueger (2010) em uma publicação do laboratório de Geodésia Espacial da Universidade Federal do Paraná.

Sem que houvessem modificações nos traçados já estabelecidos com as vetorizações anteriores a nova coleta de pontos levou em consideração uma criteriosa observação de possíveis elementos que pudessem obstruir a perfeita captação dos sinais emitidos pelos satélites que seriam captados pelo receptor GPS⁴⁷, o que, segundo Leandro, Huinca e Krueger

No levantamento de obstruções são identificados objetos como: construções, árvores, placas, antenas e outros objetos ou feições que possam impedir que o sinal do satélite chegue ao receptor GPS ou ofereça alguma resistência a este sinal. (HUINCA E KRUEGER, 2010, p. 4)

Outra modificação que se deu fora no modo como realizou-se a coleta de cada um dos pares coordenadas. Outrora, aguardava-se a estabilização do sinal do receptor GPS até que este alcança-se a máxima precisão possível e marcava-se o ponto: com o receptor GPS na mão do aluno ou até mesmo do professor. Tal prática implicou numa coleta de pontos com diferentes distâncias entre o aparelho GPS e o solo. De posse de novos conhecimentos, a nova coleta se deu com a utilização de uma baliza com um metro e meio de comprimento aonde esta era apoiada sobre o solo e sobre a mesma era colocado o aparelho GPS. Dessa forma, todos os pontos que agora foram coletados estavam na mesma distância com relação ao solo.

Uma nova modificação se deu na quantidade de pontos que foram coletados. Nas etapas anteriores, os pontos eram coletados de acordo com a visualização de uma baliza móvel: um dos alunos portava o GPS e outro uma placa que servia como referência. O portador do GPS afastava-se do aluno com a placa até a distância máxima que possibilita-se a visão da placa, sendo aí, marcado o ponto. Esta prática gerou um número excessivo de pontos que conforme se pode observar em imagem anterior (Figura 30) poluía o layout produzido e dificultava a realização da vetorização. Nesta etapa, já de posse da nova imagem de satélite Quickbird, dos croquis anteriores, do mapa urbano da cidade (desatualizado, diga-se de passagem) e de imagens de satélite recentes obtidas através do software Google Earth, procedeu-se um

47. O receptor GPS utilizado para a coleta das coordenadas que delimitam os bairros da cidade de Campos Sales trata-se de um GPS de navegação Garmim Etrex 10 com sensores de alta sensibilidade e captação de constelações de satélite GPS e GLONASS, o que, segundo amostragem no próprio aparelho, assegura uma acurácia posicional de até 3 m de raio.

trabalho de gabinete que culminou com o pré-estabelecimento dos locais aonde os pontos seriam coletados. Esta mudança de prática resultou numa redução significativa na quantidade de pontos coletados e consequentemente numa maior celeridade nos trabalhos de georreferenciamento.

Realizado este novo georreferenciamento era chegada a hora de finalmente produzirmos os materiais oficiais que subsidiariam a elaboração da já tão falada Lei de Bairros de Campos Sales. Aqui nos deparamos com um pequeno gargalo: a imagem de satélite que a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo nos havia cedido estava georreferenciada no Datum⁴⁸ World Geodetic System - WGS 84, assim como as coordenadas coletadas também o estavam, entretanto, segundo Resolução 1/2005 da Presidência do IBGE⁴⁹, desde o dia 25 de fevereiro de 2005 o sistema geodésico brasileiro passou a ser o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas - SIRGAS 2000. Outro ponto a se considerar é que a imagem de satélite utilizada para vetorização dos limites dos bairros, embora com o mesmo Datum, possuía um georreferenciamento diferente daquele obtido com o trabalho de campo além de tratar-se de um recorte da área do município.

Visando resolver estas questões que se apresentaram com o desenvolvimento do trabalho de modo a assegurar o máximo de rigor técnico possível lançou-se mão de novos referenciais para a realização de um georreferenciamento que contempla-se todos os materiais utilizados como base para elaboração das produções cartográficas que viriam a compor a lei. Procedeu-se o download da Carta Base do Exército que contempla a área da sede urbana de Campos Sales (Folha SB.24 - Y -D - I) e com o estabelecimento de pontos de controle coletados em campo com o aparelho GPS disponível, refez-se o georreferenciamento desta carta e com o auxílio do software QGis, versão 2.10, converteu-se o Datum de WGS 84 para SIRGAS 2000 (Figura 35).

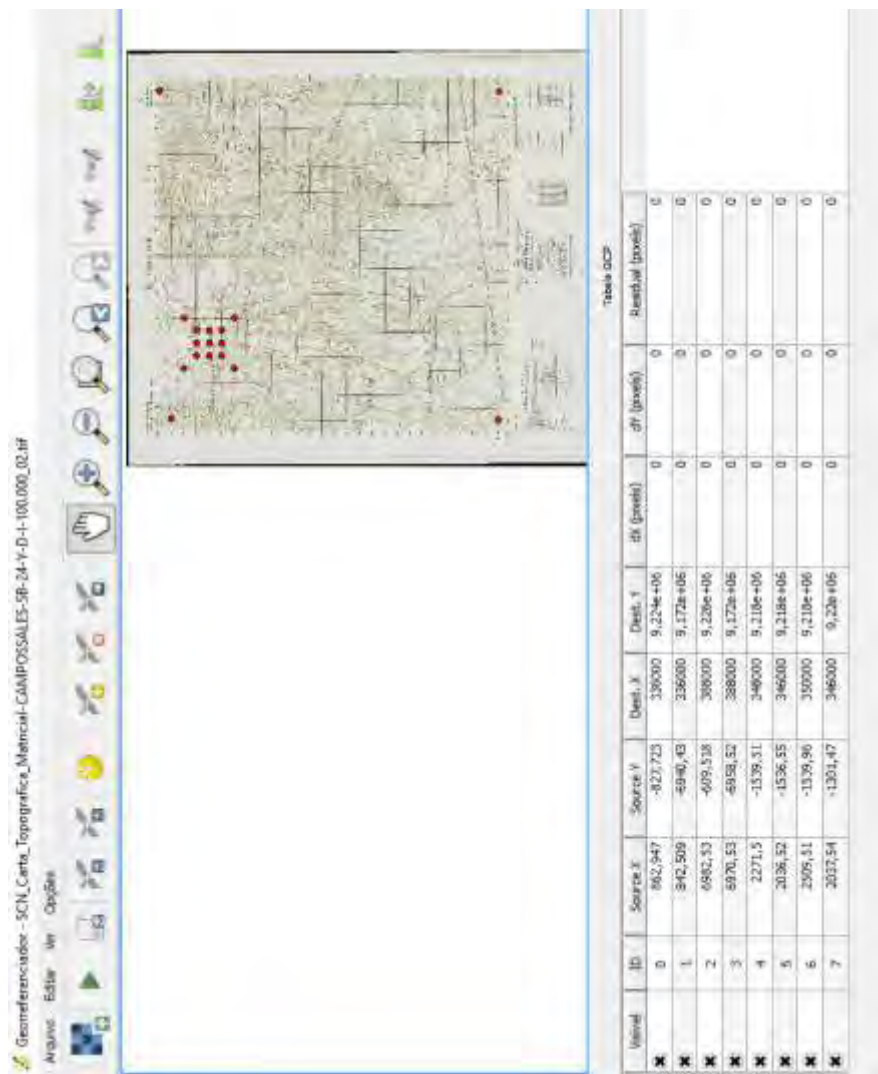
Procedimento semelhante também foi realizado com a imagem de satélite Quickbird sobre a qual realizou-se a vetorização dos limites dos bairros da cidade de Campos Sales (Figura 36) para posteriormente realizar-se a correlação da Carta Base do Exército com a imagem Quickbird e os pontos coletados em campo que identificavam os vértices de cada um dos bairros identificados através das informações prestadas pela população campossalense (Figura 37). Tais procedimentos além de seguirem um padrão técnico propiciaram maior segurança no processo de vetorização já que mesclaram documentos oficiais com informações obtidas de modo

48. Do latim dado, detalhe, pormenor em cartografia refere-se ao modelo matemático teórico da representação da superfície da Terra ao nível do mar utilizado pelos cartógrafos numa dada carta ou mapa. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Datum>

49. Disponível em: http://www.inde.gov.br/images/inde/rpr_01_25fev2005.pdf

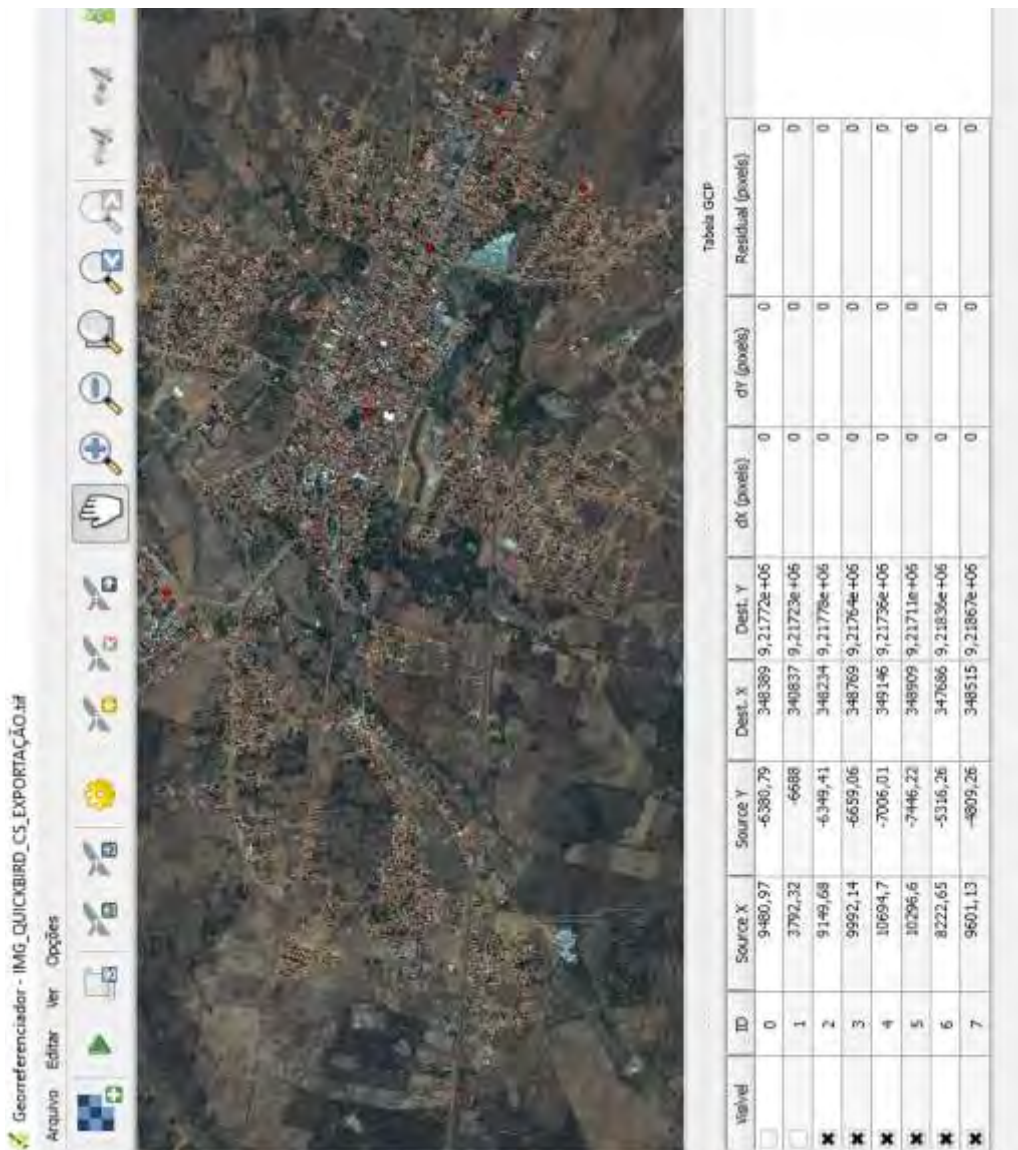
criteroso e que levaram em consideração o entendimento da população sobre o que de fato é o seu bairro, tudo isso associado a reflexão teórica acerca do arcabouço legal que rege o planejamento urbano nacional de modo a tentar contribuir para a melhoria das condições de vida da população campossalense, integrando-a no processo de construção dos subsídios que poderão gerar uma das leis responsáveis pelo reconhecimento de suas demandas enquanto comunidade.

Figura 35: Georreferenciamento da Carta Base do Exército com base em pontos de controle



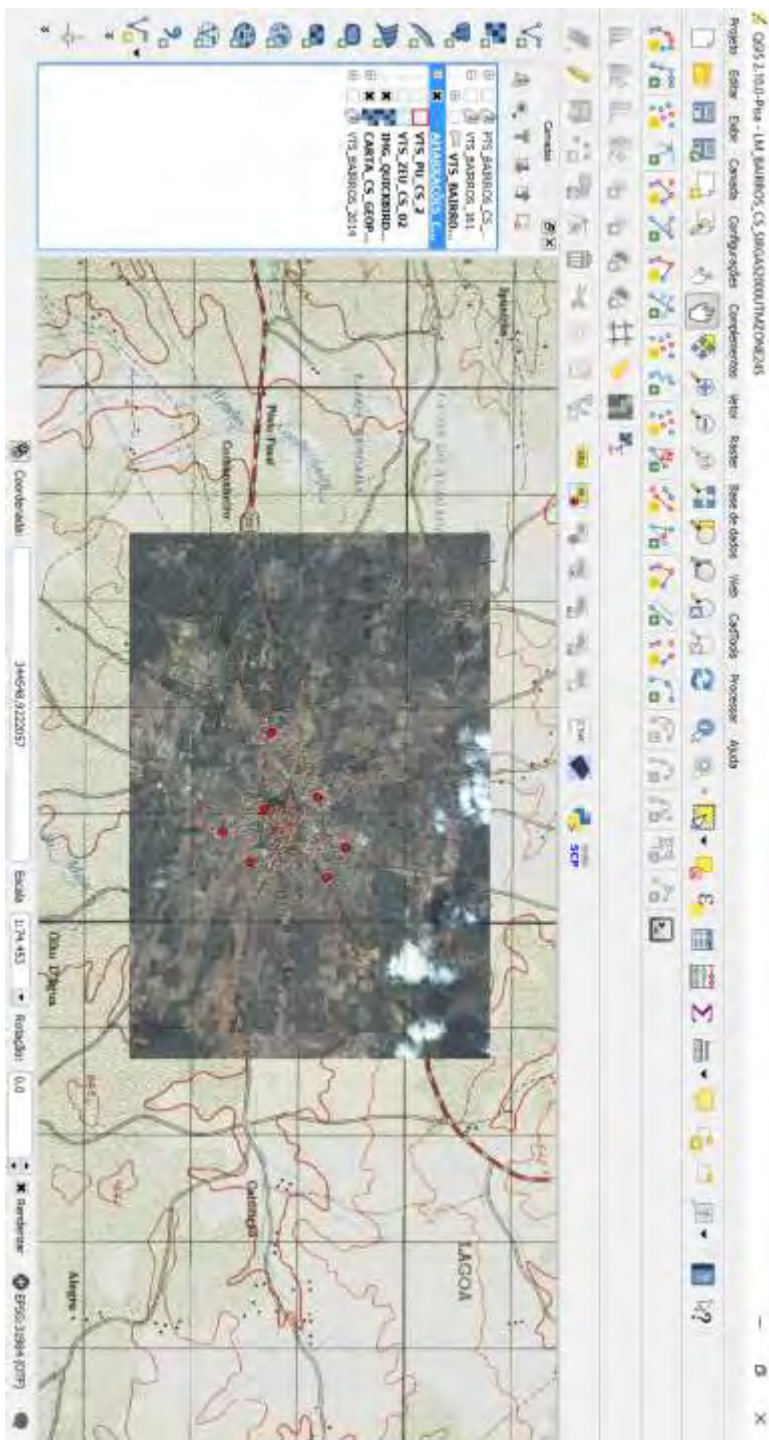
Fonte: Elaborado por CARVALHO, M. de O., 2015.

Figura 36: Georreferenciamento da imagem Quickbird com base em pontos de controle



Fonte: Elaborado por CARVALHO, M. de O., 2015.

Figura 37: Correlação entre a Carta Base do Exército e a imagem Quickbird sobre o mesmo Datum



Fonte: Elaborado por CARVALHO, M. de O., 2015.

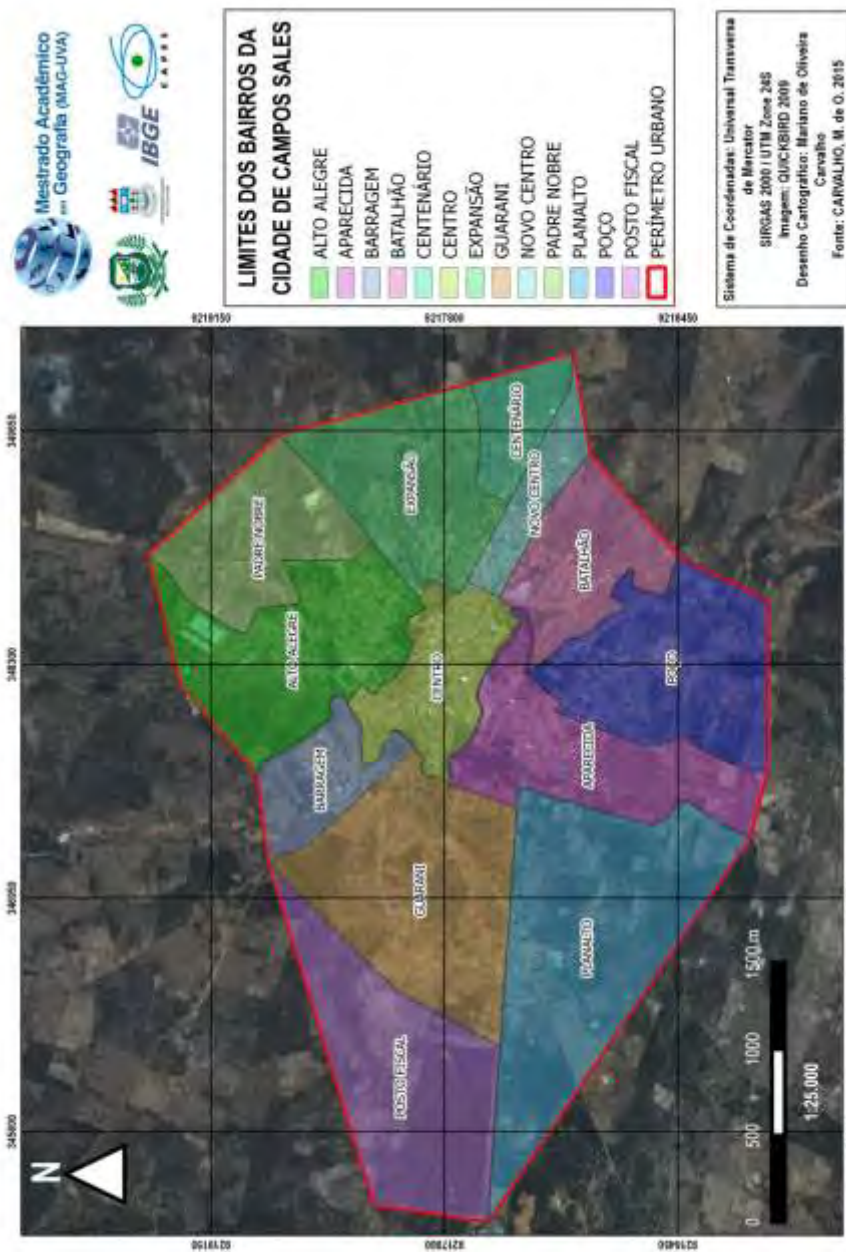
Feitas as devidas adequações técnicas, procedeu-se o processo de vetorização dos limites dos bairros da cidade de Campos Sales. Entretanto, o desenrolar da pesquisa propiciou a percepção de problemáticas outras que não apenas a subdivisão dos bairros da cidade, problemáticas estas que implicam negativamente nos processos de planejamento urbano e, conseqüentemente, na tomada de decisões vinculadas aos interesses mais prementes da população, especialmente aquela parcela da comunidade desprovida de recursos suficientes para arcar com o atendimento de suas necessidades básicas, vendo-se obrigada muitas vezes a residir em locais desprovidos da infraestrutura mínima necessária para o bem viver em comunidade.

Além da ausência de um ordenamento legal dos bairros da cidade, conforme já exposto em momentos anteriores deste breve texto, o perímetro urbano da cidade também padece com a desatualização e em virtude de uma legislação e fiscalização eficazes, a cidade desenvolveu vetores de crescimento para além das áreas cobertas pelos serviços básicos como esgotamento sanitário, abastecimento d'água, pavimentação, iluminação e a existência de fixos tais como escolas, creches, postos de saúde, praças e afins que compõem o cenário de uma cidade apta ao atendimento das demandas da comunidade que a habita.

Tais constatações levaram a proposta inicial de contribuir para a construção da Lei de Delimitação de Bairros da Cidade de Campos Sales de modo participativo a se desenrolar numa proposta de construção de um arcabouço legal composto por três leis distintas e complementares vinculadas ao planejamento urbano de modo a contribuir para a regulamentação daquilo que já existe (os bairros), atualização daquilo que por hora encontra-se indefinido (o perímetro urbano) e normatização daquilo que poderá vir a ser (a zona de expansão urbana) a área para aonde a cidade está crescendo de acordo com a observação de loteamentos já operação e a constituição de aglomerados populacionais para além dos limites tradicionalmente reconhecidos como urbanos pela comunidade.

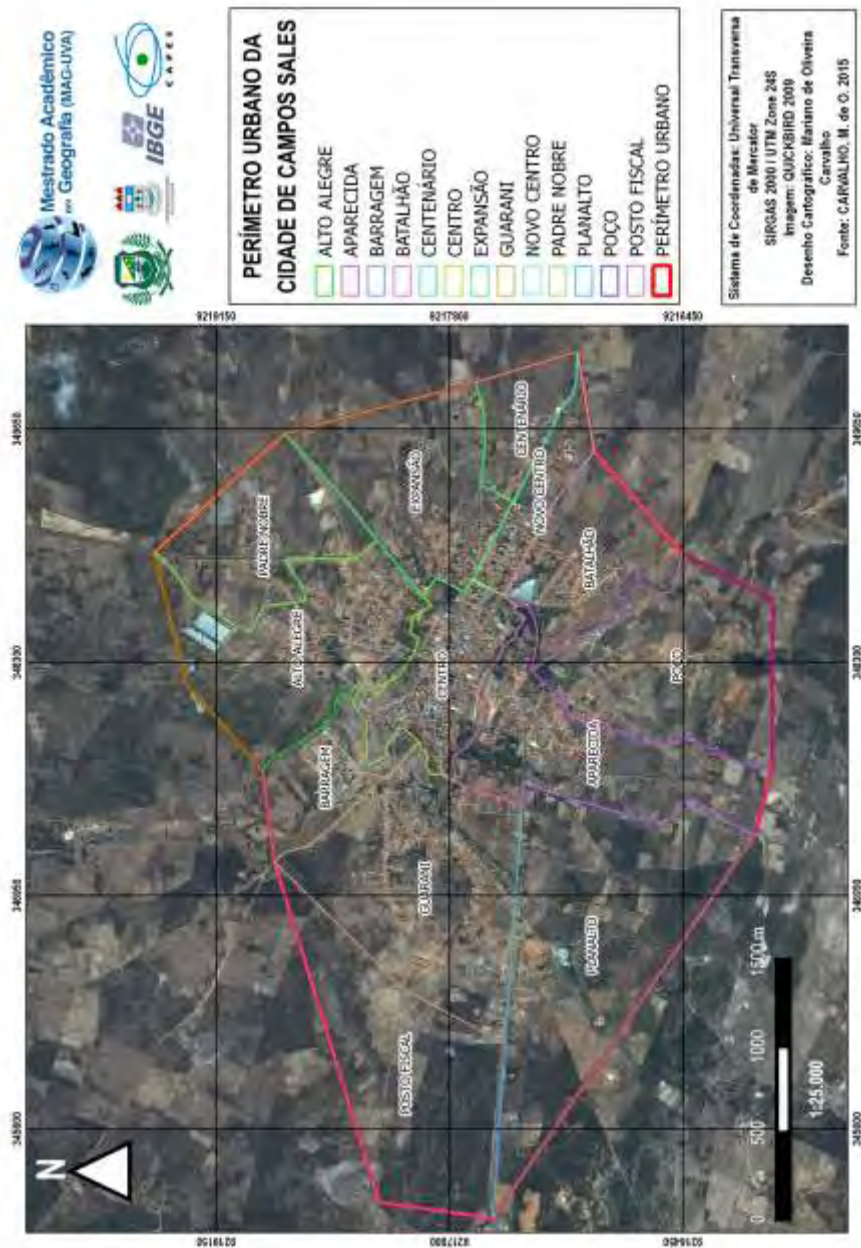
Desse modo, a pesquisa aponta para a necessidade e visa contribuir para a promulgação de três leis compostas por distintos mapas: a Lei de Delimitação de Bairros (Mapa 03); a Lei de Revisão e definição do Perímetro Urbano (Mapa 04) e; a lei que estabelece a Zona de Expansão Urbana - ZEU da cidade de Campos Sales (Mapa 05).

Mapa 03: Limites dos Bairros da Cidade de Campos Sales

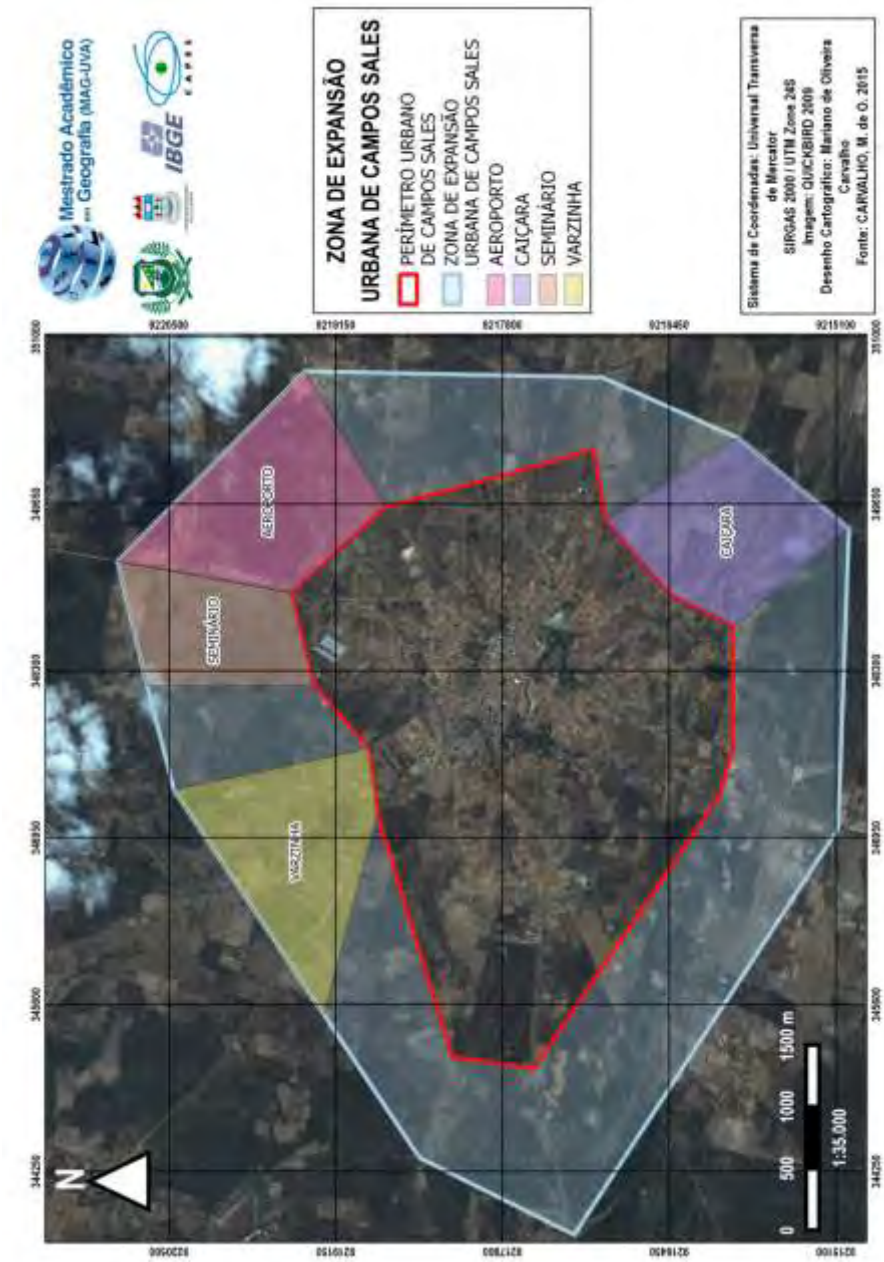


Fonte: Elaborado por CARVALHO, M. de O., 2015.

Mapa 04: Perímetro Urbano da Cidade de Campos Sales



Mapa 05: Proposta de Zona de Expansão Urbana - ZEU da Cidade de Campos Sales



Fonte: Elaborado por CARVALHO, M. de O., 2015.

3.4 E os alunos? Discussão sobre os questionários aplicados

Talvez a mais complexa das partes que constituem este trabalho seja discorrer sobre o entendimento e a opinião expressa pelos alunos que no decorrer do triênio - 2012, 2013 e 2014 - atuaram de modo incansável para que a proposta do Projeto "Exercendo a Cidadania: aluno informado, município organizado" pudesse ser levada em frente mesmo diante de todas as dificuldades que nos foram interpostas. Entretanto, para adentrar em tal seara julgamos importante refletir (ao menos sinteticamente) sobre um conceito que permeou todo o trabalho de extensão desenvolvido e que se constitui na prática aqui relatada: Cidadania.

De acordo com o Moderno Dicionário Português Online Michaelis, Cidadania¹ é a ...qualidade de cidadão (DICIONÁRIO DE PORTUGUÊS ONLINE, 2009) (talvez a definição mais pobre com a qual nos tenhamos deparado no decorrer de todo este trabalho - que nos perdoem os editores do dicionário). Logicamente, partimos do pressuposto de que enquanto conceito e prática, a Cidadania extrapola a definição ora apresentada. Segundo Silva (1998) "a cidadania é tida como a possibilidade concreta de se conquistar uma igualdade humana básica" e a referida autora ressalta ainda a intrínseca relação entre o acesso à educação e a consecução e exercício dos direitos civis, no qual a própria educação constitui-se em um dos primordiais.

Todavia, a Cidadania, embora fundamental para a plena realização da vida em sociedade, segundo Carvalho, J. M. (2002) padece de uma grave contradição no contexto brasileiro. De acordo com o referido autor que ampara-se nas ideias de T. H. Marshall

A cronologia e a lógica da seqüência descrita por Marshall foram invertidas no Brasil. Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da seqüência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo. (CARVALHO, J. M. 2002, p. 219-220)

Ainda discorrendo sobre a temática, o referido autor destaca que

Na sequência inglesa, havia uma lógica que reforçava a convicção democrática. As liberdades civis vieram primeiro, garantidas por um Judiciário cada vez mais independente do Executivo. Com base no exercício das liberdades, expandiram-se os direitos políticos consolidados pelos partidos e pelo Legislativo. Finalmente, pela ação dos partidos e do Congresso, votaram-se os direitos sociais, postos em prática pelo Executivo. A base de tudo eram as liberdades civis.. (CARVALHO, J. M. 2002, p. 220)

Baseados no que expressa o autor podemos dizer que a Cidadania no Brasil surgiu as avessas e mais ainda, que tal fato implicou numa falta de, se assim podemos dizer, "intimidade ou pertença" com o conceito. O indivíduo nasce cidadão e ponto! Não há de fato um entendimento da força que o termo expressa. A prática que originou esta pesquisa pauta-se no ideal de que a cidadania é um cotidiano exercício de questionamento crítico construtivo da realidade que nos circunda a fim de contribuir para que o indivíduo, mais do que ser cidadão por uma crença ou por uma lei - Cidadania tornou-se um termo tão familiar que até mesmo nossa constituição fora assim denominada: a Constituição Cidadã - de fato exerça esse direito que é também um dever, visando a melhoria das condições de vida da sociedade. Tendo em vista que o exercício da Cidadania subsidia-se em grande parte pelo acesso a educação, cremos ser a escola um profícuo ambiente para esta práxis de modo a que, contribuindo para a formação de uma consciência cidadã junto aos alunos estes poderão atuar de modo proativo junto a comunidade do qual fazem parte.

Pois bem: Cidadania, escola, mas o que de fato os alunos disseram acerca da prática do qual fizeram parte? Para que prossigamos com esta conversa é importante lembrar que enquanto instituição, a escola visa a aprendizagem através do ensino e mensura a qualidade dessa relação através de um processo denominado avaliação⁵¹. Tomando por base as notas (Quadro 04) dos dez alunos envolvidos no decorrer dos três anos de execução do trabalho, especificamente na disciplina de geografia podemos afirmar que houveram resultados positivos tendo em vista que do grupo de alunos envolvidos, no triênio em que cursaram o ensino médio, apenas quatro deles obtiveram notas abaixo da média mesmo dentre estes, apenas dois deles chegaram a carecer de passar pelo processo de Recuperação (também denominado de Avaliação Final ou AVF).

51. Muito embora tenham havido avanços significativos nos processos avaliativos no âmbito escolar, de modo geral, podemos afirmar que na escola o qual ocorreu a prática aqui percorrida, mesmo com todas as mudanças e iniciativas de se fazer diferente ainda possui um sistema avaliativo tradicionalista, pautado na atribuição de notas acerca de provas escritas realizadas pelos alunos. No cálculo da média bimestral do aluno ainda pesa sobremaneira os resultados obtidos nas provas. Todavia, já há mecanismos diferenciados em voga para o cálculo das médias. Um exemplo desses mecanismos é a prática da pesquisa em sala de aula (como esta que ilustra este trabalho).

Quadro 04: Notas dos alunos³ da E.E.M. de Campos Sales envolvidos com o projeto Exercendo a Cidadania - triênio 2012/2014 - na disciplina de Geografia

ALUNO	BIMESTRE E NOTAS				MÉDIA FINAL	AVF	2012
	1°	2°	3°	4°			
01	7,00	7,00	9,00	6,00	7,00		
02	6,00	9,00	9,00	6,00	8,00		
03	7,00	7,00	9,00	6,00	7,00		
04	7,00	7,00	9,00	6,00	7,00		
05	7,00	9,00	8,00	8,00	8,00		
06	4,00	8,00	8,00	7,00	7,00		
07	5,00	3,00	8,00	7,00	6,00		
08	6,00	6,00	9,00	6,00	7,00		
09	7,00	8,00	8,00	7,00	8,00		
10	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00		
ALUNO	BIMESTRE E NOTAS				MÉDIA FINAL	AVF	2013
	1°	2°	3°	4°			
01	5,00	5,00	7,00	8,00	6,00		
02	6,00	5,00	6,00	8,00	6,00		
03	6,00	4,00	8,00	8,00	7,00		
04	8,00	6,00	7,00	10,00	8,00		
05	6,00	3,00	7,00	8,00	6,00		
06	1,00	4,00	4,00	10,00	5,00	6,00	
07	5,00	4,00	7,00	9,00	6,00		
08	6,00	4,00	6,00	8,00	6,00		
09	8,00	8,00	8,00	9,00	8,00		
10	8,00	8,00	8,00	9,00	8,00		
ALUNO	BIMESTRE E NOTAS				MÉDIA FINAL	AVF	2014
	1°	2°	3°	4°			
01	2,00	0,00	8,00	6,00	4,00	6,00	
02	6,00	7,00	6,00	8,00	7,00		
03	8,00	7,00	8,00	8,00	8,00		
04	6,00	7,00	7,00	5,00	6,00		
05	6,00	7,00	8,00	10,00	8,00		
06	6,00	8,00	8,00	9,00	8,00		
07	7,00	7,00	8,00	8,00	8,00		
08	6,00	7,00	8,00	7,00	7,00		
09	8,00	7,00	9,00	10,00	9,00		
10	8,00	9,00	10,00	10,00	9,00		

Fonte: Extraído do SIGE Escola, 2015.

52. Visando a preservação dos dados pessoais dos alunos, os mesmos são denominados por números ao invés de seus próprios nomes.

Mas e a opinião dos alunos? O que eles disseram pensar sobre a prática do qual fizeram parte? Para descobrirmos tais elementos fora aplicado um pequeno questionário composto com cinco perguntas abertas que versavam sobre as temáticas discutidas no decorrer do projeto bem como em sala de aula em conjunto com a turma (Apêndice B). Foi solicitado que os alunos não assinassem os respectivos documentos de modo a tentar favorecer a livre expressão dos mesmos. Os questionários foram aplicados entre os dias 20 e 26 de junho de 2015. As questões que o compunham eram as seguintes:

- 1ª) Relate os desafios que você encontrou para relacionar a prática desenvolvida no projeto com os conteúdos propostos pelo livro de Geografia.
- 2ª) Qual a relação entre o mapa e o espaço?
- 3ª) O que é planejamento urbano? O que é planejamento urbano participativo?
- 4ª) Como você passou a entender o planejamento urbano após a execução do projeto?
- 5ª) O que é pesquisa-ação? Você participou de alguma?

No tocante às repostas da primeira questão, sete dos dez alunos identificaram desafios para relacionar a prática desenvolvida com os conteúdos apresentados em sala de aula mediante o uso do livro didático⁵³. Segundo o Aluno nº 5, "[...] Identificar os artifícios geográficos como: mapas, escala, espaço, dentre outros e relacionar com a prática no desenrolar da empreita". Entretanto, três dos alunos disseram não encontrar nenhuma dificuldade para correlacionar a prática desenvolvida com os conteúdos apresentados em sala de aula. O aluno nº 7 afirmou categoricamente "[...] Consegui juntar a teoria do livro com a prática". De modo um pouco mais elaborado, o aluno nº 10 expressou a seguinte afirmação

[...] Na realidade não encontrei desafios concretos, foi mais uma questão de assimilar o aprendizado na prática da aula de campo com o que antes só era visto na sala de aula de forma teórica e superficial. Mas vale ressaltar que facilita bastante a compreensão do conteúdo".

Quanto a segunda questão: Qual a relação entre o mapa e o espaço, todos os alunos afirmaram haver uma ligação entre as diferentes instâncias. As respostas foram de certo modo semelhante de tal forma que os alunos demonstraram compreender a função de representação que o mapa exerce

53. NOTA: As repostas dos alunos serão transcritas tal e qual estão nos questionários

sobre o espaço. Curiosamente - aqui não podemos afirmar se há uma intencionalidade - o aluno nº 3 expressou que "[...] A relação entre ambos é que o mapa representa graficamente uma fração do território que ocupa o espaço⁵⁴". O trecho grifado lembra-nos o que afirma Harley (2009) quanto ao que o mesmo denomina como sendo os "silêncios" dos mapas

Os “ silêncios ” dos mapas são um conceito central em toda argumentação concernente à influência de suas mensagens políticas ocultas. Afirma-se aqui que, assim como certos exemplos de escritas ou de falas, os mapas exercem uma influência social, tanto por suas omissões quanto pelos elementos que elas representam e valorizam (HARLEY, 2009, p. 12)

Trocando em miúdos: os mapas mostram aquilo que aqueles que os produzem tem interesse que seja visto. São produtos cheios de intencionalidades - muitas delas expressas de modo subliminar, nas entrelinhas da compreensão de modo a que apenas determinados grupos dotados das condições de poder e conhecimento - que também é uma forma de poder - possam se apropriar plenamente desta ferramenta que historicamente tem servido como artifício de dominação. Mas voltando aos questionários, a terceira pergunta inquiria respectivamente aos alunos sobre o significado de planejamento urbano e planejamento urbano participativo. Apenas um dos alunos inquiridos teve uma grande dificuldade para compreender os conceitos, todavia, alguns deles apresentaram interessantes respostas para a questão. O aluno nº 6 expressou o seguinte

"[...] O Planejamento Urbano é utilizado tanto como disciplina acadêmica quanto método de atuação no ambiente urbano, lida basicamente com os processos de produção, estruturação e apropriação do espaço urbano. Já o Planejamento Urbano Participativo trata-se de um conjunto de esforços por parte das autoridades locais de determinados lugares juntamente e colaborando com aqueles que tem bons planejamentos para aquele lugar".

A quarta pergunta buscava identificar a visão pessoal dos alunos quanto ao conceito de planejamento urbano após a execução do projeto. Por unanimidade os alunos ressaltaram que o planejamento urbano de fato é útil para a organização da cidade - fato este que de alguma forma já era esperado em virtude das leituras e práticas realizadas com o desenrolar do projeto - e outro fato importante a se destacar é que todos os alunos salientaram a possibilidade que o planejamento urbano pode oferecer de melhorias para a

54. Grifo do autor

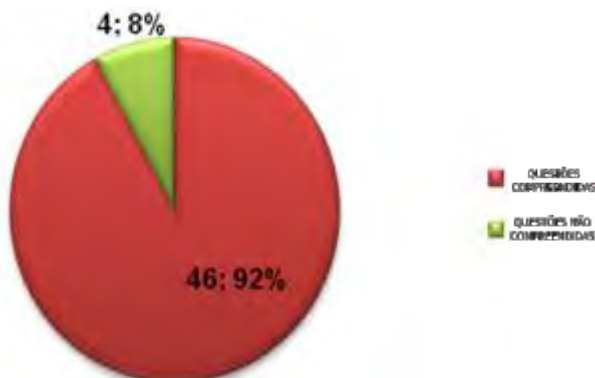
comunidade no futuro. O aluno nº 8 afirmou que "[...] Entendo o planejamento urbano como um conjunto de decisões para ações futuras". Semelhantemente, o aluno nº 4 o define "[...] como uma forma de melhorar o meio de vida da população e de lugares que não tinham uma estrutura conservada".

Dentre as respostas, uma que saltou aos olhos fora a do aluno nº 5 quando o mesmo afirma de modo vigoroso que "[...] Não basta ver a modificação do lugar em que se vive, mas sim participar ativamente desse processo!". De modo parecido o aluno nº 1 declara "[...] Vi que estava participando de alguma forma de um planejamento urbano aonde estava buscando a melhoria dos bairros". É fato que em alguns casos as respostas pareçam ter pouca profundidade, entretanto é importante que lembremos são opiniões prestadas por adolescentes - há época com idade que variavam entre 12 - 14 anos de idade (no primeiro ano de trabalho) e 15 - 17 anos (no último ano de trabalho de campo e concomitantemente do ensino médio). Mesmo assim houveram respostas com um teor mais apurado tal como esta apresentada pelo aluno nº 10 aonde expressou que

"[...] Ao realizarmos o projeto desenvolvi uma visão crítica diante dos problemas sociais que enfrentamos no dia a dia. Em nossa cidade não houve o devido planejamento, o que ocasionou seu crescimento desorganizado, o qual afeta diretamente os cidadãos. O planejamento no desenvolvimento de uma sociedade é indispensável".

Antes de prosseguirmos com o relato e análise da última pergunta proposta é interessante salientar que no geral os alunos apresentaram a compreensão dos conceitos, temáticas e práticas realizadas conforme ilustra o gráfico a seguir (Gráfico 01).

Gráfico 01: Percentual de compreensão das questões propostas aos alunos participantes do projeto Exercendo a Cidadania: aluno informado, município organizado



Fonte: elaborado por CARVALHO, M. de O., 2016.

A quinta e última pergunta inquiria dos alunos o que era pesquisa-ação (método empregado para o desenvolvimento do projeto de extensão) e se os mesmos se reconheciam como tendo participado de algo desse tipo. Novamente todos os alunos responderam positivamente para ambos os questionamentos. O aluno nº 9 definiu que

"[...] Pesquisa-ação é uma pesquisa onde tanto os pesquisadores quanto os participantes da realidade a ser estudada estão envolvidos e colaborando com os estudos. Tive a oportunidade de participar de uma pesquisa-ação onde nós do projeto junto com a Câmara e o IBGE e a comunidade buscamos criar a lei de bairros de nossa cidade para melhorar as condições de vida da população".

Por sua vez o aluno nº 8 a definiu como "[...] É um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo". O aluno nº 4 disse que "[...] é uma forma de resolver os problemas: primeiro pesquisa o lugar junto com as pessoas e depois começa a ação".

A leitura e análise dos questionários respondidos pelos alunos (Figura 38) possibilitou apreender que, salvo alguns pequenos equívocos de entendimento e mesmo com a pouca maturidade teórica dos alunos envolvidos com a prática de extensão os discentes conseguiram apropriar-se dos conceitos debatidos e mais que isso, sentiram-se parte do processo enquanto cidadãos que exercem o seu dever de questionar a realidade que os circunda visando contribuir para a melhoria das suas condições de vida e da comunidade no qual estão inseridos.

Figura 38: Equipe do projeto Exercendo a Cidadania: aluno informado, município organizado defronte a E.E.M. de Campos Sales



Fonte: CARVALHO, M. de O. et al, 2013.

4. Considerações Finais

Este trabalho iniciou-se a partir de algumas questões de caráter múltiplo mas que no decorrer da pesquisa e práticas realizadas mostraram-se passíveis de interligação, até o presente momento, nos campos teórico, didático e prático metodológico: o Ensino de Geografia, a Cartografia Participativa e o Planejamento Urbano tendo como lócus de aplicação a pequena cidade de Campos Sales, Ceará. Partimos inicialmente das seguintes interrogações: A cartografia participativa serviu ao propósito de entendimento e questionamento do espaço vivido dos alunos? Poderia esta prática contribuir para a mediação entre os saberes e interesses da comunidade junto aos órgãos oficiais de ordenamento territorial? Houve um ganho no processo ensino-aprendizagem em virtude das práticas efetivadas?

De maneira geral podemos afirmar que todas as questões foram elucidadas, todavia, temos a ciência de que as respostas podem não ter sido aquelas que inicialmente imaginávamos obter tendo em vista os múltiplos elementos que foram se descortinando ao passo que ocorreu o aprofundamento teórico, prático e metodológico possibilitando a visibilidade de uma realidade muito mais ampla, diversa e complexa do que aquela preliminarmente idealizada. Foi perante este cenário - hora dramático/hora cômico - que foram sendo construídas nossas considerações finais, destacando que as mesmas não constituem-se numa conclusão no tocante as temáticas e conceitos aqui debatidos pois os pilares sobre os quais se assentam nossa pesquisa entrelaçam-se na sociedade que ao nosso ver trata-se de algo em perene construção.

No primeiro capítulo buscaram-se bases para uma conceituação acerca do Ensino de Geografia e a Cartografia - dois dos nossos conceitos basilares - buscando apresentar a sua evolução, importância e panoramas/possibilidades atuais. Tal intento exigiu uma esmiuçada

pesquisa bibliográfica - que se seguiu na continuidade do trabalho - face as variadas questões, posições e interesses imbricados num e noutro conceito. No tocante ao Ensino de Geografia pudemos constatar que fundamentalmente este assenta-se sobre bases anacrônicas de modo a valorar os preceitos do ensino de cunho tradicionalista, especialmente no tocante a produção dos materiais didáticos que se destinam para este fim. Entretanto, fez-se visível o processo de busca pela renovação da práxis didática mediante o questionamento do pensamento geográfico em vigor. Este questionamento reverberou também na relação estabelecida entre as ainda distintas Geografia Escolar e Geografia Acadêmica. Historicamente vinculadas por uma relação de subserviência da primeira a segunda as mudanças estabelecidas nos panoramas político educacionais e sociais tem permitido a construção de uma relação mais equilibrada entre ambas de modo que, há sim uma perspectiva de pensamento geográfico que colige a academia e a escola mediante a amálgama da pesquisa visando a produção do conhecimento em ambas as instâncias - o que contribui para a refuta da ideia inicial de que a Academia produz o conhecimento e a Escola o repassa.

O questionamento, força motriz para a produção do saber faz-se onipresente e por tal, podemos afirmar que a produção do conhecimento pode, deve e é fomentada/realizada em ambos os espaços. Logicamente que ainda existem dificuldades a serem transpostas neste quesito mas devemos reconhecer os avanços que se deram neste sentido.

Refuta-se também a ideia de uma relação estanque aonde o professor é o sabedor e o aluno o aprendiz sem condição de questionamento para tal status quo. Novamente, a prática da pesquisa, associada a criticidade, vem possibilitar não a inversão de papéis mas uma complementariedade destes, aonde o professor aprende ao passo que ensina e vice-versa. Destaca-se a importância da valoração e utilização dos elementos do contexto espaço temporal dos entes envolvidos no processo ensino-aprendizagem no tocante a diversificação das práticas, produção de materiais, amplificação dos questionamentos e resignificação dos conteúdos. Tais princípios quando observados podem sim favorecer a construção do conhecimento no âmbito escolar e da sociedade tendo em vista o fato do aluno reconhecer-se enquanto indivíduo social-crítico e ativo ante a sua realidade de vivência: cidadão.

Sobre a Cartografia pôde-se evidenciar seu papel de manutenção das relações de poder no tecido espaço-temporal através do sistemático e quase imperceptível processo de "silenciamento" das desigualdades, da evidenciação eletiva de informações apresentadas e do caráter pictórico, e

por tal, pouco importante que a mesma se mostrava perante a sociedade. O saber cartográfico por muito tempo esteve confinado nas mãos daqueles que por decreto - legal ou divino - estivessem destinados a governar o mundo! Entretanto - e felizmente - este horizonte também vem se aclarando mediante o questionamento do pensamento cartográfico vigente - em virtude das mudanças pelas quais a sociedade vem passando - de tal forma a repercutir nas práticas, nas produções e na diversificação dos indivíduos que vem se apropriando de tal conhecimento.

Mapas, outrora produzidos apenas em gabinetes fechados, departamentos governamentais, instituições privadas com interesses econômicos ou para se fazer a guerra, hoje são pensados, elaborados e lidos nos mais variados rincões: desde aldeias indígenas passando por comunidades quilombolas ou assentamentos rurais, ou ainda nas periferias das cidades, de Detroit nos Estados Unidos a Campos Sales no Ceará! Os temas são um capítulo a parte. Ah, os temas... desigualdade social, localização de pontos de interesse, comprovação de limites territoriais para validação de posse ou uso de terras por parte de ribeirinhos, catadores de mariscos, de coco babaçu, remontando o passado, descrevendo o presente pelos olhos das crianças, jovens, idosos, letrados ou analfabetos e pasmem: o futuro! Os sonhos daquelas pessoas outrora sem perspectiva são também cartografados de modo a representar sobre cartas aquilo que se deseja que aconteça, que seja construído, que mude.

É fato que os mapas ainda são uma ferramenta de poder e por tal ainda são apropriados pelos mesmos entes que no passado dele se utilizavam para a perpetuação dos seus ideais mas, mais do que isso, a Cartografia hoje se constitui numa possibilidade de empoderamento o que, sobremaneira vem favorecendo as parcelas menos abastadas e esclarecidas da sociedade. Podemos arriscar dizer que a Cartografia hoje está mais próxima e aparentada com a sociedade.

No segundo capítulo procedeu-se uma discussão sobre a origem do conceito de planejamento e as consequências deste processo para com a conformação do espaço, especialmente no contexto urbano. Identificou-se a "mocidade" do planejamento enquanto conceito teórico e sua intrínseca relação desde cedo para com o espaço, fazendo do Planejamento Urbano uma das primeiras formas institucionalizadas de planejamento. Pautados em nossos orientes teóricos pudemos identificar o caráter tecnicista e centralizador que desde os primórdios assentou-se sobre a prática do Planejamento Urbano de modo a contribuir para série de condutas que destoam da realidade aonde são desenvolvidas.

O caso brasileiro não se faz exceção ao que já fora exposto. Calçado em modelos externos a cultura e sociedade nacional, deixando de observar as características, valores e interesses da comunidade local quando da sua execução, efetuação esta que majoritariamente se dá de cima para baixo reforçando o já citado caráter técnico, centralizador e porque não acrescentar, excludente, o Planejamento Urbano Brasileiro - tido como sinonímia de urbanismo, o que também se caracteriza como uma falha já que a literatura alemã dá conta do urbanismo como sendo uma parte do planejamento e não o planejamento em si - em grande parte dos casos constitui-se numa ferramenta de imposição dos interesses de uma minoria que comanda o cenário político e econômico da sociedade brasileira.

O adensamento populacional dos espaços urbanos brasileiros e os processos de instabilidade política que figuraram no Séc. XX contribuíram para a manutenção do caráter conservador do Planejamento Urbano no cenário nacional, fato este que, mesmo após a promulgação da CF de 1988 - a denominada Constituição Cidadã - e da regulamentação dos artigos 182 e 183 da carta magna nacional pelo Estatuto da Cidade - que atentam para a obrigatoriedade da participação popular nos processos de elaboração dos planos diretores municipais - ainda perduram os vícios que se estabeleceram nos processos de Planejamento Urbano no Brasil.

Entretanto, é necessário reconhecer os esforços teóricos e a necessidade de se propor um Planejamento Urbano mais humanizado e participativo de modo a contemplar os interesses não apenas da minoria que detém o poder de mando - econômico e político - nas relações sociais, mas aventar a utopia e buscar a resolução das problemáticas imbricadas a questão urbana de modo a favorecer a justiça social e consolidar o direito a cidade para toda a sociedade.

Dando prosseguimento a discussão empreitada, procede-se uma caracterização da pequena cidade de Campos Sales, Ceará, a partir da análise do processo de conformação do seu território. Partindo do estudo bibliográfico pôde-se identificar que as origens do aglomerado populacional que posteriormente tornou-se o nosso lócus de pesquisa tem intrínseca relação com o período das charqueadas, aonde a antiga Várzea da Vaca, hoje Campos Sales, servia de ponto de descanso para os tropeiros que por ali transitavam. Reviravoltas políticas fizeram com que o território vivesse ainda no início do Séc. XX situações distintas, hora emancipado, hora reintegrado ao território de outro município até o ano de 1938 quando definitivamente conseguiu sua emancipação política. O passar dos anos e o rumo dos ventos da economia no Ceará levaram a já cidade de Campos Sales a vivenciar um

momento de prosperidade quando da época de produção algodoeira, entretanto, como tantas outras cidades do sertão nordestino, também sofreu com a derrocada desta fase pela praga do bicudo.

Na atualidade, a pequena cidade de Campos Sales, igual e ao mesmo tempo diferente de tantas outras, revela-se como um espaço de atração no contexto microrregional, constituindo em um centro de oferta de serviços e produtos para os habitantes de municípios com quem faz divisa, tanto na região do Cariri-Oeste, quanto nos vizinhos estados de Pernambuco e Piauí. No tocante as práticas de Planejamento Urbano estabelecidas, embora o município disponha de um mínimo arcabouço legal necessário para o seu ordenamento territorial conforme estabelece a lei federal (incompleto, já vencido, desatualizado e tecnicamente inadequado é bem verdade), pode-se observar uma reprodução do modelo centralizador e excludente que se consolidou no contexto nacional. Manda quem pode, obedece quem tem juízo.

Entretanto, as mudanças ocorridas no contexto nacional quanto a fiscalização e obrigatoriedade de execução de políticas públicas de atendimento as demandas da sociedade contribuíram para que alguns avanços fossem sentidos - seria maniqueísmo afirmar que nada de positivo foi feito, reconhece-se os avanços mas também identifica-se a necessidade de que mais poderia e ainda deve ser feito, muito mais.

O capítulo três traz o apanhado metodológico e prático de todo o processo que se desenvolveu no decorrer desta pesquisa. Iniciamos com a apresentação das opções teóricas que definiram o método utilizado na execução e posterior análise da prática de extensão que deu origem a nossa proposta de dissertação. Deve-se enfatizar que entre aquilo que se imaginou realizar e o que de fato foi feito houve uma disparidade enorme. Não no sentido de que pouca coisa tenha sido realizada mas justamente o oposto. O caminho trilhado mostrou-se deveras mais extenso e árduo do que se pudera imaginar a princípio. Todavia, ao passo que as dificuldades foram amplificadas podemos afirmar que assim também o foram os aprendizados.

Pautados no pensamento dialético optou-se pela estruturação de uma tríade composta por um método: a pesquisa-ação; uma prática: a cartografia participativa e; um meio: a escola através do ensino de geografia para discorrer-se teoricamente sobre todo o esforço realizado no sentido de contribuir para a resolução de uma problemática identificada no espaço urbano de Campos Sales bem como para a melhoria da relação ensino aprendizagem no contexto da práxis didática de Geografia. Tais opções nos permitiram o desenvolvimento de uma trabalho que fez uso da realidade

vivenciada pelos alunos integrando-os a vida política da cidade e possibilitando a identificação das demandas da sociedade campossalense e debate destas no ambiente escolar como recurso didático diversificado.

O percurso metodológico escolhido foi a base para analisarmos a prática de extensão desenvolvida através do projeto Exercendo a Cidadania: aluno informado, município organizado que, de modo sintético, surgiu da necessidade de se enriquecerem as práticas desenvolvidas em sala de aula na disciplina de Geografia associado ao desejo de contribuir para a resolução de problemas identificados no espaço urbano da cidade evidenciados pela prática de campo. O expediente mostrou-se profícuo na produção de material didático diversificado - especialmente mapas - o que propiciou um enriquecimento dos debates realizados em sala de aula, contextualizando os conteúdos e favorecendo as relações professor-aluno e ensino-aprendizagem, além de propiciar o estabelecimento parcerias interinstitucionais que culminaram com a criação das bases para discussão da promulgação da primeira Lei de Delimitação de Bairros da cidade de Campos Sales, proposta esta que tramita na Câmara Municipal desde o ano de 2012.

Entretanto, o trabalho desenvolvido na pesquisa de extensão associado aos direcionamentos dados pela análise de documentos disponibilizados pela Câmara Municipal e orientações de técnicas oferecidas pelo IBGE levaram-nos a buscar o aprimoramento técnico dos materiais já produzidos de modo que, após um percurso de aprofundamento teórico já ingresso no MAG, o que originalmente era uma proposta de criação de uma lei, tornou-se a proposição de um conjunto composto por três leis distintas e complementares: a Lei de Delimitação de Bairros; a Lei de revisão e atualização do Perímetro Urbano da cidade de Campos Sales e uma terceira: a proposição do estabelecimento de uma Zona de Expansão Urbana - ZEU de modo a normatizar e orientar o planejamento urbano da cidade contemplando seus vetores de crescimento.

De tal forma que, retomando os questionamentos que orientaram esta pesquisa podemos afirmar que... Sim! A Cartografia Participativa serviu ao propósito de entendimento e questionamento do espaço vivido pelos alunos. A análise dos questionários propostos aos discentes revela isso quando na leitura de suas repostas é possível identificar a criticidade mas também a responsabilidade que os mesmos denotam assumir enquanto cidadãos que buscam a melhoria das condições de vida de toda a comunidade. Os alunos viram-se não apenas como seres individuais mas enquanto partes de um todo que carece de se questionar e se mobilizar para que as mudanças ansiadas

possam de fato se concretizar.

Sim! Teórica e metodologicamente conseguiu-se comprovar que esta prática poderia (e pode) contribuir para a mediação entre os saberes e interesses da comunidade junto aos órgãos oficiais de ordenamento territorial. A elaboração de produtos cartográficos de acordo com parâmetros técnicos pautados na legislação foram alcançadas de modo a preconizar o respeito pelas informações prestadas pela comunidade na construção dos mapas e consequente elaboração de propostas de lei. Porém, aqui devemos assumir uma utopia que inicialmente era uma ilusão quando do início deste trabalho, ainda enquanto projeto de extensão.

Houve sim um momento em que um professor e seus alunos acreditaram que a construção do arcabouço legal proposto pelo projeto Exercendo a Cidadania: aluno informado, município organizado, de fato, funcionaria como o nome do projeto preconiza. O enriquecimento teórico dos alunos enquanto parte da comunidade favoreceria sua criticidade, seu poder de questionamento e quase que sumariamente pressionaria as instâncias competentes a tomarem as devidas providências para o atendimento das demandas da comunidade. O fato é que hoje logramos êxito na produção de documentação técnica e legalmente fundamentada, produzida com a observância daquilo que a comunidade compreende como de fato sendo "o seu bairro", orientada e aprovada por uma instituição federal que é o IBGE mas para que todo este esforço saia do papel e se concretize enquanto práticas para o beneficiamento da população, ainda carecemos de aguardar o fim do recesso dos poderes executivo e legislativo para que possamos dar entrada junto a Prefeitura e a Câmara Municipal para a apreciação das lideranças políticas de nossa cidade. Resumindo: Eles podem aprovar, ou não.

Todavia, mesmo diante da possibilidade de não aprovação da lei o fato consumado é que dez alunos de uma escola pública dispendo de poucos recursos - sendo muito generoso até - com o apoio da comunidade e o assessoramento de diferentes instituições conseguiram gerar as bases que fundamentam três propostas de lei com relevante importância para o Planejamento Urbano de sua cidade e ainda, tem a condição de disponibilizar gratuitamente para o poder público municipal todo este material.

E sim! Houve significativo ganho no processo ensino-aprendizagem em virtude das práticas efetivadas. A relação que se estabeleceu entre alunos e professor foi de um profícuo diálogo. Os conteúdos em grande parte deixaram de ser vazios e ganharam significado ao passo que os discentes se reconheciam enquanto produtores do próprio conhecimento a partir da

prática de campo, da efetivação da pesquisa, da produção cartográfica, das práticas em SIG, do debate em sala de aula, das apresentações em feiras internas e externas a escola (inclusive fora do Estado do Ceará) e do exercício da cidadania mediante a participação na vida política da cidade com a participação junto as sessões da Câmara Municipal.

Fato é que dos dez alunos envolvidos no projeto, todos obtiveram a aprovação no Ensino Médio, todos realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, oito destes fizeram vestibular e sete deles conseguiram aprovação em faculdades como Direito, Psicologia, Enfermagem, Letras, Biologia, Matemática e Construção Civil, através dos seus próprios méritos e esforço. Aqui abra-se um parênteses: infelizmente em nosso país o fato de conseguir a aprovação em um curso superior não implica sumariamente que se possa cursá-lo. Hoje, dentre os alunos que obtiveram êxito nos exames admissionais para a faculdade apenas quatro efetivamente puderam iniciar seus cursos até o presente momento. Mas a luta continua.

É necessário reconhecer que a prática aqui desenvolvida e debatida não encerra de modo algum a discussão sobre nenhuma das temáticas e conceitos aqui apresentados. Temos ciência de que mesmo com a aprovação da lei não existem garantias de que esta seja de fato observada e cumprida. Humildemente reconhecemos o não estabelecimento de um modelo padrão para aplicação e êxito em qualquer outro espaço escolar enquanto prática didática em Geografia ou modelo de Planejamento Urbano Participativo. Cada espaço detém as suas especificidades e estas devem ser cuidadosamente observadas para o desenvolvimento de qualquer atividade.

Entretanto, temos a consciência de que tudo aqui exposto resulta de uma enorme vontade de fazer diferente, de fazer dar certo, de contribuir para com a melhoria da qualidade do ensino, de valorar a Geografia enquanto disciplina, de concorrer para a efetivação de um Planejamento Urbano efetiva e eficazmente participativo. O que fizemos foi lançar questões, mais ainda do que aquelas que originalmente constituíram este trabalho, que não foi concluído, está apenas no começo. Uma utopia, que pulsa freneticamente com a possibilidade de se tornar realidade, e caso se realize... que venham outras!

5. Referências

ALMEIDA, A. W. B. (org.) Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processos de capacitação de povos e comunidades tradicionais: agricultores, extrativistas do Paraizinho contra o desmatamento e luta pela posse da terra no rio Madeira. Manaus: UEA Edições, 2013. Disponível em <novacartografiasocial.com/?wpdmact=process&did=MTEuaG90bGluaw=> Acesso em 30 de março 2015.

AZEVEDO, H. P. L. Planejamento e Gestão Municipal: planos diretores - avanços e alertas na implementação. In: FARIA, R. SCHVARSBURG, B. (orgs.) Políticas urbanas e regionais no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2011. 229 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Divisão Administrativa em 1911 da Republica dos Estados Unidos do Brazil. 1913. 399 p. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv38258.pdf>> Acesso aos 20 de setembro de 2014.

_____. Secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 133 p.

BUENO, L. M. M. CYMBALISTA, R. (orgs.) Planos Diretores Municipais: novos conceitos de planejamento territorial. São Paulo: Annablume, 2007. 292 p.

CANDLER, C. et alli. O SPIG como uma prática contínua (e sustentável?): As experiências da First Nation (Primeira Nação) no Tratado Oito da Colúmbia Britânica, Canadá. Participatory learning and action nº 54, 2006.

CARDOSO, A. C., CARVALHO, G. (organizadores). Planos Diretores Participativos: experiências Amazônicas. Belém: Editora Universitária – Universidade Federal do Pará, 2007.

CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 236 p.

CARVALHO, M. O. HOLANDA, V. C. C. Planejamento Urbano: experiências de práticas participativas no ambiente escolar na cidade de Campos Sales, Ceará. Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE, v. 17, n. 1, p. 45-59, Mar. 2015, Edição Especial.

CARVALHO, M. de O. et al. Caderno de bordo do projeto Exercendo a Cidadania. Vol. I. 2012 (manuscrito não publicado)

_____. Caderno de bordo do projeto Exercendo a Cidadania. Vol. II e III. 2013 / 2014 (manuscrito não publicado)

CASTELLS, M. A Questão Urbana. Tradução de Arlene Caetano. 4a ed. 1a reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 590 p.

CAVALCANTE, J. Campos Sales, Ontem e Hoje. Fortaleza: Multigraf Editorial Ltda, 1998. 44 p.

CAVANCANTI, L. S. Geografia, Escola e Construção de Conhecimento. 4a ed. Campinas, SP: Papirus, 2003. 192 p.

_____. A Geografia Escolar e a Cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. 3a ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. 190 p.

CORRÊA, R. L. Espaço, um Conceito-Chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. GOMES, P. C. C. CORRÊA, R. L. (orgs.) Geografia: conceitos e temas. 8a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 352 p.

COSTA, G. M. Planejamento Urbano: conceitos, princípios e perspectivas. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, de 31 de maio a 03 de junho de 2005. Disponível em <
http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=57&Itemid=171> Acesso aos 12 de março de 2015.

DEMO, P. Educar pela Pesquisa. 4a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. 129 p.

DETROIT GEOGRAPHICAL EXPEDITION AND INSTITUTE. Field Notes: Discussion Paper No. 3: The Geography of the Children of Detroit. Detroit: DGEI, 1971.

ENDLICH, A. M. Pensando os Papéis e Significados das Pequenas Cidades. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. 357 p.

FERREIRA, J. S. W. Gestão Democrática e Participativa: um caminho para cidades socialmente justas? Artigo publicado na revista Democracia Viva, do Ibase. No. 18, setembro/outubro de 2003. Disponível em: <
http://www.fau.usp.br/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/ferreira_gest_aodemocratica_ibase.pdf> Acesso 04 de setembro de 2014.

FILHO, O. B. A. ABREU, J. F. Imagem, Representação e Geopolítica. In: MENDONÇA, F. KOZEL, S. Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. Reimpressão 2004. 1a ed. rev. 2009. 270 p.

FONDO INTERNACIONAL DE DESARROLLO AGRÍCOLA. Buenas Prácticas en Cartografía participativa. Roma: FIDA, 2009. 55 p.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GENESIS. In: *BÍBLIA SAGRADA*. Tradução dos originais grego, hebraico e aramaico mediante a versão dos Monges Beneditinos de Maredsous (Bélgica). Edição Claretiana. São Paulo: Editora Ave Maria, 2011.

GALEANO, E. *As Veias Abertas da América Latina*. Tradução de Galeano de Freitas, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (estudos latino-americano, v.12)
Disponível em <http://copyfight.noblogs.org/gallery/5220/Veias_Abertas_da_Am%C3%83%C2%A9rica_Latina%28EduardoGaleano%29.pdf> Acesso aos 30 de abril de 2015.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Edital - VIII Feira Estadual de Ciência e Cultura. 2014. 20 p.

HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: HUCITEC, 1980. 291 p.

HARLEY, J.B. The Map and the Development of the History of Cartography. In: HARLEY, J. B. WOODWARD, D. (Editors) *The History of Cartography. Volume One - cartography in prehistoric, ancient, and medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. p. 1-42.

_____. Preface. In: HARLEY, J. B., WOODWARD, D. (Editors) *The History of Cartography. Volume One - cartography in prehistoric, ancient, and medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. p. 1-42.

_____. *Mapas, Saber e Poder*. Tradução de Monica Balestrin Nunes. *Confin[s]* [Online], 5 | 2009, posto online em 24 abril 2009. Disponível em <<http://confin.s.revues.org/index5724.html>> Acesso aos 30 de março de 2015.

JAPIASSÚ, H. MARCONDES, D. Dicionário Básico de Filosofia. 4a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

KAERCHER, N. A. A Geografia como Midas é um Obstáculo e um dos Desafios da nossa Docência. In: MUNHOZ, G. CASTELLAR, S. V. (orgs) Conhecimentos escolares e caminhos metodológicos. São Paulo: Xamã, 2012. 223 p.

KONZEN, L. P. A mudança de Paradigma em Sociologia Urbana: do paradigma ecológico ao socioespacial. Revista de Ciências Humanas - Florianópolis - Volume 45, Número 1 - p. 79-99- Abril de 2011.

KOZEL, S. FILIZOLA, R. Didática da Geografia: Memória da Terra: o espaço vivido. São Paulo: FTD, 1996. 109 p.

KOZEL, S. As Representações no Geográfico. In: MENDONÇA, F. KOZEL, S. Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. Reimpressão 2004. 1a ed. rev. 2009. 270 p.

LEANDRO, D. HUINCA, S. C. M. KRUEGER, C. P. Procedimentos de Campo para Levantamentos GNSS. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010. 111 p. Disponível em <http://www.lage.ufpr.br/downloads/Apostila_de_Procedimento_Campo.pdf> Acesso aos 19 de outubro de 2015.

LECOURT, D. WASTIAUX, E. The Great History of Maps. Documentário. França: BFC Productions / France 5, 2006. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=NCi-Tsd86ec>> Acesso aos 02 de abril de 2015.

LEFEBVRE, H. O Direito à Cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. 144 p.

MARICATO, E. As Ideias fora do Lugar e o Lugar fora das Ideias. In: ARANTES, O. B. F. VAINER, C. B. MARICATO, E. A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos. 7a ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 192 p.

MATIAS, L. F. Por uma Cartografia Geográfica - uma análise da representação gráfica na geografia. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

MELO, A. A. VLACH, V. R. F. SAMPAIO, A. C. F. História da Geografia Escolar Brasileira: continuando a discussão. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: percursos e desafios da pesquisa e do ensino de história da educação. 17 a 20 de abril de 2006. Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. Disponível em <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/239AdrianyMelo_VaniaRubia.pdf> Acesso aos 30 de março de 2015.

OLIVA, J. T. Ensino de Geografia: um retrato desnecessário. In: CARLOS, A. F. A. (org.) A Geografia na Sala de Aula. 8a ed., 5a reimp. São Paulo: Contexto, 2010. 144 p.

OLIVEIRA, A. U. Prefácio. In: SPOSITO, E. S. Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 218 p.

OLIVEIRA, F. Noiva da Revolução / Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. São Paulo: Boitempo, 2008. 258 p.

OLIVEIRA, J. A. P. Desafios do Planejamento em Políticas Públicas: diferentes visões e práticas. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro v.40 n.2, p. 273-288, março e abril de 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a06>> Acesso aos 20 de março de 2015.

PIAGET, J. Para onde vai a Educação. Tradução de Ivete Braga, 2a ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974. 96 p.

_____. Biologia e Conhecimento: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos. Tradução de Francisco M. Guimarães. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 423 p.

PONTUSCHKA, N. N. PAGANELLI, T. I. CACETE, N. H. Estudo do Meio: momentos significativos de apreensão do real. In: Para Ensinar e Aprender Geografia. 3a ed. - São Paulo: Cortez, 2009. p. 171-212

QUEIROZ, D. R. E. Cartografia Temática - evolução e caminhos de pesquisa. Boletim de Geografia, 25 (1): 138-151 (2007).

ROLNIK, R. CYMBALISTA, R. Regulação Urbanística no Brasil: conquistas e desafios de um modelo em construção. Anais do Seminário Internacional: Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social, PUCCAMP, 2000.
Disponível em :
<<http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/10/regulacao-urbanistica-no-brasil.pdf>> Acesso aos 10 de janeiro de 2015.

SANTANA, A. N. C. Pequenas Cidades do Ceará no (Des)Encontro do Urbano e do Rural: Groaíras e Meruoca em discussão. 2011. 235 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Niterói, RJ, 2011.

SANTOS, M. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993. 157 p.

_____. SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 2a ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.

SCHVARSBURG, B. Planejamento Urbano no Brasil pós-1988: panorama histórico e desafios contemporâneos. In: FARIA, R. SCHVARSBURG, B. (orgs.) Políticas urbanas e regionais no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2011. 229 p.

SEEMANN, J. Carto-crônicas: uma viagem pelo mundo da cartografia. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013. 138 p.

_____. CARVALHO, M. de O. Expedições Geográficas e Militância Cartográfica na Cartografia Escolar no Brasil. 2014. Manuscrito não publicado.

SHAKESPEARE, W. Hamlet. Tradução de Millôr Fernandes. Disponível em <<http://www.encontrosdedramaturgia.com.br/wp-content/uploads/2010/10/Shakespeare-HAMLET-Tradu%C3%A7%C3%A3o-Mill%C3%B4r-Fernandes.pdf>> Acesso aos 27 de abril de 2015.

SILVA, M. A. A Cidadania em T. H. Marshall (uma contribuição à crítica da cidadania liberal). 1998. In: Portal do Fórum Sul E ANPED Sul. Disponível em : <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/1998/Educacao_e_historia/Trabalho/09_59_33_II_a_cidadania_em_t._h._marshall_.pdf> Acesso aos 10 de outubro de 2015.

SOUZA, M. A. Governo Urbano. São Paulo: Nobel, 1988. 84 p.

SOUZA, M. L. RODRIGUES, G. B. Planejamento Urbano e Ativismos Sociais. São Paulo: UNESP, 2004. 136 p.

_____. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos. - 9a ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 558 p.

SPOSITO, E. S. JURADO DA SILVA, P. F. Cidades Pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí, SP: Paco Editorial. 2013, 146 p.

STRAFORINI, R. Ensinar Geografia: o desafio da totalidade mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume, 2004. 190 p.

THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-ação. 16a ed. - São Paulo: Cortez, 2008. 132 p.

TORRES, C. 90 Anos de Campos Sales. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1990. 208 p.

VERCEZE, R. M. A. N. SILVINO, E. F. M. O Livro Didático e suas Implicações na Prática do Professor nas Escolas Públicas de Guajará-mirim. In: *Práxis Educacional*. vol. 4, No 4 (2008). Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/328/361>> Acesso aos 08 de junho de 2014.

VESSENTINI, J. W. Realidades e Perspectivas do Ensino de Geografia no Brasil. In: VESSENTINI, J. W. (org). *O Ensino de Geografia no Século XXI*. Campinas, SP: Papius, 2004. 291 p.

VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. 4a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 90 p. Disponível em <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/vygotsky-a-formac3a7c3a3o-social-da-mente.pdf>> Acesso aos 20 de dezembro de 2014.

VLACH, V. R. F. Geografia em Debate. Belo Horizonte: Lê, 1990. 104 p.

WOOD, D. How Maps Work. *Cartographica*, 29 (3&4), Autumn/Winter 1992, pp. 66-74. Disponível em <<http://www.deniswood.net/papers.htm>> Acesso aos 08 de abril de 2015.

_____. Rethinking the Power of Maps. New York: The Guilford Press, 2010. 334.

APÊNDICE A -

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de participação em pesquisa acadêmica

Linha de pesquisa: Dinâmica Territorial: campo e cidade

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa intitulado CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA E PLANEJAMENTO URBANO: experiências de práticas colaborativas no ambiente escolar em Campos Sales, Ceará, que tem como pesquisador responsável Mariano de Oliveira Carvalho, orientado pela Profa Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda, que podem ser contatados pelo e-mail mocarvalho45@hotmail.com ou pelo telefone número (88) 99986-6305. Tenho ciência que a referida pesquisa tem entre seus objetivos avaliar os impactos das práticas realizadas pelo projeto Exercendo a Cidadania sobre o processo de ensino e aprendizagem da disciplina de Geografia e que minha participação consistirá em conceder entrevista ao pesquisador responsável pelo projeto de pesquisa. Compreendo que este estudo possui finalidade de pesquisa, que os dados obtidos serão utilizados e divulgados seguindo as diretrizes do Comitê de Ética na Pesquisa da UVA, com a preservação do anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. Sei que essa participação é voluntária e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Sobral-CE, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do Entrevistado

Nome do Entrevistado em Letra Legível

APÊNDICE B

Questionário Dirigido aos Alunos Participantes do Projeto Exercendo a Cidadania: aluno informado, município organizado

Data ____/____/____

1a) Relate os desafios que você encontrou para relacionar a prática desenvolvida no projeto com os conteúdos propostos pelo livro de Geografia.

2a) Qual a relação entre o mapa e o espaço?

3a) O que é planejamento urbano? O que é planejamento urbano participativo?

4a) Como você passou a entender o planejamento urbano após a execução do projeto?

5a) O que é pesquisa-ação? Você participou de alguma?

APÊNDICE C

ANTEPROJETO DE LEI: Dispõe sobre a criação, delimitação e denominação dos Bairros da Cidade de Campos Sales

I.ANTEPROJETO DE LEI

Dispõe sobre a criação, delimitação e denominação dos Bairros da Cidade de Campos Sales

Campos Sales, ____ de _____ de 2016.

ANTEPROJETO DE LEI

Dispõe sobre a criação, delimitação e denominação de bairros da Cidade de Campos Sales

Artigo 1º - A criação, delimitação e denominação de bairros de Campos Sales passam a ser definidas por essa lei, reunindo todos os bairros integrantes do território da cidade.

Artigo 2º - O limite individual de cada bairro deve ser representado através de redação descritiva padronizada e espacialização gráfica georreferenciada, considerando os seguintes referenciais:

I.Eixo central da via, quando se tratar de sistema viário (avenida, rua, estrada, travessa, beco e outros).

II.Eixo central do leito ou talvegue, quando se tratar dos Riachos Caldeirão, Conceição ou Saquinho.

III.Margem ou orla, quando se tratar do Açude Batalhão.

IV.Limite de propriedade, preferencialmente de uso institucional, na ausência dos elementos físicos

anteriormente citados.

V.Linha reta e imaginária, com uma ou ambas as extremidades definidas por coordenadas georreferenciadas, na ausência das situações anteriormente citadas.

Parágrafo Único: todos os pontos limitantes dos bairros constantes nesta lei tiveram coletadas em campo com uso do aparelho GPS suas respectivas coordenadas georreferenciadas pelo sistema de projeção Universal Transversa de Mercator - UTM convertidas para o sistema geodésico brasileiro vigente - SIRGAS 2000 (conforme estabelecido pela Resolução 1/2005 da Presidência do IBGE) Zona UTM 24 S.

Artigo 3º - Integra ainda a presente lei o Anexo 1: Mapa Geral - Espacialização dos Limites de Bairros de Campos Sales;

Artigo 4º - Os bairros da Cidade de Campos Sales são denominados a seguir:1

Artigo 5º - São apresentadas a seguir a descrição e a espacialização individual dos limites de cada Bairro da Cidade de Campos Sales:

I. ALTO ALEGRE

Ponto inicial e final: Travessa Vicente Alexandrino, na borda sul da ponte sobre o Riacho Caldeirão na coordenada UTM 348357; 9218003. Desse ponto segue-se o eixo central do Riacho Caldeirão até a Travessa Leal, defronte da estação de bombeamento de esgoto da CAGECE aonde é traçada uma reta imaginária até o eixo de confluência dos Riachos Caldeirão e Conceição no ponto de coordenada UTM 348081; 9218362 seguindo por este eixo até o ponto sob a coordenada UTM 347392; 9218659. Desse ponto é traçada uma reta imaginária até a Estrada para o Sítio Várzea Grande no ponto de coordenada UTM 348181; 9219322. Desse ponto é traçada uma reta imaginária até o encontro da Avenida Emiliano Fortaleza com a Rua Padre Cícero, seguindo pela referida rua, passando pelas lagoas de estabilização da CAGECE até encontrar o ponto de coordenada UTM 348477; 9218952 aonde é traçada uma reta imaginária até o encontro das Ruas Padre Baldomiro com Verdes Vale, defronte a Capela da Mãe Rainha, descendo pelo eixo central da Rua Verdes Vale, passando pelo Riacho Saquinho, até chegar na Rua Dias Gomes. Daí segue-se pela referida rua até o seu encontro com a Travessa Vicente Alexandrino seguindo-se pelo eixo central da Travessa da Confiança

até o encontro desta com a Avenida Emiliano Fortaleza seguindo pelo eixo central desta avenida até o ponto de coordenada UTM 348899; 9218339 (a nordeste do terreno da escola técnica) aonde é traçada uma reta imaginária até a CE - 371 até o ponto sob a coordenada UTM 349006; 9218219. Daí segue-se pelo eixo central da referida CE até encontro desta com a Avenida 7 de Setembro na borda sul da ponte sobre o Riacho Caldeirão aonde segue-se pelo eixo central do referido riacho até Travessa Vicente Alexandrino, na borda sul da ponte, ponto inicial.

II. APARECIDA

Ponto inicial e final: Avenida Francisco Veloso de Andrade no encontro com a Travessa José Saraiva de Alencar no ponto sob a coordenada UTM 347471; 9217380. Desse ponto segue-se pelo eixo central da Travessa José Saraiva de Alencar até a borda norte da ponte sobre o Riacho Conceição no encontro desta com a Rua Waldemar Falcão. Daí segue-se pelo eixo central do referido riacho até a borda norte da ponte sobre o mesmo na junção da Travessa José de Alencar com a Rua Cícero Simão de Alencar aonde segue-se pelo eixo do referido Riacho até a borda norte da ponte sobre o mesmo situada na Avenida 7 de Setembro mantendo o curso pelo eixo central do referido riacho até o ponto sob a coordenada UTM 348125; 9217191. Desse ponto traça-se uma reta imaginária até a Travessa João Cícero seguindo por seu eixo central até o encontro desta com a Rua José Pinto da Silva, seguindo pelo eixo central desta rua até o seu encontro com a Rua Antonio Lucio de Alencar, seguindo pelo eixo central desta rua até a sua junção com a Rua Santa Clara no ponto sob a coordenada UTM 347680; 9215934. Daí traça-se uma reta imaginária no sentido leste até o ponto de coordenada UTM 347303; 9216033 aonde segue-se pelo eixo central do riacho não denominado até o encontro com a Avenida Francisco Veloso de Andrade (porção oeste da Rodoviária Municipal) aonde segue-se pelo eixo central da referida avenida até o seu encontro com a Travessa Saraiva, ponto inicial.

III. BARRAGEM

Ponto inicial e final: Rua Dr. Cloves sob a coordenada UTM 347143; 9218812. Desse ponto segue-se uma reta imaginária até o eixo central do

Riacho Conceição no ponto sob a coordenada UTM 347392; 9218659 aonde segue-se por este eixo até a borda sul da ponte sobre o Riacho Conceição no encontro da Travessa Mota com a Avenida Raimundo Figueiredo aonde segue-se por seu eixo central, passando por sua junção com a Rua Dr. Cloves até retornar ao ponto inicial.

IV. BATALHÃO

Ponto inicial e final: encontro das ruas João Severo Cortez com Pereira Filgueiras (margem noroeste da parede do Açude Batalhão) e Travessa João XXIII (UTM 348686, 9217484). Desse ponto segue pelo eixo central da Rua João Severo Cortez até o ponto localizado ao sul da Associação Atlética Banco do Brasil - AABB sob a coordenada UTM 349520; 9216962 aonde traça-se uma reta imaginária até a Rua da Glória, já na saída para o Sítio Caiçara. Desse ponto traça-se uma reta imaginária até o eixo central do Riacho Conceição no ponto sob a coordenada UTM 348639; 9216756 aonde segue-se pelo referido eixo até o ponto sob a coordenada UTM 348629; 9217413 aonde é traçada uma reta imaginária até o encontro das ruas João Severo Cortez com Pereira Filgueiras (margem noroeste da parede do Açude Batalhão) e Travessa João XXIII, ponto inicial.

V. CENTRO

Ponto inicial e final: Travessa Vicente Alexandrino, na borda da ponte sobre o Riacho Caldeirão na coordenada UTM 348357; 9218003. Desse ponto segue-se pelo eixo central do Riacho Caldeirão até a borda sul da ponte sobre o mesmo riacho localizada na Avenida 7 de Setembro (junção com a CE - 371). Desse ponto segue-se até o encontro da referida rodovia com a Rua Flamengo aonde segue-se pela referida rua até seu encontro com a Travessa Malaquias. Daí segue-se pelo eixo central da referida travessa até o seu encontro com a Rua Enéas Arrais aonde segue-se pela referida rua até o seu encontro com a Travessa João XXIII. Desse ponto segue-se o eixo central da referida travessa até o seu encontro com as ruas João Severo Cortez e; Pereira Filgueiras (margem noroeste da parede do Açude Batalhão) aonde é traçada uma reta imaginária até o eixo central do Riacho Conceição no ponto sob a coordenada UTM 348629; 9217413. Daí segue-se o eixo central do referido riacho até a borda norte da ponte sobre o Riacho Conceição na Avenida 7 de

Setembro aonde segue-se pelo eixo central do referido riacho até a borda da ponte sobre o mesmo riacho na junção da Travessa José de Alencar com a Rua Cícero Simão de Alencar. Daí segue-se pelo eixo central do Riacho Conceição até o encontro da Rua Carneiro de Mendonça com a Travessa José Saraiva de Alencar na borda norte da ponte sobre o Riacho Conceição aonde segue-se pela Rua Carneiro de Mendonça até a sua junção com a Rua Valdemar Falcão e encontro com a Avenida Padre Nobre. Desse ponto traça-se uma reta imaginária até o eixo central do Riacho Conceição no ponto sob a coordenada UTM 347650; 9217900 daí seguindo pelo referido eixo até a borda oeste da ponte sobre o mesmo no encontro da Travessa Mota com a Avenida Raimundo Figueiredo. Daí segue-se pelo referido eixo até a confluência do Riacho Conceição com o Riacho Caldeirão no ponto sob a coordenada UTM 348081; 9218362 aonde é traçada uma reta imaginária até a Travessa Leal, defronte da estação de bombeamento de esgoto da CAGECE. Desse ponto segue-se o eixo central do Riacho Caldeirão até a Travessa Vicente Alexandrino, na borda da ponte sobre o referido riacho, ponto inicial.

VI. EXPANSÃO

Ponto inicial e final: Encontro da Rua Flamengo com a CE - 371 no ponto sob a coordenada UTM 348680; 9217950. Desse ponto segue-se pelo eixo central da referida CE até o ponto sob a coordenada UTM 349624; 9218752 aonde é traçada uma reta imaginária até a Estrada para o Sítio Barro Branco no ponto sob a coordenada UTM 349921; 9217649. Desse ponto segue-se pelo eixo central da referida estrada até o seu encontro com a Travessa Brasil aonde segue-se pelo eixo central da referida travessa até o seu encontro com a Rua Enéas Arrais. Daí segue-se pela Rua Enéas Arrais até o seu encontro com a Travessa Malaquias aonde segue-se pelo eixo central da referida travessa até o seu encontro com a Rua Flamengo. Desse ponto, segue-se pelo eixo central da Rua Flamengo até o seu encontro com a CE - 371, ponto inicial.

VII. GUARANI

Ponto inicial e final: Avenida Francisco Veloso de Andrade no ponto sob a coordenada UTM 346092; 9217478. Desse ponto traça-se uma reta imaginária até a estrada de acesso ao Matadouro Público Municipal sob a coordenada UTM 345176; 9218206, daí traça-se uma nova reta imaginária

até a Rua Dr. Cloves no ponto sob a coordenada UTM 347143; 9218812. Daí segue-se pelo eixo central da Rua Dr. Cloves até a borda da ponte sobre o Riacho Conceição no encontro da Travessa Mota com a Avenida Raimundo Figueiredo. Desse ponto segue-se o eixo central do referido riacho até o ponto sob a coordenada UTM 347650; 9217900 aonde traça-se uma reta imaginária até o ponto de encontro das ruas Carneiro de Mendonça e Avenida Padre Nobre aonde segue-se pela Rua Carneiro de Mendonça até o encontro com a Travessa José Saraiva de Alencar na borda a ponte sobre o Riacho Conceição. Desse ponto segue-se pelo eixo central da Travessa José Saraiva de Alencar até o encontro desta com a Avenida Francisco Veloso de Andrade aonde segue-se pelo eixo central da referida avenida até o ponto inicial.

VIII. NOVO CENTRO

Ponto inicial e final: encontro das ruas João Severo Cortez com Pereira Filgueiras (margem noroeste da parede do Açude Batalhão) e Travessa João XXIII (UTM 348686, 9217484). Desse ponto segue pela Travessa João XXIII até o encontro desta com a Rua Enéas Arrais, daí seguindo pelo eixo central desta até o encontro com a CE - 292 no ponto sob a coordenada UTM 350096; 9217060. Desse ponto traça-se uma reta imaginária até encontrar o ponto de coordenada UTM 349520; 9216962, localizado ao sul da Associação Atlética Banco do Brasil - AABB. Segue-se nova reta passando pelo eixo central da Rua João Severo Cortez até chegar novamente ao encontro das ruas João Severo Cortez com Pereira Filgueiras e Travessa João XXIII, ponto inicial.

IX. PADRE NOBRE OU SAQUINHO

Ponto inicial e final: Avenida Emiliano Fortaleza no encontro com a Rua Padre Cícero no ponto de coordenada UTM 348932; 9219510. Desse ponto traça-se uma reta imaginária até a margem da CE - 371 no ponto de coordenada UTM 349624; 9218752 aonde segue-se pelo eixo central desta rodovia até o ponto sob a coordenada UTM 349006; 9218219 aonde traça-se uma reta imaginária até a Avenida Emiliano Fortaleza no ponto de coordenada UTM 348899; 9218339 (a nordeste do terreno da escola técnica). Desse ponto segue-se pelo eixo central da referida avenida até o encontro desta com a Travessa da Confiança aonde segue-se pelo eixo central da referida travessa até o encontro desta com a Travessa Vicente

Alexandrino. Desse ponto segue-se pela Rua Dias Gomes passando pelo Riacho Saquinho aonde é traçada uma reta imaginária até o encontro das Ruas Verdes Vale com Padre Baldomiro, defronte a Capela da Mãe Rainha. Daí traça-se uma reta imaginária até a Rua Padre Cícero no ponto sob as coordenadas UTM 348477; 9218952 aonde segue-se pela referida rua passando pelas lagoas de estabilização da CAGECE até o encontro desta rua com a Avenida Emiliano Fortaleza, ponto inicial.

X. PLANALTO

Ponto inicial e final: Avenida Francisco Veloso de Andrade sob a coordenada UTM 347600; 9217372. Desse ponto segue-se o leito seco do riacho não denominado até encontrar o ponto de coordenada UTM 347303; 9216033. Daí traça-se uma reta imaginária até encontrar novamente a Avenida Francisco Veloso de Andrade no ponto de coordenada UTM 345080; 9217548, seguindo pelo eixo central da mesma avenida até o ponto inicial.

XI. POÇO OU SANTA RITA

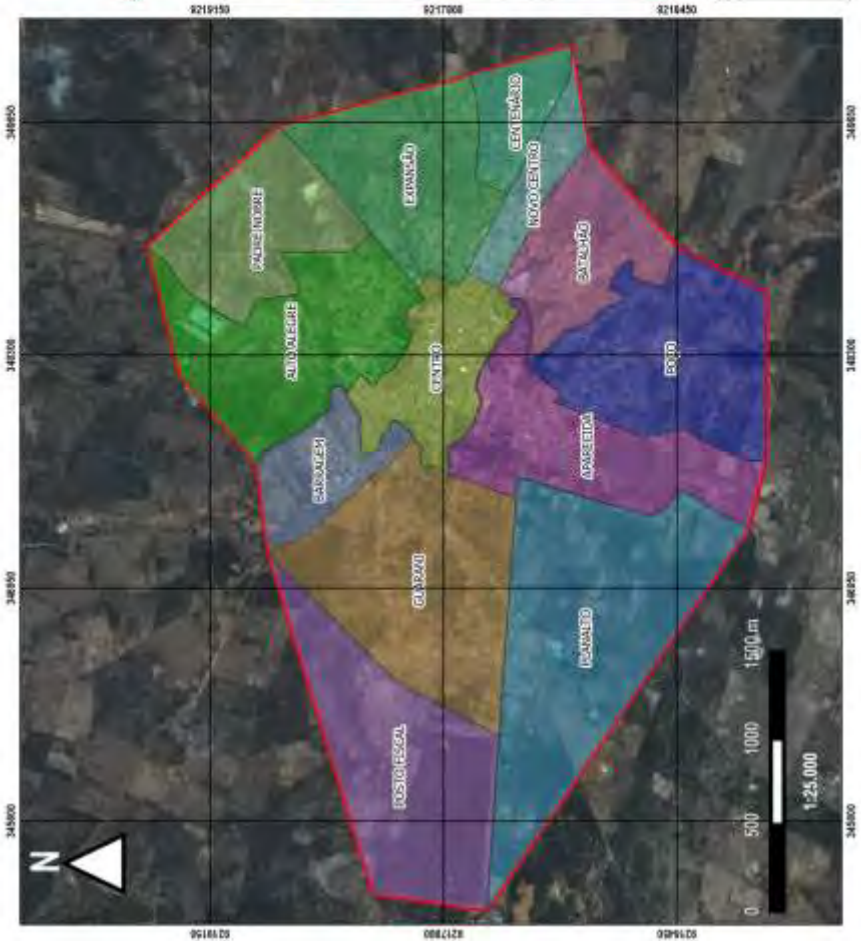
Ponto inicial e final: Travessa João Cícero no ponto sob a coordenada UTM 348088; 9217114. Daí segue-se pelo eixo central da referida travessa até o ponto sob a coordenada UTM 348125; 9217191 aonde traça-se uma reta imaginária até o eixo central do Riacho Conceição no ponto sob a coordenada UTM 348255; 9217331. Desse ponto segue-se pelo eixo central do referido riacho até o ponto sob a coordenada UTM 348639; 9216756 aonde traça-se uma reta imaginária até a Rua da Glória, já na saída para o Sítio Caiçara, no ponto sob a coordenada UTM 348926; 9216451. Daí traça-se uma reta imaginária até a Rua 21 de Junho no ponto sob a coordenada UTM 348665; 9215933 aonde traça-se uma linha reta imaginária até a Rua Santa Clara no ponto sob a coordenada UTM 347680; 9215934. Desse ponto segue-se pela referida rua passando por sua junção com a Rua Antonio Lucio de Alencar até o encontro desta com a Rua José Pinto da Silva aonde segue-se por esta até o seu encontro com a Travessa João Cícero, ponto inicial.

XII. PORTAL DA CIDADE OU CENTENÁRIO

Ponto inicial e final: Encontro da Travessa Brasil com a Rua Enéas Arrais no ponto sob a coordenada UTM 349231; 9217426. Desse ponto segue-se pelo eixo central da referida travessa até o encontro desta com a Estrada para o Sítio Barro Branco no ponto sob a coordenada UTM 349323; 9217617. Daí segue-se pelo eixo central da referida estrada até o ponto sob a coordenada UTM 349921; 9217649 aonde traça-se uma reta imaginária até a CE - 292 no ponto sob a coordenada UTM 350096; 9217060, daí seguindo pela Rua Enéas Arrais até o encontro com a Travessa Brasil, ponto inicial.

XIII. POSTO FISCAL

Ponto inicial e final: Rua Dr. Cloves sob a coordenada UTM 347143; 9218812. Desse ponto segue-se uma reta imaginária até a estrada defronte ao Matadouro Público Municipal sob a coordenada UTM 346415; 9218077. Daí segue-se nova reta imaginária até a margem da Avenida Francisco Veloso de Andrade no ponto sob a coordenada UTM 346092; 9217478 seguindo pela mesma avenida até o ponto de coordenada UTM 345080; 9217548. Nesse ponto traça-se nova reta imaginária até o a estrada de acesso ao Matadouro Público Municipal sob a coordenada UTM 345176; 9218206, traçando-se nova reta imaginária até a Rua Dr. Cloves, ponto inicial.



APÊNDICE D - ANTEPROJETO DE LEI:

Dispõe sobre a Revisão e Definição do Perímetro Urbano de Campos Sales

I. ANTEPROJETO DE LEI

Dispõe sobre a Revisão e Definição do Perímetro Urbano de Campos Sales

Campos Sales, ____ de _____ de 2016.

ANTEPROJETO DE LEI

Dispõe sobre a Revisão e Definição do Perímetro Urbano de Campos Sales

Artigo 1º - Estabelece o Perímetro Urbano da Cidade de Campos Sales;

Artigo 2º - O Perímetro Urbano de Campos Sales fica a partir de então estabelecido mediante a definição de 14 (catorze) pares de coordenadas georreferenciadas pelo sistema de projeção Universal Transversa de Mercator - UTM no sistema geodésico brasileiro vigente - SIRGAS 2000 (conforme estabelecido pela Resolução 1/2005 da Presidência do IBGE) Zona UTM 24 S;

Artigo 3º - Os pares de coordenadas que compõem o Perímetro Urbano da Cidade de Campos Sales foram obtidos mediante coleta de campo com aparelho GPS em áreas limítrofes dos diferentes bairros da cidade. Integra ainda a presente lei o Anexo 1: Mapa Geral - Espacialização do Perímetro Urbano da Cidade de Campos Sales;

Artigo 4º - Ficam revogadas a partir de então todas as disposições em contrário;

Artigo 5º - É apresentado a seguir o memorial descritivo do Perímetro Urbano de Campos Sales.

PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE CAMPOS SALES

Ponto inicial e final: Avenida Emiliano Fortaleza no encontro com a Rua Padre Cícero no ponto de coordenada UTM 348932; 9219510 (Limite dos Bairros Alto Alegre com Padre Nobre ou Saquinho). Desse ponto traça-se uma reta imaginária até a margem da CE - 371 no ponto de coordenada UTM 349624; 9218752 (Limite dos Bairros Padre Nobre ou Saquinho com Expansão) aonde é traçada uma reta imaginária até a Estrada para o Sítio Barro Branco no ponto sob a coordenada UTM 349921; 9217649 (Limite dos Bairros Expansão com Centenário ou Portal da Cidade). Desse ponto traça-se uma reta imaginária até a CE - 292 no ponto sob a coordenada UTM 350096; 9217060 (Limite dos Bairros Centenário ou Portal da Cidade com Novo Centro) aonde é traçada uma reta imaginária até encontrar o ponto de coordenada UTM 349520; 9216962, localizado ao sul da Associação Atlética Banco do Brasil - AABB (Limite dos Bairros Novo Centro com Batalhão). Daí traça-se uma reta imaginária até a Rua da Glória, já na saída para o Sítio Caiçara, no ponto sob a coordenada UTM 348926; 9216451 (Limite dos Bairros Batalhão com Poço ou Santa Rita). Daí traça-se uma reta imaginária até a Rua 21 de Junho no ponto sob a coordenada UTM 348665; 9215933 aonde traça-se uma linha reta imaginária até a Rua Santa Clara no ponto sob a coordenada UTM 347680; 9215934 (Limite dos Bairros Poço ou Santa Rita com Aparecida). Desse ponto segue-se até o leito seco do riacho não denominado até encontrar o ponto de coordenada UTM 347303; 9216033 (Limite dos Bairros Aparecida com Planalto) aonde traça-se uma reta imaginária até encontrar a Avenida Francisco Veloso de Andrade no ponto de coordenada UTM 345080; 9217548 (Limite dos Bairros Planalto com Posto Fiscal). Nesse ponto traça-se uma reta imaginária até a estrada de acesso ao Matadouro Público Municipal sob a coordenada UTM 345176; 9218206 (Bairro Posto Fiscal) aonde traça-se uma nova reta imaginária até a Rua Dr. Cloves sob a coordenada UTM 347143; 9218812 (Limite dos Bairros Posto Fiscal com Guarani e Barragem). Desse ponto segue-se uma reta imaginária até o eixo central do Riacho Conceição no ponto sob a coordenada UTM 347392; 9218659 (Limite dos Bairros Barragem com Alto Alegre) aonde traça-se uma reta imaginária até a Estrada para o Sítio Várzea Grande no ponto de coordenada UTM 348181; 9219322 (Bairro Alto Alegre) aonde é traçada uma nova reta imaginária até Avenida Emiliano Fortaleza no encontro com a Rua Padre Cícero, ponto inicial.



APÊNDICE E - ANTEPROJETO DE LEI:

ispõe sobre a Criação e Delimitação da Zona de Expansão Urbana - ZEU da Cidade de Campos Sales

I. ANTEPROJETO DE LEI

Dispõe sobre a Criação e Delimitação
da Zona de Expansão Urbana - ZEU da Cidade de Campos Sales

Campos Sales, ____ de _____ de 2016.

ANTEPROJETO DE LEI

Dispõe sobre a Criação e Delimitação da Zona de Expansão Urbana - ZEU da Cidade de Campos Sales

Artigo 1º - Cria e delimita a Zona de Expansão Urbana da Cidade de Campos Sales - ZEU;

Artigo 2º - A Zona de Expansão Urbana da Cidade de Campos Sales - ZEU fica a partir de então estabelecida mediante a definição de um conjunto de dez pares de coordenadas georreferenciadas pelo sistema de projeção Universal Transversa de Mercator - UTM no sistema geodésico brasileiro vigente - SIRGAS 2000 (conforme estabelecido pela Resolução 1/2005 da Presidência do IBGE) Zona UTM 24 S;

Artigo 3º - Os pares de coordenadas que compõem a Zona de Expansão Urbana da Cidade de Campos Sales - ZEU foram obtidos mediante coleta de campo com aparelho GPS em áreas distas no máximo há 1,6 km de distância dos limites do perímetro urbano tendo estas obrigatoriamente a presença de imóveis residenciais habitados ou a existência de loteamentos imobiliários já em fase de implementação.

Artigo 3º - A Zona de Expansão Urbana da Cidade de Campos Sales - ZEU apresenta em sua área de abrangência já estimados e delimitados (mediante pesquisa de campo) alguns vetores no que tange ao direcionamento do

crescimento da cidade. Anexo 1: Mapa Geral - Espacialização da Zona de Expansão Urbana da Cidade de Campos Sales - ZEU e das subdivisões desta já identificadas, estimadas e delimitadas.

Artigo 4º - As subdivisões já identificadas, estimadas e delimitadas dentro da Zona de Expansão Urbana da Cidade de Campos Sales - ZEU são denominadas à seguir:

ZONA DE EXPANSÃO URBANA

I. AEROPORTO

II. CAIÇARA

III. SEMINÁRIO

IV. VARZINHA

Artigo 5º - O limite entre a Zona de Expansão Urbana da Cidade de Campos Sales e sua efetiva Zona Urbana - ZU é dada pelo seu Perímetro Urbano - PU (este delimitado e descrito em lei específica)

Artigo 6º - São apresentadas a seguir a descrição e a espacialização individual dos limites de cada bairro, do novo perímetro Urbano da Cidade e da Zona de Expansão Urbana - ZEU:

ZONA DE EXPANSÃO URBANA

Estabelecida a partir de um conjunto de dez pares de coordenadas georreferenciadas em Universal Transversa de Mercator obtidas mediante coleta de campo com GPS em áreas distas no máximo há 1,6 km de distância dos limites do perímetro urbano tendo estas a presença de imóveis residenciais habitados ou a existência de loteamentos imobiliários já em fase de implementação.

Ponto inicial e final: Estrada da Confiança no ponto de coordenada UTM 349187; 9220917 nas proximidades da sede da Fazenda Belém. Desse ponto traça-se uma reta imaginária até a margem da CE - 371 no ponto de coordenada UTM 350725; 9219396 aonde é traçada uma nova reta imaginária até a margem da CE - 292 no ponto sob a coordenada UTM

350676; 9216991. Daí segue-se nova reta imaginária até o ponto sob a coordenada UTM 350188; 9215899 (na estrada para o Sítio Castanha) aonde traça-se uma nova reta imaginária até o ponto sob a coordenada UTM 349451; 9214994 (pouco depois do aglomerado populacional do Sítio Caiçara). Desse ponto é traçada uma reta imaginária até o encontro com a rodovia CE-187 (que liga Campos Sales a Salitre) no ponto sob a coordenada UTM 347023; 9215081 aonde é traçada uma nova reta imaginária até o encontro com a CE-292 (sentido Fronteiras, PI) no ponto sob a coordenada UTM 343737; 9217219 traçando-se nova reta imaginária até a estrada de acesso ao Matadouro Público Municipal no ponto sob a coordenada UTM 344380; 9218464. Desse ponto segue-se nova reta imaginária até o ponto sob a coordenada UTM 345518; 9219245 (à sudoeste da Estrada da Varzinha) aonde traça-se uma reta imaginária até o ponto sob a coordenada UTM 347337; 9220460 (área do Sítio Cabaceiras) aonde é traçada uma reta até o encontro com a estrada para o Sítio Várzea Grande no ponto sob a coordenada 348177; 9220676. Daí é traçada nova reta imaginária até o encontro com a Estrada da Confiança nas proximidades da Fazenda Belém, ponto inicial.

SUBDIVISÕES JÁ IDENTIFICADAS DA ZONA DE EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE CAMPOS SALES - ZEU

I. AEROPORTO

Ponto inicial e final: Encontro da Rua Padre Cícero com a Avenida Emiliano Fortaleza no ponto de coordenada UTM 348932; 9219510 (Limite dos Bairros Alto Alegre com Padre Nobre ou Saquinho. Desse ponto segue-se pela CE - 187 (Estrada da Confiança) até o ponto sob a coordenada UTM 349265; 9221373 (nas proximidades da sede da Fazenda Belém) aonde é traçada uma linha reta imaginária até o encontro com a CE - 371 no ponto sob a coordenada UTM 350748; 9220274. Daí segue-se pela CE - 371 até o ponto sob a coordenada UTM 349624; 9218752 (Limite dos Bairros Padre Nobre ou Saquinho com Expansão) aonde é traçada uma reta imaginária até o encontro da Rua Padre Cícero com a Avenida Emiliano Fortaleza, ponto inicial.

II. CAIÇARA

Ponto inicial e final: Ao sul da Associação Atlética Banco do Brasil - AABB (Limite dos Bairros Novo Centro com Batalhão) no ponto de coordenada UTM 349520; 9216962. Daí segue-se uma reta imaginária até o ponto sob a coordenada UTM 350188; 9215899 (na estrada para o Sítio Castanha) aonde traça-se uma nova reta imaginária até o ponto sob a coordenada UTM 349451; 9214994 (pouco depois do aglomerado populacional do Sítio Caiçara). Desse ponto traça-se uma nova reta imaginária até a Rua 21 de Junho no ponto sob a coordenada UTM 348665; 9215933 (Limite com o Bairro Poço ou Santa Rita) aonde é traçada uma nova reta até a Rua da Glória, já na saída para o Sítio Caiçara, no ponto sob a coordenada UTM 348926; 9216451 (Limite dos Bairros Poço ou Santa Rita com Batalhão. Desse ponto é traçada uma nova reta até encontrar novamente o ponto ao sul da Associação Atlética Banco do Brasil - AABB (Limite dos Bairros Novo Centro com Batalhão), ponto inicial.

III. SEMINÁRIO

Ponto inicial e final: Estrada para o Sítio Várzea Grande no ponto de coordenada UTM 348181; 9219322 (Limite com o Bairro Alto Alegre). Desse ponto segue-se pela referida estrada até o ponto sob a coordenada UTM 348177; 9220676 aonde traça-se uma reta imaginária até a CE - 187 (Estrada da Confiança nas proximidades da sede da Fazenda Belém) no ponto sob a coordenada UTM 349265; 9221373. Desse ponto segue-se pela referida rodovia até sua junção com a Avenida Emiliano Fortaleza no ponto sob a coordenada UTM 348932; 9219510 (Limite dos Bairros Alto Alegre com Padre Nobre ou Saquinho) aonde traça-se uma reta imaginária até a Estrada para o Sítio Várzea Grande, ponto inicial.

IV. VARZINHA

Ponto inicial e final: Rua Dr. Cloves sob a coordenada UTM 347143; 9218812 (Limite dos Bairros Posto Fiscal com Barragem e Guarani). Desse ponto segue-se uma reta imaginária até o ponto sob a coordenada UTM 345518; 9219245 (à sudoeste da Estrada da Varzinha) aonde traça-se uma reta imaginária até o ponto sob a coordenada UTM 347337; 9220460 (área do Sítio Cabaceiras) aonde é traçada uma reta até o encontro com o eixo central do Riacho Conceição no ponto sob a coordenada UTM 347392; 9218659

(Limite dos Bairros Barragem com Alto Alegre) aonde traça-se uma nova reta imaginária até o encontro com a Rua Dr. Cloves, ponto inicial.



ANEXO A

Scan's dos sumários dos livros didáticos utilizados pelos alunos da E.E.M. de Campos Sales no período em que a pesquisa foi realizada - estão em sequência os sumários dos livros do primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Educação